

DECRETA:

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO

Classificação das escolas

Art. 1.º — As escolas primárias do Estado, isoladas e grupos escolares, são classificadas em 5 (cinco) estágios:

- 1) São de 1.º estágio:
 - a) as escolas ou classes localizadas em fazendas, centros agrícolas, bairros, distritos e povoados de difícil acesso à sede do município e que, por isso, exijam a residência do professor no próprio local da escola ou classe;
 - b) as escolas ou classes de sede de município de difícil acesso à Capital.
- 2) São de 2.º estágio:
 - a) as escolas ou classes localizadas em fazendas, centros agrícolas, bairros, distritos ou povoados de fácil acesso à sede do município, mas que exijam a residência do professor no próprio lugar da escola ou classe, devido à falta de meios de condução regulares, destinados a servir o público com horários convenientes ao ensino;
 - b) escolas ou classes de sede de município de difícil acesso à Capital.
- c) São de 3.º estágio:
 - a) as escolas ou classes localizadas em fazendas, centros agrícolas, bairros, distritos ou povoados de fácil acesso à sede do município, que permitam ao professor viajar diariamente com pequeno dispêndio e sem nenhum prejuízo para o regular funcionamento da escola, podendo, portanto, residir na sede;
 - b) escolas ou classes de fácil acesso à Capital.
- 4) São de 4.º estágio:
 - a) as escolas ou classes localizadas em cidade que, pela sua importância e situação, se torne um centro de convergência das populações da zona, e, por isso, seja preferida pelos professores da mesma zona;
 - b) escolas ou classes localizadas nas sedes de municípios que ficarem a uma (1) hora de viagem da Capital, por estrada de ferro.
- 5) São de estágio especial:
 - a) as classes das escolas primárias anexas às escolas normais oficiais do interior;
 - b) as classes ou escolas do município da Capital.

Das remoções, promoções e permutas

Art. 2.º — No mês de novembro, a Diretoria Geral do Ensino fará publicar a relação completa, por município, das escolas ou classes va-

gas, de acôrdo com as informações das Delegacias Regionais do Ensino, enviadas até 15 de novembro.

Art. 3.º — Haverá dous concursos, ambos nas férias de verão, após o encerramento do ano letivo: o primeiro, de remoção, em dezembro; o segundo, de ingresso e reversão ao magistério, em janeiro.

§ único — Na primeira quinzena dêsses meses, serão feitas as inscrições para o concurso; e, na quinzena seguinte, a classificação dos candidatos e a escolha de escolas ou classes.

Art. 4.º — As vagas que se derem no correr do ano letivo serão preenchidas interinamente, até o concurso seguinte, pelos substitutos efetivos dos grupos escolares locais e, na falta dêstes, por interinos — diplomados ou leigos — os quais ficarão automaticamente dispensados em 30 de novembro.

Art. 5.º — Feitas as remoções e promoções de dezembro, será publicada, em janeiro, nova relação das escolas e classes vagas, restantes em cada município, para o concurso de ingresso ou reversão ao magistério.

Art. 6.º — Para a formação dos pontos de cada candidato à remoção ou promoção, entrarão os seguintes elementos, todos relativos ao ano do concurso, até 30 de novembro:

- 1) tempo de efetivo exercício no magistério, calculado em meses, contando-se as frações de 15 (quinze) dias ou mais como um mês;
- 2) freqüência média mensal do professor (dias de trabalho divididos pelos meses letivos do ano), não dando direito à inscrição média inferior a 15 (quinze);
- 3) freqüência média anual da escola ou classe, não dando direito à inscrição média inferior a 20 (vinte);
- 4) número de alunos promovidos no ano, não dando direito à inscrição promoção inferior a 15 (quinze).

Art. 7.º — Os requerimentos de inscrição serão dirigidos ao Diretor Geral do Ensino e instruídos com dous documentos:

- 1) ficha de exercício, fornecida pela Secretaria da Educação e da Saúde Pública, pela qual será feito o cálculo do tempo de exercício do candidato, deduzindo-se as licenças e afastamentos com descontos nos vencimentos;
- 2) boletim, de modelo oficial, fornecido pelo diretor do grupo, auxiliar de inspeção, ou inspetor escolar, com o visto da parte interessada e do delegado, contendo os seguintes dados:
 - a) cálculo exato em meses do tempo de exercício até 30 de novembro, segundo a ficha aludida no n.º 1, dêste artigo;
 - b) freqüência média mensal do professor ou total dos seus comparecimentos dividido pelo número de meses letivos;
 - c) freqüência média anual da classe ou média das freqüências médias mensais;
 - d) número de alunos promovidos no ano;
 - e) total, até décimos, dos pontos obtidos pelo candidato com essas quatro parcelas.

§ único — As faltas abonadas e os dias de licença ou afastamento, sem descontos, são considerados para o cálculo, como comparecimentos nos dias letivos de igual período.

Art. 8.º — Nos casos de remoção ou promoção de cônjuges, o pedido de inscrição será feito num único requerimento, sendo o total de

pontos de ambos os cônjuges dividido por dois, para se obter a média de cada um, o que colocará em igualdade de condições para o efeito de classificação.

Art. 9.º — A frequência média da classe e o número de alunos promovidos, caso o candidato seja auxiliar de diretor, serão obtidos pela divisão desses mesmos elementos, referentes a todo o estabelecimento pelo número de classes nele existentes.

Art. 10 — As escolas ou classes que vagarem, à medida que forem chamados candidatos inscritos, passarão a figurar imediatamente na relação das vagas.

Art. 11 — Para o fim de proceder ao reajustamento de professores que, no ano corrente, foram nomeados para escolas de primeiro estágio, ficam os mesmos autorizados a tomar parte no concurso de remoção a realizar-se em dezembro de 1933, embora apresentem condições inferiores às exigidas pelo art. 6.º.

Art. 12 — Os professores da Capital, inscritos no concurso de remoção, serão chamados em primeiro lugar, na ordem da classificação, para a escolha de escolas ou classes vagas.

Art. 13 — A critério do Governo, e por proposta da Diretoria Geral do Ensino, podem ser feitas remoções de professores para escolas ou classes de igual estágio ou estágio imediatamente superior ou inferior, em qualquer época do ano, desde que assim o exijam os interesses do ensino, devidamente comprovados pelas autoridades escolares.

Art. 14 — As permutas entre professores do mesmo estágio podem ser autorizadas em qualquer época do ano, uma vez confirmadas as alegações dos interessados pelas autoridades escolares.

Concurso de ingresso e reversão ao magistério

Art. 15 — Para a formação dos pontos do candidato ao concurso de ingresso ou reversão ao magistério, concorrerão os seguintes elementos:

- 1) tempo de efetivo exercício, calculado em meses, como regente de classe, substituto efetivo ou interino diplomado;
- 2) número de anos completos da data da formatura até o concurso, correspondendo a cada ano dez pontos, até o máximo de cinco anos;
- 3) duração do curso da escola ao tempo em que se diplomou o candidato, atribuindo-se a cada ano dez pontos, tanto para o curso normal como para o de aperfeiçoamento;
- 4) média geral do diploma, calculada de 0 a 100, e com aproximação até décimos.

Art. 16 — O requerimento será dirigido ao Diretor Geral do Ensino e instruído com os seguintes documentos:

a) para os casos de ingresso ao magistério:

- 1) ficha de exercício fornecida pela Secretaria da Educação e da Saúde Pública, se o candidato já houver exercido algum cargo no magistério oficial;
- 2) pública-fórmula do diploma;
- 3) folha de saúde fornecida pelo Serviço Sanitário ou postos a êle equiparados;
- 4) boletim de modelo oficial, fornecido por qualquer delegado escolar com visto dessa autoridade e da parte interessada, contendo todos os dados e cálculos exigidos pelo art. n.º 15.

b) Para os casos de reversão:

- 1) ficha de exercício fornecida pela Secretaria da Educação e da Saúde Pública;
- 2) pública-fôrma do diploma;
- 3) laudo subscrito por dous médicos do Serviço Sanitário e visado pelo respectivo diretor, provando estar o candidato em boas condições de saúde;
- 4) atestado fornecido pela Secretaria da Educação e da Saúde Pública, que prove não ter sido o candidato demitido do cargo em virtude de processo disciplinar;
- 5) boletim de modelo oficial, fornecido por qualquer delegado do ensino, com o visto dessa autoridade e da parte interessada, contendo todos os dados e cálculos referidos no art. n.º 15.

Art. 17 — Encerradas as inscrições, feita a classificação e publicada no órgão oficial do Estado, serão os candidatos chamados na ordem decrescente da classificação, para a escolha de escola ou classe.

Art. 18 — Se o candidato ao concurso de ingresso ao magistério fôr propedeuta ou bacharel por ginásio, tenha prestado exames de Psicologia, Pedagogia, Didática e feito a prática de ensino exigida, será equiparado aos normalistas de cinco anos, e a sua nota de diploma, para efeito de classificação, será a média daqueles exames.

Nomeação de diretores de grupos escolares

Art. 19 — Os diretores dos grupos escolares de 4.ª categoria serão nomeados dentre adjuntos com mais de cinco anos de efetivo exercício no magistério docente, sendo três anos, no mínimo, de exercício no cargo, ou dentre diplomados pelo curso de diretores da Escola de Professores do Instituto Caetano de Campos», com três anos, pelo menos, de exercício no cargo de adjunto.

§ único — Para o efeito das nomeações referidas neste artigo, a Diretoria Geral do Ensino organizará, no princípio de cada ano, uma relação de candidatos indicados pelas autoridades escolares que, para isso, deverão atender à dedicação manifestada pelas cousas do ensino, capacidade técnica e administrativa, conduta moral, tempo de exercício e assiduidade de cada candidato, de acôrdo com a ficha aprovada pela Diretoria Geral do Ensino.

Art. 20 — Os diretores de grupos escolares de 3.ª, 2.ª e 1.ª categorias, serão nomeados mediante remoção dos de categoria idêntica ou promoção dos de categoria imediatamente inferior, ouvido o delegado regional do ensino a que está subordinado o candidato e aquele em cuja região está a diretoria a prover-se.

§ único — Nenhum diretor poderá ser removido ou promovido, se não tiver duzentos (200) dias de efetivo exercício no cargo, salvo nos casos de interêsse do ensino, ou na falta de candidatos naquelas condições.

Nomeação de inspetores, delegados regionais do ensino e chefes de serviço

Art. 21 — Os inspetores escolares serão nomeados dentre diretores de grupos escolares com três anos, pelo menos, de exercício no cargo e dez (10) anos de efetivo exercício no magistério, ou dentre diplomados pelo curso de inspetores escolares da Escola de Professores do

Instituto «Caetano de Campos», com três (3) anos, pelo menos, de exercício no cargo de diretor.

§ único — Para efeito das nomeações referidas neste artigo, a Diretoria Geral do Ensino organizará, no início de cada ano, uma relação dos candidatos indicados pelas autoridades do ensino que, para isso, deverão atender ao merecimento e ao tempo de exercício de cada um.

Art. 22 — Os inspetores escolares da Capital e os delegados regionais do ensino do interior serão nomeados dentre os inspetores do interior com 15 anos, pelo menos, de efetivo exercício no magistério e três anos de exercício no cargo.

§ único — Para o efeito das nomeações referidas neste artigo, a Diretoria Geral do Ensino organizará, no início de cada ano, uma relação de dez nomes indicados por uma comissão de 5 (cinco) chefes de serviço, nomeada pelo Secretário da Educação e da Saúde Pública.

Art. 23 — Os delegados regionais do ensino da Capital e os chefes de serviço da Diretoria Geral do Ensino serão nomeados dentre os delegados regionais do ensino, ou professores normalistas que exercam o cargo de lentes ou diretores de estabelecimentos de ensino secundário oficial e inspetores escolares da Capital, todos com mais de 20 anos de efetivo exercício no magistério e com três (3) anos, pelo menos, de exercício no cargo.

Art. 24 — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 9 de dezembro de 1933.

ARMANDO DE SALES OLIVEIRA
Valdomiro Silveira

Publicado na Secretaria da Educação e da Saúde Pública, S. Paulo, 9 de dezembro de 1933.

A. Meireles Reis Filho, diretor geral.

A N E X O

Diretoria Geral do Ensino — São Paulo, ano de 1933...
Delegacia Regional do Ensino de

BOLETIM DE CONCURSO DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO

Nome do candidato		
Escola em que se diplomou		
Data da formatura		
Cargo atual	Estágio	
Início de exercício no cargo atual		
1 — Tempo de efetivo exercício no magistério		(.....)
	por extenso	em número
2 — Frequência média mensal do candidato		(.....)
	por extenso	em número
3 — Frequência média anual da classe		(.....)
	por extenso	em número
4 — Número de alunos promovidos no ano		(.....)
	por extenso	em número

S. s. receberá, diariamente, exceto aos sábados, das 17 às 18 horas, os chefes de serviço que precisem tratar de questões inerentes ao cargo.

Os delegados regionais, diretores de escolas normais, profissionais e ginásios serão recebidos diariamente, exceto aos sábados, das 15.30 às 17.30 horas, pelo sr. assistente técnico.

COMUNICADO N.º 2 — de 1.º de setembro de 1933

Para não desviar a verba de diárias e conduções do seu destino e não prejudicar o serviço de inspeção, fiscalização e assistência técnica, — junto às escolas e classes primárias, a Diretoria Geral do Ensino resolve autorizar os srs. delegados regionais do ensino a delegarem poderes a um professor do quadro, residente na localidade, idôneo e de sua imediata confiança, de preferência o professor da 1.ª Secção (Educação), para, sem onus para os cofres públicos, presidir aos exames periódicos das escolas normais livres.

Cabe à Delegacia, nos limites do possível, acompanhar todos os serviços e outorgar ao professor auxiliar a assistência moral de sua autoridade, bem como comunicar à Diretoria Geral qualquer ocorrência que se venha a verificar durante os trabalhos.

COMUNICADO N.º 3 — de 1.º de setembro de 1933

O sr. diretor geral do Ensino autoriza os srs. delegados regionais do ensino a propor, para substituírem adjuntos de grupos escolares comissionados, a nomeação, também, em comissão, de professores de escolas isoladas da Região, desde que não haja, no estabelecimento onde se verificar a vaga, substituto efetivo em exercício.

Neste caso, e enquanto durar a substituição, ficará inalterável a situação do professor de escola isolada, para o qual haverá, por parte dos delegados regionais, propostas de substitutos interinos, diplomados ou leigos, êstes na falta daqueles.

COMUNICADO N.º 4 — de 1.º de setembro de 1933

Dentro dos primeiros oito dias dêste mês de setembro realizar-se-ão os exames parciais do curso de formação profissional de professor, segundo determina o artigo 681, letra «b», do Código de Educação.

Consoante disposição legal, os exames versarão sobre a matéria do respectivo período e poderão ser um ou mais em cada secção, tirando-se a média neste último caso.

Dêsse modo as escolas normais poderão fazer três provas, em cada ano do curso de formação profissional, constando cada uma de exames das disciplinas lecionadas de cada Secção e tendo cada prova uma nota única que será média das notas atribuídas a essas disciplinas.

Para cada prova os pontos deverão se organizar de fôrma que contenha questões referentes às matérias da Secção.

Cada banca se constituirá de três professores, sob a presidência do respectivo catedrático.

Nas escolas normais livres êsses exames se realizarão sob a imediata fiscalização dos srs. delegados regionais ou inspetores ou ainda professores que para êsse fim forem designados.

COMUNICADO N.º 5 — de 2 de setembro de 1933

As autoridades deverão encaminhar, com a maior rapidez possível, todos os papeis, principalmente os requerimentos que lhes forem entregues.

A todos os requerentes será fornecido pela repartição (diretoria de estabelecimento, inspetoria ou delegacia), um recibo do papel no qual se veja claramente a data de entrada do mesmo.

As informações, de veracidade absoluta, concisas e precisas, sem repetições inúteis, opinarão sobre o alegado, citando o dispositivo legal que ampara ou repele o pedido.

A Diretoria Geral do Ensino confia no zelo de tôdas as autoridades escolares para que todos os atos das mesmas no tocante ao encaminhamento de papeis, sejam pautados pelo mais rigoroso escrúpulo e sagrado respeito aos interesses das partes.

Ficam recomendadas providências para que se faça, aos primeiro e decimo quinto dias úteis de cada mês, um serviço de correição sobre papeis e seu rápido e seguro andamento, de rigoroso acôrdo com as ordens de entrada e exigências regulamentares.

As autoridades escolares que infringirem qualquer destas determinações incorrerão em responsabilidade pessoal.

COMUNICADO N.º 6 — de 19 de setembro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino, recomenda aos srs. delegados regionais do ensino e diretores de escolas normais e profissionais, providência no sentido de ser evitado, tanto quanto possível, o afastamento de funcionários docentes e administrativos, para vinda à Capital, com o fim de tratarem de assunto junto à direção do Ensino.

O desenvolvimento do item «trabalho», do programa da atual direção, reclama de todos os bons funcionários, que seus serviços docentes e administrativos, altamente valiosos, não sofram solução de continuidade, com os mencionados afastamentos, somente admissíveis em casos excepcionalíssimos, quando os assuntos não possam de todo ser tratados pelas vias postal, telegráfica ou telefônica.

COMUNICADO N.º 7 — de 22 de setembro de 1933

Para cumprimento das disposições do Código de Educação que marcam épocas certas para os concursos de remoções e promoções (primeiras quinzenas de novembro e dezembro) e primeiras nomeações (primeira quinzena de janeiro), torna-se necessário um trabalho preparatório.

Diante disso, as autoridades escolares farão sentir aos interessados que não serão tomados em consideração, êste ano, pedidos de nomeação efetiva, remoção ou permuta para os quais haja exigência de concurso, salvo os que se enquadram nas disposições do art. 332 do mesmo Código (incompatibilidade com o clima, provada em inspeção feita por junta médica do Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, sujeitando-se o requerente a ser removido para o lugar indicado pelo laudo), e nas do decreto n.º 6.018, de 10-8-1933 (reunião de conjugues).

A Diretoria Geral do Ensino chama a atenção de todos os interessados para as disposições do art. 977 e seu parágrafo do Código, que obrigam o encaminhamento de todos os requerimentos de funcionários por intermédio da autoridade imediatamente superior.

COMUNICADO N.º 8 — de 28 de setembro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino, para as providências do disposto no parágrafo único do art. 335 do Código de Educação, recomenda aos srs. delegados regionais do ensino remetam, do dia 1.º de outubro, uma relação das escolas de 1.º estágio que vagaram em agosto e se-

tembro do corrente ano e estejam dotadas de requisitos que assegurem seu regular funcionamento.

COMUNICADO N.º 9 — de 30 de setembro de 1933

De acôrdo com a comunicação da Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado, publicada no «Diário Oficial», de ontem, e em conformidade com o decreto n.º 6.057, de 19 de agosto de 1933, do Governo do Estado, que extinguiu as isenções de impostos, a partir de amanhã, 1.º de outubro, todos os requerimentos ou petições endereçados a qualquer repartição pública estadual deverão conter o selo estabelecido por lei «e o imprescindível reconhecimento de firma», quer se trate de requerimentos ou petições feitos por particulares, funcionários públicos ou de instituições de qualquer natureza.

Assim sendo, as autoridades de Ensino e as repartições e estabelecimentos subordinados não encaminharão papéis que não estejam com essas e outras formalidades devidamente atendidas, convidando os interessados, pela imprensa, a preencherem-nas preliminarmente.

COMUNICADO N.º 10 — de 8 de outubro de 1933

Patrocinada pela Liga Paulista de Higiene Mental, realizar-se-á, de 9 a 16 do corrente, a Semana anti-alcoolica.

A diretoria empenha-se para que a campanha se realize nos estabelecimentos de ensino, e recomenda que sejam feitos nas escolas primárias e secundárias, exercícios escritos sôbre os malefícios do alcool.

Convém sejam promovidas, sob a orientação de diretores e professores, palestras sôbre o assunto em escolas, teatros, praças públicas, etc., etc.

Solicita, outrossim, dos srs. delegados de ensino, que sejam enviadas, diretamente à referida Liga — rua dos Ingleses n.º 4, S. Paulo — amplas informações sôbre as várias fórmulas da propaganda anti-alcoolica, executadas durante a semana, na Região, com dados sôbre o número de palestras, conferências e demonstrações e alguns dos melhores trabalhos escritos.

COMUNICADO N.º 11 — de 2 de outubro de 1933

Como medida profilática, os alunos dos estabelecimentos de ensino primário devem ser dispensados da freqüência às aulas, nos dias em que tomarem remédio contra verminoses, sem que essas faltas lhes acarretem quaisquer prejuizos.

COMUNICADO N.º 12 — de 13 de outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino comunica aos srs. delegados regionais do ensino que foram tomadas providências junto à Secretaria da Viação e Obras Públicas para que, a partir dêste mês, a Companhia Telefônica Brasileira passe a conceder o desconto de 40 % (quarenta por cento) a que o Estado tem direito, em tôdas as assinaturas e recados telefônicos interurbanos, de aparelhos instalados nas Delegacias Regionais do Ensino do Interior.

As contas continuarão a ser retiradas mensalmente e remetidas às Delegacias pela Inspetoria da referida Secretaria, convindo aos srs. delegados transferir para o nome do Estado a assinatura daqueles aparelhos, se, porventura, estiverem em seus nomes particulares ou de terceiros.

Sòmente os telefones dos municípios de Santos, S. Vicente, S. Paulo, S. Bernardo, Santo Amaro, Jundiaí e Campinas não têm direito a desconto algum.

COMUNICADO N.º 13 — de 17 de outubro de 1933

Os prédios dos estabelecimentos de ensino, a serem alugados ou adquiridos pelo Estado, serão escolhidos por concorrência pública.

Compete às autoridades escolares representar, com a necessária antecedência, a esta Diretoria, sôbre a necessidade da concorrência e logo que sejam publicados no «Diário Oficial» os editais respectivos, promover a divulgação dos mesmos, valendo-se de publicidade ampla e afixação nos lugares necessários.

As propostas, com todos os esclarecimentos, deverão trazer as firmas reconhecidas e serão entregues, mediante recibo, nas sédes das Delegacias Regionais de Ensino, de onde, depois de examinadas e informadas, serão remetidas, pelos srs. delegados, a esta Diretoria, no prazo máximo de três dias, a contar da data da terminação da concorrência.

As prorrogações de contrato, bem como os concertos «não considerados de absoluta urgência» obedecerão também às normas de concorrência pública.

COMUNICADO N.º 14 — de 17 de outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino comunica aos interessados que, provisoriamente, até regulamentação definitiva, o serviço de aprovação de livros didáticos obedecerá às normas seguintes:

1.º) Só serão objeto de exame e julgamento os originais dos livros de leitura, para os quatro anos do curso primário, manuscritos, dactilografados ou impressos, na ortografia oficial;

2.º) O julgamento dos originais manuscritos ou dactilografados, que obtiverem aprovação preliminar, só será definitivo, posteriormente à impressão, devendo os autores sujeitá-los de novo ao exame da Comissão julgadora.

3.º) Os interessados deverão requerer a aprovação ao Diretor Geral do Ensino, juntando três exemplares, dos quais poderão retirar dois, mediante recibo, depois de julgados.

4.º) A Comissão dará pareceres favoráveis aos livros de leitura de real valor, quanto á fôrma e quanto à substância e que, pelo seu plano didático sejam iguais ou melhores do que os existentes, num intuito justo de seleção dos novos trabalhos e ao mesmo tempo nobre estímulo ao mérito que se pretende encorajar e consagrar na literatura didática.

5.º) Os manuais escolares, cujo uso como instrumentos auxiliares do ensino, o Código de Educação (art. 238 § único), antes repele do que aconselha, não serão objeto de aprovação, presentemente.

6.º) Os livros de literatura infantil e aparelhos didáticos serão aprovados para uso nas bibliotecas escolares e nos museus e salas-ambiente, mediante pareceres dos chefes de serviço de Livros e Programas e de Bibliotecas e Museus Escolares.

COMUNICADO N.º 15 — de 17 de outubro de 1933

Instruções sôbre exames finais

1 — Ao diretor cabe a superintendência dos exames, desde a organização dos pontos, feitos de acôrdo com a matéria ensinada, até o

sob a regência d... professor.....
 em de novembro de 193.....

Numero	ALUNOS	ANO	DATA DA MATRIC.	PROVAS						Observações
				Ling. escr.	Calculo	Geog.	Hist.	Leit. e ling. or.	Chamada	

RESUMO

Alunos matriculados

- » presentes
 - » promovidos para oano
 - » promovidos para oano
- Concluíram o curso
- Não conseguiram promoção
- Total dos promovidos
- Porcentagem de alfabetização
- Porcentagem de promoção

TERMO DE ENCERRAMENTO

No dia (ou em dias) de novembro de 193..., realizaram-se os exames finais dêste estabelecimento (ou desta escola), com a assistência dos respectivos adjuntos (ou professora da escola) e a presidência do sr. F. (nome do examinador).

O grupo (ou escola) alcançou o seguinte resultado geral:

Porcentagem de alfabetização — Porcentagem de promoção para o 2.º ano — Idem para o 3.º ano — Idem para o 4.º — Não conseguiram promoção — Concluíram o curso — Os alunos F. F. F. que não compareceram, foram julgados pelas respectivas provas mensais. De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelo examinador e adjunto, (ou professor da escola).

Data

Assinatura

COMUNICADO N.º 16 — de 18 de outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino comunica aos delegados regionais que, como nos anos anteriores, as verbas para as despesas de inspeção de novembro a dezembro poderão ser utilizadas durante o primeiro desses meses, em virtude dos trabalhos de exames nas escolas isoladas.

As respectivas prestações de contas deverão ser enviadas nos primeiros dias do mês de janeiro.

julgameito final das provas. Nas escolas isoladas êsse encargo pertence ao inspetor, auxiliar de inspeção ou professor designado pelo inspetor.

2 — Os exames, feitos em folhas avulsas de linguagem e cartografia, rubricadas pelo examinador, devem ser colecionados e arquivados.

3 — No livro de atas de exames dos estabelecimentos serão traçados tantos quadros, conforme o modelo, quantos forem as classes.

Após o último, lavrar-se-á o termo de encerramento. Igual quadro será feito no das escolas isoladas.

4 — Na coluna de observações escrever-se-á: Promovido para o 2.º, 3.º ou 4.º ano, ou «conservado».

Estas anotações constarão também do livro de matrícula.

5 — O dia e a hora dos exames nas escolas isoladas deverão ser marcados com a necessária antecedência, dando-se disso conhecimento aos respectivos professores.

6 — Lendo a prova o examinador exprimirá o seu julgamento com as palavras «Conservado» ou «Aprovado» — que a professora representará em notas de 0 a 49 ou de 50 a 100, tendo em vista a aplicação do aluno.

7 — A porcentagem de alfabetização é igual a:

Promovidos para o 2.º ano X 100

Alunos do 1.º ano menos os matriculados não promovidos de outubro e novembro.

A porcentagem de promoção é igual a:

Promovidos x 100.

Matriculados (menos matriculados não promovidos de outubro e novembro..

8 — CRITÉRIO QUE DEVE SER ATENDIDO NOS EXAMES DE:

I — 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos. Leitura e interpretação de pequeno trecho de livro ao alcance da classe, que não for o de uso durante o ano. Enquanto o aluno «A» é examinado, «B» le silenciosamente o trecho que lhe foi indicado. A interpretação é pedida antes da leitura em voz alta.

II — ARITMÉTICA: 1.º ano: 4 problemas fáceis de uma só operação cada um. 2.º, 3.º e 4.º anos: 4 problemas de duas ou mais operações, abrangendo a matéria ensinada. Nas provas devem aparecer o enunciado, a resposta, a solução e as operações. Nas do 1.º ano, esta última parte pôde deixar de figurar.

III — LINGUAGEM ESCRITA — Para o 1.º ano: Formação de sentenças coordenadas à vista de objetos (ou gravuras). Ditado de sentenças com palavras conhecidas. Para o 2.º, 3.º e 4.º ano: Um dos últimos exercícios do programa.

IV — HISTÓRIA PÁTRIA: Para o 1.º ano: Perguntas orais. Para o 2.º, 3.º e 4.º anos: Questionário: 4 respostas a perguntas relacionadas, sobre os assuntos ensinados.

V — GEOGRAFIA: Para o 1.º ano: Perguntas orais. Para o 2.º, 3.º e 4.º anos: Questionário: Respostas a quatro perguntas sobre a matéria ensinada. PARTE CARTOGRÁFICA: 2.º ano: Mapa de São Paulo (Estados limítrofes — Capital — Séde do município — bairro onde funciona a escola). 3.º e 4.º anos: Mapa de S. Paulo ou do Brasil, com localização de acidentes a critério do examinador e de conformidade com o programa.

MODÉLO

Resultado dos exames finais na.....

COMUNICADO N.º 17 — de 19 de Outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino recomenda aos srs. delegados regionais a remessa urgente da relação das escolas e das vagas dos grupos escolares, conforme determina o art. 328 do Código de Educação.

COMUNICADO N.º 18 — de 19 de outubro de 1933

Afim de acautelar os interesses do Tesouro — conjuntamente com os dos funcionários administrativos do Ensino, a Diretoria Geral solicita dos srs. Delegados Regionais, providências no sentido de ser imediatamente comunicada à mesma tôda e qualquer alteração automática havida na categoria e períodos de funcionamento dos grupos escolares do Estado.

Dessas comunicações deverão constar, invariavelmente, além de outros que forem julgados necessários, os seguintes dados:

Município

Estabelecimento — (categoria)

Períodos de funcionamento

Data da elevação da categoria

Data da diminuição da categoria

Vencimentos mensais que competem ao respectivo diretor, a contar de

Gratificação mensal «pró-labore» que compete ao respectivo porteiro

Observações.

COMUNICADO — de 25 de outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino, aprovando a iniciativa do Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, de promover uma «demonstração do ensino da puericultura nas escolas primárias», pede aos srs. diretores de grupos escolares da Capital, colaborar com aquele Serviço, em tudo quanto lhes fôr solicitado, em nome do mesmo, pelas educadoras sanitárias, que trabalham nos referidos estabelecimentos.

Solicita para a demonstração, que se realizará no dia 11 de novembro próximo, às 9 horas, no «play-ground» do Parque D. Pedro II, providências sôbre os seguintes itens:

- a) concentração, naquele Parque, de tôdas as alunas que fizeram o curso de puericultura;
- b) exposição de trabalhos sôbre puericultura, no salão existente no mesmo local, facultando às educadoras sanitárias coligir o material necessário;
- c) concessão de retirada às professoras que desejam acompanhar suas alunas, tarefa na qual terão o auxílio das educadoras sanitárias.

COMUNICADO N.º 19 — de 28 de outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino recomenda a tôdas as autoridades escolares que cumpram e façam cumprir as seguintes instruções, que orientam o trabalho de inspeção e direção escolar.

1 — Normas de inspeção e direção escolar:

Dada a paridade de funções do inspetor e diretor de grupo, bem como do professor de escola isolada, muitas das normas que vêm adiante servem, também, para êstes funcionários, na direção do grupo ou regência de sua escola, cabendo-lhes, portanto, o dever de as observar

e po-las em prática, independente de novas e posteriores recomendações.

2 — Um inspetor para cada distrito:

Cada distrito escolar deve ser confiado a um mesmo inspetor, durante um ano no mínimo e três no máximo.

Essa medida visa assegurar a continuidade e uniformidade do trabalho de orientação e fiscalização, bem como dar ao inspetor a efetiva responsabilidade de um distrito, que há de ser o reflexo de sua atividade funcional, tal como o grupo retrata a operosidade e competência do seu diretor.

3 — Livros de escrituração:

Por ocasião de suas visitas, às escolas isoladas e grupos escolares, verificarão os srs. inspetores se os livros adotados estão sendo escriturados de acôrdo com as normas traçadas pela Delegacia e se a escrituração revela:

- a) ordem;
- b) clareza;
- c) asseio.

4 — Trabalhos gráficos e manuais:

Em regra geral, o professor pôde ser julgado pelos cadernos de linguagem, caligrafia, desenho e cartografia de sua classe ou escola; pelos trabalhos manuais, coleções e pequenos museus organizados por alunos, que através dessas fôrmas correntes de expressão assinalam a marcha ascensional de sua personalidade mental. O exame de todo êsse material é imprescindível.

Os trabalhos gráficos de cada classe ou escola merecerão atenta observação dos srs. inspetores, sendo de notar que os mesmos devem ser feitos:

- a) em ordem cronológica e sem solução de continuidade;
- b) variados e seriados, dentro do programa da classe;
- c) com asseio e ordem, sem razuras nem borrões;
- d) em ortografia simplificada, nos termos dos decretos federal e estadual que regulam o assunto.

As notas, assinaladas em todos os exercícios com a rúbrica do professor, revelam a atenção por êste prestada ao trabalho do aluno e a sua justa apreciação do zêlo e esforço do educando.

Nos trabalhos de linguagem, uma vez assinalados os êrros, pelo professor (apenas assinalados, note-se bem), devem os alunos ser conduzidos a um inteligente e proveitoso trabalho de auto-correção dos seus exercícios, em dias próprios da semana, trabalho a que pôde chegar após a correção coletiva dos êrros generalizados e mais comuns, bem como dos encontrados num dos exercícios da classe, escolhido pelo professor e transcrito no quadro negro.

Nos trabalhos de caligrafia, após o traçado do modelo, no quadro, em pauta caligráfica adrede construída (traçado feito à vista dos alunos com explicações orais concomitantes), a principal preocupação deve ser a da perfeição crescente do trabalho, em cada linha escrita. Só se pôde alcançar êsse objetivo, se o aluno for autorizado a fazer nova cópia do modelo depois de verificados os êrros e defeitos da cópia antecedente. «Pouco, mas cada vez melhor». — Eis a regra a observar.

5 — Provas mensais:

As provas mensais serão feitas em tôdas as classes e escolas da maneira seguinte:

- 1.^a semana — prova de linguagem;
- 2.^a semana — prova de aritmética;
- 3.^a semana — prova de geografia e história;
- 4.^a semana — provas de outras disciplinas.

As pastas e cadernos, em que são tais provas realizadas, devem merecer especial atenção dos srs. inspetores.

Nos grupos escolares, as provas mensais devem ser presididas pelos respectivos diretores e seus auxiliares, cabendo àqueles a organização das questões a serem desenvolvidas pelos alunos, de acordo com a matéria ensinada. Essas questões versarão sobre assuntos atinentes a toda a matéria dada, e nunca sobre um só ponto.

6 — Aulas assistidas:

Ao assistir aulas nas classes ou esloas, verificarão os srs. inspetores se os processos adoptados são compatíveis com o adiantamento actual do ensino. Em palestra rápida com os professores, na própria classe, irão colhendo observações que os habilitem a dizer, quando necessário, da capacidade técnica e do grau de cultura, pedagógica e geral, dos mestres que trabalham sob sua inspecção.

Se a aula dada tiver sido boa — o inspetor, como prêmio, não regeite o seu aplauso ao professor. Mesmo que não fosse, te-la-á assistido com paciência até o fim, para depois conversar com o professor, em particular, a respeito do assunto, levando este a convidá-lo a dar aula que venha ilustrar a questão. Cumpre também verificar o aproveitamento da classe nesta ou naquela matéria, submetendo os alunos a um questionário ou dando-lhes exercícios, no caderno ou no quadro.

7 — Ordem e gosto artístico:

Verifiquem os inspetores se diretores e professores trazem em ordem perfeita as salas de aula e o edifício escolar, concorrendo, assim, para a educação estética dos alunos além de contribuir para a conservação do material escolar.

A escola deve ser uma oficina de trabalho intenso, onde exista liberdade ampla, mas onde reine muita ordem, e para isso:

- a) Sejam as salas de aula e demais dependências do edifício SEMPRE ornamentadas de maneira sóbria, distinta e nobre;
- b) Sejam retirados das salas e corredores os móveis inúteis e fóra de uso;
- c) Cada objeto tenha um lugar próprio;
- d) Apresentem-se as paredes limpas, sem papeis e sem pregos;
- e) Faça-se nas salas, se possível, a exposição, de tempo a tempo, renovada, de reproduções de quadros célebres e outros, de assuntos históricos, morais e cívicos, adequados à formação do gosto artístico e à elevação dos sentimentos dos alunos.

8 — Higiene do edifício:

O estado de asseio do edifício, desde a sala da diretoria até os pátios de recreio, estado e condições da água usada, instalações sanitárias, tudo será objeto de cuidadosa verificação ou observação dos inspetores em suas visitas e dos diretores, diariamente. Isso contribuirá para que, nos grupos, melhore grandemente o trabalho do pessoal administrativo.

9 — Matrícula e freqüência:

Os srs. inspetores acompanharão, com interesse a curva de matrícula e freqüência de cada estabelecimento ou escola, propondo à delegacia medidas acauteladoras do interesse do ensino, quando verificarem, relativamente ao assunto, falhas e lacunas, isto é, falta de meios para regular funcionamento da escola ou classe.

Não basta que a escola tenha boa matrícula; é mister que os alunos sejam freqüentes. Para grupos e escolas urbanas, freqüência de 95 a 100 por cento é ótima; de 90 a 94 é boa; de 85 a 89 é regular; de 80 a 84 é sofrível; abaixo de 80 é má, desde que não haja circunstância excepcional que a explique. Para escolas rurais, 90 a 100 é ótima; 80 a 90 é boa; 70 a 80 regular e abaixo de 60, má.

É indispensável o registo do movimento diário no quadro negro para que os alunos e professor tenham sempre em mira a conservação da matrícula e freqüência normais da escola ou classe.

O diretor, em caderno apropriado, fará o registo do movimento geral de cada dia.

A freqüência do aluno é, quasi sempre, reflexo da freqüência do professor. Verifiquem os srs. inspetores a assiduidade do professor através dos trabalhos gráficos dos alunos e do livro de chamada.

São estabelecidas as normas abaixo para o trabalho de verificação das causas da falta de matrícula e freqüência em escola isolada, trabalho êsse que poderá ser realizado simultaneamente com a visita de inspeção:

- a) boa ou má localização da escola;
- b) trabalho do professor, se freqüente, dedicado ou faltoso, negligente;
- c) interêsse dos pais;
- d) relações de amizade e respeito mútuo do professor com os habitantes do bairro;
- e) existência ou falta de sala para o funcionamento das aulas ou de casa para residência do professor;
- f) causas transitórias.

10 — Festas escolares:

Na véspera das datas nacionais, cada professor fará em sua escola ou classe, na última meia hora, uma palestra a respeito da data.

A data de 7 de setembro será comemorada solenemente, no respectivo dia, com a presença do diretor e adjuntos. Também o será no mesmo dia, nas escolas isoladas.

As festas escolares devem constar de uma parte literário-musical e, sempre que possível, de outra esportiva, não convindo que sejam longas, para não fatigar as crianças. É de toda conveniência evitar que os pais dos alunos sejam obrigados a despesas com os filhos para que êstes tomem parte nas festas escolares, salvo se, consultados, consentirem nelas.

Nos dias de festa nacional, a bandeira brasileira conservar-se-á hasteada nas fachadas de tôdas as casas de ensino público, qualquer que seja a zona em que estiver situada a escola.

A festa da Bandeira, qualquer que seja o dia da semana em que cair o 19 de novembro, deverá ser celebrada com toda a solenidade.

Após as comemorações, caberá aos srs. diretores comunicá-las, por ofício, à Delegacia, fazendo menção dos professores que não compareceram e do motivo da sua ausência e juntando cópia do programa da solenidade realizada. Idêntica comunicação farão os srs. professores de escolas isoladas, por intermédio dos respectivos auxiliares de inspeção. As faltas não justificadas dos professores motivarão censura pelo Delegado.

Nos dias que se seguirem às datas nacionais, nas aulas de linguagem escrita, os alunos desenvolverão trabalhos de acôrdo com o adiantamento da classe, referentes à festividade da véspera, e ao fato celebrado.

Os programas, quando haja conveniência, podem ser previamente exigidos, em pormenores, para a aprovação do inspetor ou delegado.

11. — Observações pessoais:

Os srs. inspetores procurarão conhecer os professores através da visita realizada, sob o triplice aspecto de sua idoneidade moral, capacidade profissional e dedicação.

12 — Termos de visitas:

Os termos de visitas dos inspetores devem ser sóbrios, e evitar, em regra geral, elogios ou censuras.

Deverão conter os reparos que se fizerem necessários, sem apreciações que melindrem. Quando houver necessidade, ante a importância observado, de externar um elogio ou censura, esta caberá ao Delegado ou Chefe de Serviço, fazê-lo, ex-offício, ou mediante proposta dos inspetores que providenciarão sobre a remessa do livro de visitas.

Os termos deixados no livro próprio, após a visita, serão feitos em linguagem simples, absolutamente clara e concisa, evitando-se divagações dispensáveis e deles constando o seguinte:

- nome do estabelecimento;
- nome do diretor;
- número de classes;
- número de adjuntos em exercício e licenciados;
- movimento da Caixa Escolar;
- matrícula (geral e por sexo);
- frequência (geral e por sexo);
- porcentagem.

Das visitas de inspeção (vide modelos).

I — Folha de visita — (só para grupos e escolas reunidas).

- a) Preencher os claros da parte impressa das folhas, declarando:
 - Número do distrito escolar;
 - município;
 - estabelecimento;
 - número da folha da visita (numeração geral);
 - número da visita do ano efetuada no estabelecimento
 - nome do diretor e classes visitadas.
- b) A letra R, inicial da primeira linha, servirá para o inspetor declarar: «Recomendei as seguintes providências», «Reiterei as seguintes recomendações» ou «Realizei os seguintes trabalhos».
- c) Nas linhas numeradas serão declaradas as providências recomendadas ou os trabalhos realizados pelo inspetor: — aulas, classificação, exercícios, testes, etc.
- d) Na coluna — Observações — um S ou um N, afirmarão ou negarão, em posterior visita, se as recomendações foram cumpridas.
- e) Com papel químico, e mesmo a lapis, serão escrituradas duas vias dessas folhas: — uma ficará no estabelecimento, para a verificação de que trata a letra d e a outra será enviada, desde logo, à Delegacia Escolar.
- f) No verso da folha a ser enviada à Delegacia, os inspetores poderão lançar as informações que julgarem necessário transmitir.

2 — Cartão de visita (só para escolas isoladas):

- g) Preencher os claros da parte impressa, declarando: — Número do distrito, município, escola (se masculina, feminina ou mixta); numeração do cartão de visita (numeração geral dos enviados); professor efetivo ou substituto; número da visita do ano efetuada na escola; o movimento verificado no dia da visita; informações sobre as condições do predio e do material escolar.
- h) No verso figurem informações:
- 1 — Sobre o professor: dedicação, capacidade profissional e moralidade;
 - 2 — Sobre os alunos: aproveitamento, asseio, aspecto físico, etc.;
 - 3 — Sobre o núcleo escolar: importância escolar, distância, meios de comunicação, nacionalidade predominante, escolas particulares, etc.;
 - 4 — Outras informações que possam interessar: recomendações ao professor, situação irregular, etc.;
- i) Apenas será preenchido um cartão para ser enviado à Delegacia Escolar;
- j) Os cartões de cores verdes serão usados para as escolas urbanas e os amarelos para as escolas rurais.

13 — Inspeção às escolas isoladas:

As escolas isoladas devem ser, de preferência, inspecionadas. Uma visita de inspeção deve comportar fases distintas de observação, inspeção propriamente dita, verificação do aproveitamento dos alunos e orientação do professor; por isso, não é aconselhável que o inspetor visite mais de duas escolas isoladas por dia, sendo mesmo esse o número máximo. O inspetor é autoridade da fiscalização da escola; mas é — principalmente — um assistente do professor, o seu guia e conselheiro. O auxiliar de inspeção só pode visitar escolas isoladas em casos urgentes ou quando de ordem superior.

14 — Disciplina:

1 — Façam os srs. inspetores observação cuidadosa e verifiquem se, de fato, a disciplina entre os alunos repousa na amizade recíproca e na atenção mantida pelo interesse provocado.

2 — O registo semanal das notas de comportamento com o conhecimento dos alunos, e a entrega dos boletins mensais pelo diretor, acompanhada de comentários, devem ser obrigatórios.

3 — É indispensável o preparo prévio das lições para que as aulas sejam dadas com segurança e despertem a confiança e interesse dos alunos. Tal preparo não deve ater-se unicamente à matéria, mas muito especialmente ao método, ou seja, ao modo de apresentar as lições. Presume-se que o mestre é senhor da matéria a ser ensinada no curso primário, mas o que importa é adequar o modo da apresentação da matéria ao grau da mentalidade do aluno, correlacionando-a com os conhecimentos já adquiridos.

No começo da semana o professor lançará, num livro ou caderno, os planos ou esquemas de lições a serem executados. No fim da semana ou sempre que julgar conveniente, o professor (obrigatoriamente, a partir do 2.º ano), anotar no «semanário de lições», as suas observações, fazendo a auto-crítica do trabalho realizado.

O inspetor em suas visitas e o diretor, semanalmente, visarão o semanário, observando com atenção o seu desenvolvimento.

15 — Assistência social:

Onde possível, cumpre aos srs. inspetores acoroçoar o serviço médico-escolar, de modo a organizar-se a ficha sanitária de cada aluno, o que dará margem a conhecer o seu estado de saúde, para futuro ou imediato tratamento por parte de seus progenitores e a designação de exercícios ginásticos, compatíveis com as suas possibilidades orgânicas. Cumpre-lhes, também, auxiliar permanentemente a luta contra endemias, principalmente malária e verminóses.

Cabe aos inspetores incentivar junto a tôdas as escolas, se possível, a fundação da Associação de Pais e Mestres, Biblioteca Escolar, Cinema Educativo, Cooperativa e Caixa Escolar. Uma vez fundadas, verificar sempre se essas instituições estão correspondendo aos seus intuitos. Daí a necessidade de pedir a remessa para a Delegacia do movimento mensal da Biblioteca, da Associação de Pais e Mestres, do Cinema Educativo, da Cooperativa e da Caixa Escolar.

Onde ainda não houver gabinete dentário, os inspetores devem trabalhar em favor de sua fundação.

Convém ao inspetor, por intermédio do professor e seus alunos, indagar do estado sanitário da localidade da escola e comunicá-lo à Delegacia.

16 — Período de funcionamento das escolas:

A modificação de horários das escolas isoladas depende de autorização especial da Delegacia; esta, de modo geral, permitirá a adopção dos seguintes horários:

- a) das 8 às 12 horas;
- b) das 12 às 16 horas;
- c) das 11 às 15 horas;
- d) das 12,30 às 16,30, com tolerância máxima de 15 minutos para as escolas situadas em estradas de ferro, desde que preencham quatro horas de aula.

Nos grupos trespobrados, o tempo de aulas é de 3 horas.

Em casos especiais, a Delegacia pôde autorizar outros horários, de modo que o tempo, em média, não fique prejudicado, nem o ensino. Deve, porém, comunicar a autorização à Diretoria Geral.

Para a organização dos horários escolares será observado o seguinte:

- 1.º Revista de higiene, ginástica respiratória e canto, diariamente e no começo do dia letivo;
- 2.º Os tempos serão suficientemente dilatados, abolindo-se, portanto, as excessivas sub-divisões rígidas dos horários;
- 3.º O horário será feito pelo adjunto e visado pelo diretor e, quanto às escolas isoladas, feito pelo professor e visado pelo inspetor;
- 4.º O horário poderá ser modificado conforme a necessidade da localidade onde está o estabelecimento.
- 5.º Os horários e as suas modificações devem ser enviados à Delegacia que, por sua vez, enviá-los-á ao Serviço de Programas e Livros Escolares.

O horário não é um círculo de ferro, dentro do qual o professor se debate, sem poder sair. A pontualidade e a hora certa para as cousas da vida, são qualidades louváveis, até certo ponto e limite. A experiência de cada dia demonstra que, na escola, o professor, ao desenvolver o seu trabalho, não pôde ser escravo das agulhas do relógio. O

horário organizado é apenas um guia e a extensão de cada aula subordina-se sempre ao interesse manifestado pelos alunos, isto é, a lição deve terminar quando a atenção voluntária cede lugar à atenção forçada.

18 — Chefias de serviço:

Os chefes de serviço se entenderão normalmente, por ofício ou verbalmente, com os delegados, os quais transmitirão aos inspetores para que as cumpram e façam cumprir, as suas determinações. O trabalho de inspeção destes funcionários será regulado por instruções que serão objeto de comunicação especial.

19 — Registo de visitas de outras autoridades:

Os chefes de serviço e delegados podem e devem fazer visitas a todos os estabelecimentos de ensino. Somente a respeito dos seus serviços, os chefes de serviço podem e devem deixar recomendações no livro de visita, mas devem observar tudo o que possa lhes parecer interessante e oportuno.

Aos inspetores e, quando por eles designados, aos auxiliares, cumpre consignar as recomendações gerais dos delegados e as próprias.

A inspeção geral por chefes de serviço visa a observação do que há na escola ou grupo, para conhecimento da Diretoria Geral e orientação dos delegados escolares.

20 — Pontos capitais de inspeção:

São pontos capitais de inspeção:

- a) classes quanto possível homogêneas;
- b) ensino de acôrdo com as recomendações publicadas dos chefes de serviço;
- c) é mister haver ensino eficiente, educação cívica, formação moral e artística dos educandos, e não serem jamais esquecidas, também, as noções de civilidade, e as normas de polidez a observar nos casos ocorrentes da vida escolar;
- d) A escola é leiga, por isso mesmo não tolera nada que destrua quaisquer princípios religiosos dos educandos;
- e) as crianças devem ficar completamente imunes a quaisquer paixões de momento, em tudo que diga respeito à vida cívica;
- f) é ponto fundamental a educação sob o ponto-de-vista da higiene;
- g) a autonomia didática (sempre justificada pelo rendimento do ensino) é limitada pelas recomendações da Diretoria Geral, por intermédio dos delegados; é ampla quanto aos processos, mas só excepcionalmente pôde ser concedida relativamente a métodos;
- h) o ensino deve ser feito tanto quanto possível, pelos programas oficiais e pela orientação especializada dos chefes de serviço.

21 — Inspeção às Escolas Normais Livres:

Na inspeção às Escolas Normais Livres, que deverá ser demorada e rigorosa, os chefes de serviço, delegados e inspetores escolares procederão de acôrdo com regulamento a expedir-se.

22 — Caixas escolares:

Com relação às Caixas Escolares exige-se:

- 1.º que sejam dirigidas por uma diretoria de, pelo menos, três membros;
- 2.º que seja afixado, mensalmente, em lugar onde fique bem visível, o balancete do mês anterior;

- 3.º que o saldo existente seja recolhido à Caixa Econômica local, se houver, ou fique em poder do tesoureiro;
- 4.º que o diretor do grupo, sendo obrigatoriamente diretor da Caixa escolar, não pôde ser o tesoureiro;
- 5.º que a renda da Caixa Escolar só pôde ser aplicada: no fornecimento de lanches, roupas, calçados, chapéus, remédios e material escolar. Qualquer outra aplicação dependerá de autorização especial do delegado da região, o qual será responsabilizado nos casos em que não haja motivo claro e justo para a autorização.

23 — Do material escolar:

- a) Os delegados regionais determinarão que em cada estabelecimento seja conservado apenas o material em uso imediato, promovendo o aproveitamento dos que excederam dentro de sua própria região ou comunicando a sua existência ao Almojarifado;
- b) em suas visitas de inspeção, tôdas as autoridades do ensino visarão os livros de inventário dos estabelecimentos ou repartições dependentes da Diretoria Geral do Ensino, e trabalharão ativamente para dar ou despertar entre diretores e professores, no uso e consumo dos materiais, aquela **consciência econômica** que convém aos interesses do Estado e da obra educacional;
- c) professores e diretores, constantemente preocupados com a cultura artística nas suas escolas, procurarão orientá-la também em proveito do nascer e crescer dessa consciência;
- d) praticando:
 - 1) o asseio pessoal e dos objetos de uso;
 - 2) o consumo e não o desperdício;
 - 3) cada coisa num lugar e um lugar para cada coisa;
- e) despertando:
 - 1) o amor pelos objetos, móveis, utensílios e edifício escolar;
 - 2) em tôdas as lições o que possa interessar à educação artística dos seus alunos;
- f) evitando:
 - 1) pregos inúteis pelas paredes.

COMUNICADO N.º 20 — de 27 de outubro de 1933

A Diretoria Geral do Ensino chama a atenção das autoridades e demais funcionários para as disposições do art. 977, § único do Código de Educação, abaixo transcritas:

«Os funcionários técnicos e administrativos da Diretoria Geral do Ensino e estabelecimentos a ela equiparados, não poderão, em matéria referente a serviço público, manter correspondência com o Governo, senão por intermédio da Diretoria Geral sob pena de censura, e, na reincidência, de suspensão até trinta dias.

Os funcionários técnicos e administrativos da Diretoria Geral do Ensino e estabelecimentos a ela subordinados, só poderão manifestar quaisquer pretensões ao Governo, mediante requerimento

e por intermédio da autoridade imediatamente superior, ficando sujeitos à pena de admoestação os que infringirem esta disposição, salvo para denunciar abusos ou excessos de seus superiores hierárquicos.»

COMUNICADO N.º 21 — de 1.º de novembro de 1933

Instruções que regulam o trabalho de técnica pedagógica

Aos srs. chefes de serviço, membros integrantes da Comissão de Didática e aos de Música e Canto Coral e Educação Física, a Diretoria Geral do Ensino recomenda que cumpram e façam cumprir as instruções seguintes, que regulam o trabalho de técnica pedagógica, a seu cargo:

Considerando que à direção do ensino cabe, primacialmente, a preocupação de se interessar pelo progresso da didática, no escopo de melhorar o rendimento do aparelho escolar, e, ainda, que o bom ensino supõe o bom professor e este será bom na medida, não só de sua cultura geral e pedagógica, mas de sua capacidade didática em cada matéria;

considerando mais que a comissão permanente de chefes de serviço, votada a estudos, pesquisas e demais atividades atinentes à didática, poderá tornar-se o centro de irradiação de conhecimentos e criar uma atmosfera propícia a debates e elucidação de assuntos que sirvam de base a um trabalho coordenado, a transmitir-se de professor a professor e de escola a escola:

resolve estabelecer as bases seguintes, sobre as quais deve repousar o plano uniforme da ação da Comissão de Didática e Chefias de Serviço de Música e Canto Coral e Educação Física;

1.º — No desempenho da incumbência que lhes cabe, por um princípio elementar de prudência e fugindo aos perigos da precipitação, os senhores chefes de serviço, desde o início de sua atividade funcional, terão a cautela de exercê-la, partindo do «que se faz» para o «que se deve fazer» e «o que se pôde fazer».

Daí, o regime a adoptar de visitas sistemáticas a grupos e escolas de aplicação, no intuito de se aproximarem do professorado em pleno campo do exercício de suas funções de modo a lhes ser possível, em contacto com a realidade, fazer averiguações na fonte autêntica da vida prática e verificar, pessoalmente, os processos de ensino aplicados pelos melhores professores.

2.º — Com o que de melhor usarem tais professores — planos de aulas, métodos, processos e modos de ensino, recomendáveis pela excelência do rendimento escolar; com o ensinamento dos livros que tratam do assunto; e, mais, com os conhecimentos próprios, adquiridos na sua vida de didatas — podem e devem os chefes de serviço elaborar o «plano didático» da matéria a seu cargo, organizando instruções gerais que, aprovadas pela Diretoria Geral do Ensino, serão publicadas na «Revista de Educação» e no «Diário Oficial», irradiando-se por todo o Estado, para conhecimento de tôdas as autoridades escolares e professores em exercício.

Parte precípua desse plano é o programa da matéria, elaborado de acôrdo com a orientação combinada com a chefia de serviço de programas escolares.

3.º — Nas visitas aos estabelecimentos, além do duplo objetivo de verificar «o que se faz» e aconselhar «o que deve ser feito», cabe-lhes, ainda, fazer trabalho intensivo de estímulo e propaganda, perante diretores e professores, no sentido de obter, da parte de todos, profícua e

assídua colaboração na «Revista de Educação», fornecendo às suas páginas trabalhos de caráter doutrinário, ou essencialmente didático, através dos quais o professorado paulista possa conhecer e deles fazer uso, os melhores métodos e processos de ensino de tôdas as matérias do programa.

4.º Assistindo aulas, por ocasião de suas visitas a grupos escolares, os chefes de serviço poderão dá-las também, se necessário e oportuno, perante o diretor, seus auxiliares e um ou mais adjuntos.

5.º — Como meio prático de divulgação dos conhecimentos fundamentais da didática da matéria a seu cargo, o chefe de serviço fará palestras, ora perante os delegados de ensino, inspetores e diretores, ora perante professores de grupos ou escolas isoladas, com a assistência daquelas autoridades. O trabalho junto aos professores de escolas isoladas será feito, de preferência, no dia de recebimento de vencimentos, na séde dos municípios, em local e hora prèviamente combinados. Nos grupos, a atividade funcional do chefe de serviço será exercitada de modo a, tanto quanto possível, não perturbar a marcha regular dos trabalhos do estabelecimento.

6.º — O trabalho de divulgação acima aludido, reclama do chefe de serviço assídua colaboração na «Revista de Educação», a cujas páginas confiará trabalhos próprios ou traduzidos de autores estrangeiros, colhidos em livros ou revistas pedagógicas, postos à sua disposição pela Diretoria Geral do Ensino, por intermédio da respectiva biblioteca. Caber-lhe-á, ainda, a tarefa de dar conhecimento aos professores, por meio da revista, da existência de obras didáticas úteis, fazendo das mesmas um trabalho vulgarizador de crítica, claro e esquemático, de fórmula a despertar, entre os docentes, a curiosidade e o desejo de conhecê-las, pessoalmente, no original.

7.º — Em resumo: — A tarefa do chefe de serviço é de divulgação dos melhores processos e métodos de ensino, da escola tradicional ou renovada e deve ser exercida apenas nesse caráter, com aspecto de tanto quanto possível amistosa persuasão, sem imposições, guardado, portanto, o devido respeito à autonomia didática dos **professores competentes** e que disso tenham dado e continuem a dar provas concretas, pelos resultados de seu trabalho e docência.

8.º — O chefe de serviço registrará, no roteiro mensal a apresentar, no fim do mês, ao sr. Diretor Geral do Ensino, todo o trabalho executado em campo e, antes de partir em excursão fóra da Capital, comunicar-lhe-á verbalmente os objetivos da viagem, assentando com aquela autoridade o plano que vai desenvolver para alcançá-los.

9.º — No sexto dia útil de cada mês, sob a presidência do respectivo chefe, os membros da comissão de didática se reunirão para estudo e debate de planos didáticos que terão de ser submetidos à apreciação da Diretoria Geral do Ensino.

A Comissão de Didática compõe-se dos seguintes chefes de serviço:

- 1 — **Presidente** — Prof. José Ribeiro Escobar.
- 2 — **Linguagem e Leitura** — Prof. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, prof. Antenor Romano Barreto, prof. Ataliba Antônio de Oliveira, prof. Luiz Galhanone.
- 3 — **Ciências Físicas e Naturais e Higiene** — Prof. Máximo de Moura Santos, prof. Galaor Nazaré de Araújo.
- 4 — **História Pátria e Educação Moral e Cívica** — Prof. Genésio de Almeida Moura, prof. Cesar Prieto Martínez.

- 5 — **Desenho e Trabalhos Manuais**—Prof. Armando Bayeux da Silva.
- 6 — **Geografia** — Prof. Otávio da Costa Silveira.
- 7 — **Didática em geral, Aritmética e Geometria** — Prof. José Ribeiro Escobar.

COMUNICADO N.º 22 — de 1.º de novembro de 1933

Serviço de Bibliotecas e Museus Escolares

A Diretoria Geral do Ensino recomenda a tódas as autoridades escolares que cumpram e façam cumprir as seguintes instruções, que orientam a organização de Bibliotecas e Museus Escolares:

I — BIBLIOTECAS ESCOLARES

1 — As bibliotecas serão, de preferência, circulantes, isto é, poderão os leitores retirar delas os livros que desejarem, mediante certas condições previamente estabelecidas, o que não exclúe o caráter de fixidez que também devem elas apresentar, isto é, estarem sempre franqueadas aos leitores e consulentes, de acódo com o horário que o seu regimento interno estabelecer.

2 — Deverão compreender duas amplas secções: uma de cunho literário e outra de cunho científico. Para isso, deve-se entender por leitura de cunho literário aquela que concorra para abrir o espírito do leitor para a criação de outros trabalhos de sentido artístico e estético. Pertencem a êste gênero: os livros de histórias e historietas mudas e de fundo moral e instrutivo; os jogos e brinquedos educativos; os livros de contos infantis; as fabulas; os livros de viagens imaginárias e aventuras; o teatro infantil, etc. Entende-se por leitura de cunho científico aquela que concorra para levar o espírito do leitor a suprir as lacunas verificadas durante o aprendizado ou mesmo ampliá-lo e consolidá-lo. São leituras dêste gênero: os livros de descrição e narrativas de viagens e explorações; os que tratam de inventos e descobertas científicas; os que se ocupam da riqueza, da flora e fauna brasileiras; os que estudam a natureza, a vida, usos e costumes de outras pátrias e povos; as gravuras históricas e atlas, etc.

3 — As obras serão selecionadas, de modo a evitar-se nas bibliotecas a presença de livros cuja leitura possa falsear a educação cívica ou moral das crianças.

4 — Em cada biblioteca escolar deverá haver uma secção, de cunho profissional, destinada a desenvolver a cultura pedagógica e científica do professor ou das pessoas que se interessam pelos assuntos educacionais.

5 — A organização das bibliotecas obedecerá, mais ou menos, ao sistema adotado na **Biblioteca Central de Educação** da Diretoria Geral do Ensino.

6 — Classificadas as obras nas condições do n.º 2 destas instruções, deverão ser, pois, convenientemente catalogadas, mesmo que se trate de biblioteca inicial e com pequeno número de volumes.

7 — A disposição dos livros nas estantes terá de atender ao duplo aspecto de economia de tempo e de espaço, e da estética.

8 — Os fichários poderão consistir em gavetinhas adaptáveis aos móveis existentes na biblioteca, e, quando nem a isso possa atender o estado financeiro da mesma, poder-se-á recorrer a caixas de giz, vasia, para servirem de fichários de emergência.

9 — Logo de início, tornam-se necessários dous catalogos: o **onomástico** e o **didascálico**, trazendo cada uma das respectivas fichas a indicação topográfica da obra, assim,

por exemplo, representada $\frac{7}{f-27}$, em que 7 indica a estante; f, a prateleira e 27, o número de ordem de colocação do livro na prateleira. Essa mesma indicação deve constar de uma etiqueta, que será colada no verso do rosto do livro. Na lombada dêste será aposta outra etiqueta, apenas com o número de ordem.

10 — O **catálogo onomástico** consiste no fichamento das obras pelo nome dos autores e o **didascálico**, pelo título das obras. As fichas serão distribuídas nos respectivos fichários, em ordem alfabética. A combinação de ambos os processos com o **ideográfico**, que é a catalogação das obras pelo assunto, fórma o **dicionário-catálogo**. (Vide modelos 1, 2, 3 e 4).

Modelo n.º 1

MESSER (Augusto)	$\frac{7}{f - 27}$
FILOSOFÍA Y EDUCACIÓN Madrid, Revista de Pedagogia, 1929.	

Modelo n.º 2

FILOSOFÍA Y EDUCACIÓN	$\frac{7}{f - 27}$
MESSER (Augusto) Madrid, Revista de Pedagogia, 1929.	

Modêlo n.º 3

EDUCAÇÃO	7
	f — 27.
MESSER (Augusto) FILOSOFÍA Y EDUCACIÓN Madrid, Revista de Pedagogía, 1929	

Modêlo n.º 4

FILOSOFÍA	7
	f — 27.
MESSER (Augusto) FILOSOFÍA Y EDUCACIÓN Madrid, Revista de Pedagogía, 1929	

11 — As fichas deverão ter 7,5×12,5 de dimensões, pois que assim o exige o tipo standardizado.

12 — Há ainda necessidade de mais um fichário, cuja organização requer apenas uma caixinha em que se combinem duas projeções alfabéticas, para receberem os impressos (duas vias) da requisição de livros (vide modêlo 5). A primeira via será conservada na primeira projeção alfabética, que se destinará ao nome do consulente; a segunda conservar-se-á na segunda projeção, que se destinará ao nome do autor da obra. Nesse mesmo fichário deverão ainda figurar duas projeções: uma numérica correspondente aos dias do mês, e outra com os nomes dos meses do ano.

13 — O mecanismo de retirada e devolução dos livros deverá subordinar-se ao seguinte processo: escolhida a obra, o consulente encherá, de próprio punho e em duplicata, o impresso de requisição. Até a devolução da obra, esse impresso será conservado no fichário de saída dos livros, nas condições já aconselhadas no n.º 12. Fixado o prazo de devolução pelo bibliotecário, far-se-á acompanhar o volume de um ou-

tro impresso cartonado, que indicará a data em que o leitor deverá apresentá-lo na biblioteca (vide modelo n.º 6). Recebido o volume, tiram-se do fichário as duas vias do impresso de requisição e nelas o bibliotecário passará o competente recibo, entregando ao leitor a 2.ª via e conservando no fichário, para efeito da estatística mensal, a 1.ª via. Em seguida, é a obra reconduzida ao respectivo lugar, de acôrdo com as suas indicações topográficas.

Modêlo n.º 5

GRUPO ESCOLAR DE	Ind. topogr. _____ _____
<p>BIBLIOTECA ESCOLAR</p> <p>REQUISIÇÃO DE LIVRO</p> <p>Autor X</p> <p>Título da obra</p> <p>..... de de 193..... Prazo de dias</p> <p>Assinatura:</p> <p>Cargo</p> <p>Residência</p>	
<p>O prazo para devolução foi prorrogado por dias.</p> <p>A obra constante desta requisição foi restituída em/...../.....</p> <p style="text-align: right;">O bibliotecário</p>	

Modêlo n.º 6

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Grupo escolar.....</p> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">BIBLIOTECA ESCOLAR</p>	<p>QUANDO DEVO RESTITUIR</p> <p>ESTA OBRA </p>	<p>No dia 5</p>
--	---	------------------------

14 — No verso do **modelo n.º 6**, poderão ser inscritos conceitos referentes ao valor e utilidade dos livros, com conselhos práticos sobre a sua conservação.

15 — Classificados e catalogados os livros e organizados os fichários indispensáveis ao seu funcionamento, estará a biblioteca em condições de ser utilizada pela sua clientela.

16 — As bibliotecas deverão fornecer à Delegacia do Ensino e à imprensa local, um boletim circunstanciado do seu movimento durante o mês, e, anualmente, os dados constantes do art. 114 do Código de Educação, os quais serão também enviados à Delegacia e à imprensa local. Para o boletim mensal, poderá ser adotado o seguinte modelo:

GRUPO ESCOLAR DE

Boletim mensal do movimento geral da BIBLIOTECA ESCOLAR, durante o mês de..... de 193.....

OBRAS EXISTENTES

OBRAS ENTRADAS	}	Por compra
NO MÊS		Por oferta
		De cunho literário

OBRAS LIDAS.	}	Por troca
		De cunho científico

OBRAS CONSUL-		De cunho literário
TADAS.		De cunho científico

QUAL A OBRA MAIS LIDA?

TOTAL DE LEITORES (alunos ou professores):

Do 1.º ano
Do 2.º ano
Do 3.º ano
Do 4.º ano

TOTAL DE CONSULENTES (alunos ou professores):

Do 1.º ano
Do 2.º ano
Do 3.º ano
Do 4.º ano

MOVIMENTO FINANCEIRO:

Saldo do mês anterior
Receita do mês
Despesas do mês
Saldo que passa para o mês seguinte

DATA

.....
DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR

17 — Para inventariar as obras da biblioteca, dever-se-á organizar um **livro-tombo**, em que figurem os seguintes dados: n.º; data da aquisição; título da obra; nome do autor; proveniência (doação, permuta ou aquisição); encadernação; número de páginas; número de volumes; número de exemplares; localização (n.º de ordem, estante e prateleira); fôrma (livro, mapa, desenho); observações, etc.

18 — Todos os alunos, ao devolverem o livro, deverão apresentar sôbre a leitura feita um ligeiro resumo, que poderá obedecer ao seguinte modelo, impresso em cartão ou papel:

Grupo Escolar de

BIBLIOTECA ESCOLAR

Nome do aluno

Idade Classe.....

Data do início da leitura

Data do final da leitura

Número da obra

Nome da obra

Nome do autor

Nacionalidade do autor

OBSERVAÇÕES

- 1 — Marque o lugar de sua leitura com êste cartão.
- 2 — Não perca êste cartão. Êle deve sempre acompanhar o livro.
- 3 — O livro deve ser conservado com o máximo cuidado, responsabilizando-se o aluno pelos estragos que nele fizer.
- 4 — Só poderá ter o aluno um exemplar de cada obra da biblioteca.
- 5 — Não é permitido ao aluno fazer troca de livros diretamente com outro.

**NÃO MOLHE O DEDO NA BÔCA PARA VIRAR A
PÁGINA DO LIVRO**

20 — Com o fim de dar maior amplitude aos conhecimentos pedagógicos no meio profissional, seria de grande vantagem que os srs. professores apresentassem ao diretor da biblioteca uma apreciação sobre a obra de lerem, apreciação que seria tanto mais minuciosa quanto mais imediata fosse a possibilidade de sua aplicação no estabelecimento de ensino, por isso que poderia constituir objeto de considerações e debates na casa, por ocasião das palestras pedagógicas mensais.

II — MUSEUS ESCOLARES

1 — Afim de não se tornarem destituídos de interêsse e não embotarem o espírito dos alunos com a monotonia, deverão os museus estar sujeitos a uma constante renovação nos materiais que os formam.

2 — Porisso é que o acesso aos museus só poderá ser facultado aos alunos, quando apresentarem êles qualquer modificação digna de nota, devendo, por outro lado, a sua entrada estar, permanentemente, franqueada ao público e a todos os interessados.

3 — Para que dispensem outros informes, que não os que a sua própria inspeção sugira, deverão todos os objetos dos museus ser rotulados de acôrdo com a sua catalogação.

4 — Nos estabelecimentos de ensino, onde houver impossibilidade material para a organização dos outros tipos de museus, de acôrdo com o art. 116 do Código de Educação, deverá, pelo menos, ser organizado o museu de escola.

5 — A contribuição, para o museu, das classes dos estabelecimentos de ensino, onde se pratiquem sistemas de educação renovada, deverá constar de objetos e materiais que sejam meios de expressão dos «projetos» ou «centros de interêsse», desenvolvidos pelos alunos.

6 — Nas classes, onde o sistema de educação é o «tradicional», essa contribuição deverá ser de todo o material que vise completa objetivação do ensino e que seja executado pelos alunos, em trabalho de cooperação ou isoladamente, ou por êles colhidos em suas excursões escolares, sempre guiados pelo professor.

7 — Para a organização material dos museus será conveniente adotar-se o sistema de catalogação por fichas, em que figurem:

- a) nome do objeto ou material;
- b) nome da disciplina a que corresponde;
- c) sua aplicação;
- d) procedência;
- e) data de sua entrega ao museu, etc.

8 — Afim de ser cumprido um dos itens do art. 114 do Código de Educação, em que se pedem dados sobre a influência social exercida pelos museus escolares, poder-se-á adotar uma ficha para impressões espontâneas daqueles que os visitarem, de acôrdo com o seguinte modelo:

GRUPO ESCOLAR DE

MUSEU ESCOLAR

1 — Que acha deste museu?

2 — Como soube de sua existência?

3 — Entende o sr. que corresponde êle às necessidades educativas deste meio?

4 — Qual de suas secções melhor preenche essa finalidade?

Data

Assinatura

Profissão

ATRAVÉS DE REVISTAS

O LIVRO E A ESCOLA NOVA

FERNANDO DE AZEVEDO

Diretor do Instituto
"Caetano de Campos"

Um dos pontos que mais cuidado mereceram na administração do ensino em São Paulo, quando à sua frente esteve FERNANDO DE AZEVEDO, foi a organização das bibliotecas escolares. A criação de um serviço especializado — o Serviço de Museus e Bibliotecas Escolares — prova o interesse que essa administração consagrou à importante questão das relações do livro com a escola, dentro das concepções fundamentais da educação renovada.

O trabalho de organização das bibliotecas, continuação e expansão da obra aqui iniciada por LOURENÇO FILHO, produziu frutos. Bibliotecas se fundam, outras se organizam, o movimento não cessa.

A PAGINA DE EDUCAÇÃO publica o discurso que FERNANDO DE AZEVEDO pronunciou, agradecendo a homenagem que lhe foi prestada pelo Grupo Escolar da rua Augusta, cuja biblioteca escolar tomou seu nome.

A inauguração da biblioteca escolar que a vossa bondade quis colocar sob o meu patrocínio, não é apenas a sagração pública, em face dos pais, professores e alunos, de uma dessas iniciativas brilhantes com que nos costumamos edificar a vossa capacidade de trabalho e dedicação. Já bastava à vossa alegria e ao nosso reconhecimento o «acrescimento de riqueza» que trouxe para a escola a criação de uma biblioteca escolar, com que se põe ao alcance de professores, zelosos de sua

cultura profissional, e de alunos, ávidos de conhecimentos, um novo material de reflexão, de estudos e de recreação. Mas a este fato, já de si tão importante pela sua significação própria, imprime relevo e lhe duplica o alcance o sentido profundo que contém de pensamento renovador, a que a vossa generosidade inesgotável em surpresas, associando numa só solenidade a inteligência e o coração, entendeu acrescentar o realce que vem dos gestos de altivez, de independência e delicadeza de sentimentos.

A RENOVAÇÃO DOS MÉTODOS ESCOLARES

Certo, com a renovação dos métodos escolares, as bibliotecas tomaram um impulso vigoroso e ganharam não só em extensão, multiplicando-se por toda parte, em escolas de todos os graus e categorias, mas em linha vertical, renovando-se e aperfeiçoando-se, para se tornarem cada vez mais acessíveis, atraentes e utilizáveis, sob o influxo das novas idéias de educação. Mas, se examinarmos a questão de perto, não nos pôde surpreender esse isocronismo dos dous movimentos,

paralelos e sincronizados, o da renovação educacional, de um lado, e o das bibliotecas escolares, de outro, desenvolvendo-se segundo o mesmo ritmo e na mesma direção. É que, com a renovação das técnicas de ensino, que rejeita a rígida disciplina de livros padronizados de leitura ou de texto, se alarga cada vez mais o campo de estudos, de investigação e de trabalho que oferecem as bibliotecas, onde o aluno libertado do livro de texto, do «livro único», vai encontrar, acessível, para o seu benefício e prazer, uma variedade sempre renovada de livros suscetíveis de satisfazer à multiplicidade de seus interesses, de seus gostos, de suas aptidões e de suas necessidades.

O LIVRO E A EDUCAÇÃO RENOVADA

A ofensiva da educação nova contra o livro de leitura ou de texto, tem sido freqüentemente interpretada, por ignorância ou má fé, como uma investida contra o livro e a cultura. Mas a verdade é que a educação nova, longe de deprimir o valor do livro, o reabilita pela «nova função» que lhe atribuiu, como um instrumento de trabalho. O livro de texto, na escola tradicional, é o «centro», em torno do qual gravitam tôdas as atividades escolares que se sucedem, na ordem de distribuição da matéria e segundo as suas sugestões metodológicas; o livro escolar na educação renovada é um «instrumento de trabalho», na atividade total da escola, que se desenvolve sob o impulso e em torno da criança, — o centro de gravidade da nova educação; aquele é o livro-padrão, que se presume bastar-se a si mesmo, na sua função absorvente, uniformizadora e autoritária; êste, um «elemento de cultura», que auxilia, completa e alarga a experiência que nos vem

da observação direta e do trabalho — dos olhos, das mãos e da ferramenta; aquele, o instrumento a que o aluno se escraviza; êste, o instrumento de que se utiliza, como meio; aquele, o livro imposto que se lê por necessidade e se abandona com prazer, o fastio das leituras sem interesse, com que a escola transmite o desamor senão o horror aos livros; êste, o livro de que se precisa e que se procura, como uma fonte de informações, de estímulos, de recreio e de reflexão e extrai todo o seu encanto e a sua força do interesse que despertou e que nos faz associar, mais tarde, a lembrança da escola e da própria infância à das leituras, com que se tocou mais profundamente o coração, se produziram os primeiros impulsos para o ideal e se estabeleceram os primeiros contatos com a experiência humana.

Aliás, quando pelo livro se passa, animando-lhe as páginas, uma centelha de vida ou um sopro de arte, não há estabelecer entre o livro e a vida essa oposição que sugerem os livros artificiais, sistemáticos e frios, que constituem a maior parte de nossa literatura escolar, ainda em formação. Se é verdade que «a experiência sensibiliza o homem para a observação como uma chapa fotográfica», e se «aprender a ver» é a mais longa aprendizagem de tôdas as artes, a literatura criada com a essência do que se viu e se sofreu, não é a acumulação da própria experiência humana e a fixação de aspectos da vida real, que, apanhados na tela ou no mármore, na canção e no livro, pela linha e pela côr, pelas fórmulas e pelo relêvo, pelo som e pela palavra, nos despertam a sensibilidade, o pensamento e a reflexão? Bemvidos sejam, pois, à escola nova os livros de literatura, de ciência e de arte, em que a vida, surpreendida na complexidade de seus fenômenos e na variedade de seus aspectos,

formiga de incidentes, de sugestões e de fatos, se alarga nos seus horizontes, se embebe nas sombras, se aprofunda nas observações da análise social e brilha de mil reflexos, da meia luz indecisa dos seres que amanhecem para a vida; das claridades matinais da adolescência; da luz intensa de que brotam a alegria do ar livre e a alegria fácil das formas que o sol amadurece e dos efeitos de luz, nas horas crepusculares da velhice, em que as cores se sucedem e mudam de tons e de valor, como ao cair do sol...

Os livros, assim entendidos, como obra de pensamento e de sensibilidade, de sentimento e de cultura, apropriados a cada idade, longe de acentuarem o divórcio entre a escola e a vida, só poderão contribuir para que uma e outra se aproximem e formem uma só e mesma cousa, segundo os novos ideais pedagógicos, que são os vossos ideais, e continuam a manter o mesmo prestígio e a mesma força de atuação.

Pois, a biblioteca que hoje se inaugura, é também um documento altamente expressivo da rapidez e do entusiasmo, com que, apenas instalada essa nova casa de ensino, vós, diretora e professoras, vos pusestes na corrente do pensamento renovador, consolidando, pela unidade de vistas e de sentimentos, e tornando orgânica a união, antes accidental, que a administração iniciou, agrupando-vos sob o mesmo teto e a mesma direção. Vós todas sentíeis que era chegada a hora de libertar a escola do formalismo estreito e das garras da rotina, em que se asfixiava, para reintegrá-la, como instituição social, no coração da sociedade, e tornando-a mais viva e mais humana, fazê-la palpitar e pulsar segundo o ritmo da vida e em contacto direto com as correntes renovadoras, que se cruzam no meio social, e em cujos pontos de

interferência já se assinalam os quadros de uma nova civilização.

O ESPÍRITO DA EDUCAÇÃO RENOVADA

«A criança tem direito, já o notava Angelo Patri, a uma bela partida para a viagem da vida, se se quer que tenha a sorte de marchar até o fim, de cabeça erguida e o corpo firme e direito». Se é preciso que a escola exerça uma influência decisiva, na formação das novas gerações, e se desejamos sinceramente que ela seja uma «fôrça viva», no processo social de educação, temos de reorganizá-la e aparelhá-la de bibliotecas e de museus, de oficinas de trabalhos manuais, de campos ou salas de jogos, para que sejam excelentes e capazes de deixarem uma impressão indelével os primeiros contactos dos alunos com a escola e se abram, a cada criança, na vida escolar, tôdas as oportunidades de se desenvolver, «segundo as suas aptidões e uma direção que lhe seja própria». São tão variadas e tão poderosas as forças e instituições sociais que exercem influência sobre o homem, envolvendo-o do berço ao túmulo, que a ação da escola se esterilizará, embaraçada na rede dêsse complexo de ações e reações sociais, se ela persistir em não se desenvolver «ao par da marcha do mundo», em não se adiantar à evolução social ou, ao menos, acompanhá-la. É preciso, pois, marchar, sempre para a frente, acelerar o ritmo da renovação escolar, vigiar constantemente sobre as «reações» que provocam os novos processos sobre o espírito infantil, para que a ação da escola seja continua, coerente e fecunda, capaz de guardar, em cada criança, o equilíbrio da saúde; de mantê-la em contacto permanente com as idéias vivas e saudáveis; de fazê-la crescer, no convívio social com os outros, no seio da alma coletiva, «de

que recebe a esperança, a vida, a força e a emoção», e de não somente desenvolver a personalidade da criança, como também desprender todos os recursos de sua natureza, em prol do bem comum ou do interesse coletivo.

Mas, com a homenagem desinteressada que me prestastes, dando o meu nome à vossa biblioteca escolar, quisestes acrescentar à vossa iniciativa, duplamente respeitável pelo «benefício» que fizestes à escola e pela profissão de fé nas idéias novas de educação, o prestígio sadio e as generosidades do coração feminino. Essa homenagem que podia ser vulgar e estranha, em outra ocasião, tira tôda a sua força e nobreza, não só dos sentimentos de altivez e independência que a inspiraram, como também do fato de ser tributada a um homem que, além de já ter deixado o pôsto de direção e de comando, já teve de se defender, em outros sectores, das pedras em que se converteu a submissão ou o entusiasmo dos dias de govêrno. A impassibilidade do céu ilumina com a mesma serenidade de sua luz e fere com o mesmo rigor de suas tempestades a adversidade e a fortuna, a miséria e a riqueza, o bem e o mal, o crime e a renúncia, a retidão e a injustiça dos homens. Mas, quando de espíritos altos e corações generosos desce, como uma bênção para os que bem serviram, a luz serena dos juízos claros e retos que a bondade do coração torna macia e acariciadora, renasce, nos homens, a confiança na vitória da verdade, no império da justiça e no predomínio definitivo das forças morais.

A minha sensibilidade, como

vêdes, não se embotou ainda na luta incessante que tenho sustentado para a defesa das novas idéias de educação, já concretizadas num programa de política educacional, por duas vezes, no Rio e em S. Paulo, executado em postos de direção. A força de estudar, como a força de combater e de lutar, tornam-se uns de coração insensível e calejado, e vão-se tornando outros, como observava Ed. Goncourt, em lugar de se endurecer, uns «escorchados morais e sensitivos, feridos à menor impressão, sem defesa, sem envolucro, sangrando sempre». Insensível à injustiça, à deslealdade e à torpeza dos homens, nunca pude manter o coração indiferente e fechado aos movimentos de simpatia e de generosidade, tanto mais belos quanto mais a vida acentuando o contraste e estabelecendo o equilíbrio entre o bem e o mal, entre a grandeza e a mesquinhez, entre a inteligência e a rotina, entre o ideal e os interesses, se compraz em colocá-los sempre um em face do outro, para que os homens nem se embalem demais nas esperanças nem desfaileçam, um dia, de delusões...

Mas, por mais que a hospitalidade que ofereceis ao meu nome, num largo gesto de generosidade para comigo, insinuasse uma cativante homenagem pessoal, eu pressenti, na delicadeza da lembrança que agradeço, uma demonstração altamente valiosa de solidariedade, menos à pessoa do que aos novos ideais de educação com que se prepara, através de todos os obstáculos, a escola de amanhã.

(Da "Página de Educação", do "Diário de São Paulo".)

DOM BOSCO, EDUCADOR

MÁRIO CASASANTA

ex-diretor da Instrução
Pública de Minas Gerais

D. BOSCO FOI UM EDUCADOR?

Eis o primeiro problema, que temos a considerar: DOM BOSCO foi devéras um educador ou apenas um construtor e diretor de estabelecimentos de ensino?

Com efeito, percorri os mais vulgares trabalhos acerca da história da educação e neles se não me deparou um período sequer referente a D. BOSCO. Quando muito, a simples citação de seu nome, entre os que se consagraram à educação, na Itália, sem consideração alguma do que êle foi e do que êle fez. MONROE, WEIMER, DAMSEAUX, COMPAYRÉ, por exemplo, o omitem. É certo que RIBOULET, católico, o estuda, mas o *Dizionario illustrato di Pedagogia*, estudando menores, com minúcias, o estuda pela rama, embora feito por professores italianos.

FRANÇOIS DE GUEUX cita-lhe apenas o nome. MESSER o omite. Omite-o a *Cyclopedia of Education* de MONROE. Omite-o o *Dictionnaire de Pedagogie* de BUISSON. AFRÂNIO PEIXOTO, o nosso mais recente historiador da educação, e aliás com os melhores dotes de *sportsmanship*, entre centenas de nomes, não regista o de DOM BOSCO.

Feitas as contas, restam RIBOULET, católico, coluna e meia de um dicionário italiano de pedagogia, algumas linhas de PATRASCOIU e a citação de GUEUX.

Promoveu a organização de estabelecimentos, com sacrifício; dirigiu tais estabelecimentos com dedicação; tirou do nada elemen-

tos para uma obra enorme; mas isso não quer dizer que lhe quadra a qualificação de educador.

Um milionário norte-americano, e há vários deles, pôde empregar uma parte do seu dinheiro na construção de escolas, ginásios e universidades. É possível que tal dinheiro seja mesmo superior ao que D. BOSCO empregou nas suas obras. Entretanto, nunca se poderá dizer que tal milionário seja um educador. Será um grande cidadão, um grande filantrôpo, um grande homem, mas educador é que não será.

Por outro lado, um homem pôde fundar colégios e ficar-lhes na direção, por muitos anos. O colégio é iniciativa sua; as suas idéias, o seu suor, o seu sacrifício, a sua vida podem consagrar-se-lhe inteiramente. E é vulgar que se não lhe atribua a qualificação de educador.

Assim, dir-se-á, D. BOSCO foi um grande homem e, sobretudo, um grande filho da Igreja; catou as crianças nas ruas, ao feitio de VICENTE DE PAULO, mas como VICENTE DE PAULO, não é um educador. Tôdas as nossas dioceses têm ginásios, quasi tôdas as nossas cidades têm estabelecimentos de ensino. Entretanto, será êrro asseverar que todos quantos organizem êsses estabelecimentos e os superintendam — sejam educadores. DOM BOSCO, como grande santo, exercitou a heroicidade permanente de recolher os desamparados e de lhes dar possibilidades de regeneração. Não se lhe conhece, porém, a metodologia, nem se votou êle ao trabalho de deixar uma obra que desse a perceber as linhas gerais de um sistema.

Dir-se-á, com razão?

Dous anos antes da morte dele, o Reitor do Seminário de Montpellier instara com D. BOSCO para que expusesse o seu método, e D. BOSCO exclamava em presença dos membros do Conselho Superior da Sociedade Salesiana:

Quer-se que exponha o meu método: mas se nem eu mesmo o sei! Sempre andei conforme a inspiração do Senhor e as exigências das circunstâncias.

D. BOSCO nada deixou, portanto, em matéria de teoria de educação. Não se lhe sabe dos métodos, pois nem êle própria-mente o sabia.

ROUSSEAU, D. BOSCO

ROUSSEAU é proclamado, pela escola nova, como um pioneiro.

Cabe-lhe o nome de educador?

— Sim, respondem. ROUSSEAU escreveu o **Emílio** e no **Emílio** se acham, ao lado de graves êrros, grandes acertos: consigna os princípios cardeais da escola nova, e um estudo, mesmo perfunctório, descobrirá, no que escreveu, quasi tôdas as reivindicações pedagógicas dos nossos dias.

Mas compare-se o que escreveu ROUSSEAU, na sua obra, com o que foi de fato na sua vida: há um traço que ligue uma cousa a outra?

D. BOSCO, ao contrário, não deixou um compêndio de pedagogia. Deixou algumas instruções. Agiu, praticou. A sua vida escoou-se-lhe entre alunos e dentro da escola.

Cabe-lhe ou não a qualificação de educador?

O QUE É EDUCADOR?

Em sua monografia, **El alma del educador y el problema de la formación del maestro**, o prof. GEORG KERSCHENSTEI-

NER define o educador como sendo «o homem que, voluntária ou involuntariamente, influe na vida espiritual de seus semelhantes, elevando-os a um estado mais perfeito».

Nela, o notável pedagogo alemão discrimina bem o educador teórico do educador prático. ROUSSEAU é um educador teórico. Quer isso dizer que os que não deixaram tratados de educação não sejam educadores?

É o próprio KERSCHENSTEINER quem se incumbem da resposta: em primeiro lugar, pensa que um dos equívocos mais ingênuos e correntes consiste em supor que os maiores pedagogos são aqueles que escreveram livros cheios de erudição sobre matéria pedagógica; em segundo lugar, mais adiante, dá a ver que, enquanto nas ciências matemáticas ou na filosofia, se infere judiciosamente que o autor de uma obra importante deve ter sido um filósofo ou matemático, o mesmo não acontece com a pedagogia, porque o educador «é sempre um homem ocupado com a prática», e, afinal, que a Humanidade teria já declarado a sua falência, há muito tempo, caso o valor pedagógico dependesse estritamente da erudição ou da ciência pedagógica.

AS DUAS ALAS DE EDUCADORES

Há, portanto, duas grandes alas de educadores: os educadores teóricos e os educadores práticos.

Uma pôde viver, apenas, entre paredes de um gabinete, procurando, entre montes de monografias, alguns princípios gerais.

Outra vive dentro da escola, no convívio continuado das crianças, entre a tagarelagem e a atividade, tão cheia de graça e de imprevisto, que só a infância sabe proporcionar.

Os primeiros fazem ciência, os segundos praticam a ciência. Os

primeiros assentam as leis da educação, os segundos fazem educação real. Os primeiros traçam os rumos e falam, por vezes, para os séculos que desfilam. Os segundos falam e agem, sobretudo, para a parcela de humanidade que se lhes confiou.

Para onde vai ROUSSEAU?
Para onde vai D. BOSCO?

ROUSSEAU, entre muito cascalho, deixou-nos verdades de relêvo, mas na prática não soube discriminá-las e aplicá-las. D. BOSCO, sem condensar em obra um sistema, deixou-nos algumas normas de muito proveito, mas o seu propósito era elevar o nível das gerações que lhe estavam diante dos olhos.

Foi, assim, D. BOSCO, mais um educador prático do que teórico, sem embargo de lhe não serem estranhas as correntes pedagógicas de seu tempo. D. BOSCO lia tudo. Buscava a verdade em tôda a parte. Para os historiadores da educação, porém, há de ficar como o realizador, por excelência, que, nas suas realizações pedagógicas, alcançou o que poucos mestres de nosso tempo puderam alcançar.

DEGENERACÃO, REGENERACÃO

Na verdade, se tem razão KERCHENSTEINER, quando define o educador como o que influe na vida espiritual dos outros homens e os eleva para um estado mais perfeito — que se há de dizer de D. BOSCO que apanhava o rebotalho das ruas para o elevar a níveis extraordinários de perfeição?

É educador o que faz de uma criança normal um cidadão normal: e como chamar àquele que faz de um moleque da rua, daquelles birichini sem sentimento nem roupa, que viviam miseramente no corpo e na alma, praticando o mal e carregando farrapos, não só criaturas fecundas para a hu-

manidade, mas também e principalmente exemplos de perfeição para os homens?

Que dizer de D. BOSCO, que apanhava os abandonados da rua e do cárcere, afim de formar bons cidadãos nesta terra, para um dia serem dignos habitantes do céu?

SABER E FAZER

Eu tenho um grande aprêço pelos pedagogos de nosso tempo. Sou dos que prestam a DEWEY e a KILPATRICK, a DECROLY e a FERRIÈRE, a KERSCHENSTEINER e a LOMBARDO — RADÍCE — o culto que merecem, embora procurando respigar bem o trigo da verdade entre o joio das conjeturas, das hipóteses, das afirmações individuais e dos preconceitos, que nos querem propinar como ciência.

Pois bem.

Tome-se um JOHN DEWEY e diga-se-lhe que vá a uma casa de regeneração de menores delinquentes, que siga o regime de uma penitenciária comum e, o que é mais, de uma penitenciária de há um século atrás.

— Prof. JOHN DEWEY, tenho perto de quatrocentos rapazes na **Generala**, casa de correção de Turim. O sr. tem três dias para doutriná-los. Depois desses três dias, há de passear, a sós com eles, a pé, até Stupinigi. Partirão cedo e voltarão à noute. Será um belo passeio. Note, porém, que nenhum aluno há de faltar à chamada, à noute, na hora de recolher.

Que diria o **leader** da educação norte-americana?

— Não é possível aceitar a proposta.

Vamos aos fatos e não é preciso sair do Brasil. A Escola de Reforma «João Luiz Alves», do Rio de Janeiro, tem oitenta reclusos. Para esses reclusos há 61 funcionários e um destacamento policial de 17 praças armadas convenientemente. Além disso

funciona numa ilha — a ilha do Governador, e não lhe faltam muros. O Instituto Disciplinar de São Paulo, que parece pedagogicamente mais bem aparelhado e a que não falta assistência religiosa, tem para 210 reclusos 60 funcionários, entre os quais 42 vigilantes, sendo de notar que há alunos até de oito anos de idade. O mesmo acontece em outros países, porque o fenômeno da fuga, nesses estabelecimentos, é natural e infalível.

Isso diria o prof. JOHN DEWEY e acertadamente.

E D. BOSCO?

As Memórias, vol. V p. 219-226 no-lo contam, com eloquência:

« Pouco depois da Páscoa, de 1855, D. BOSCO tinha dado àqueles jovens os exercícios espirituais, que foram fecundos de bênção para suas almas. A doçura e a caridade de seu coração tinham conquistado até os mais discolos e levá-los a todos aos santos sacramentos, com exceção de um só.

Nos seus ouvintes, nos seus penitentes reconheceu uma sincera conversão ao bem, e, ao mesmo tempo, uma afeição profunda e uma penhorada simpatia para com ele próprio. O santo Padre comoveu-se com isso e resolveu obter para eles algum alívio para a sua prisão. O primeiro pensamento que lhe acudiu foi o de uma bela excursão, convencido de que a privação de movimento e de liberdade era a mais dura e insuportável punição. Foi ter com o Diretor dos cárceres da cidade.

— Venho, lhe disse, fazer-lhe uma proposta; há probabilidade de ser aceita?

— Faremos tudo que pudermos, sr. Padre, para lhe agradar, respondeu o Diretor, visto que a sua influência em nossos prisioneiros nos foi de grande ajuda.

— Pois bem, permita-me, sr. Diretor, que eu implore uma graça para estes pobres jovens, cuja

conduta exemplar não dá, há algum tempo, motivo de queixa; quero conduzi-los a pé até Stupinigi; parte-se de manhã e volta-se de noute; este passeio far-lhes-á bem à alma e ao corpo.

O Diretor, espavorido, deu um salto da cadeira.

— Mas v. revma. não está falando sério, exclamou.

— Falo com a maior seriedade do mundo, replicou-lhe o padre, e peço-lhe tomar em consideração a minha proposta.

— Não sabe que sou responsável por qualquer fuga?

— Esteja certo de que não haverá nenhuma fuga; eu me comprometo a trazê-los todos, se me confiar.

Longa foi a discussão: D. BOSCO insistia: o Diretor entrincheirava-se atrás da inflexibilidade do regulamento; finalmente, não podendo tomar nenhuma resolução, consentiu em levar a proposta ao ministro.

D. BOSCO, nesse tempo, visitava CARLOS FARCITO DE VINEA, que era então, intendente geral, ou Prefeito de Província, a quem incumbia dar a permissão. Ele, porém, ouvindo a pretensão, foi inexorável em sua negativa.

Estava como ministro URBANO RATAZZI, homem que, se tinha alguma falha de ordem moral, não carecia de engenho. Refletiu um instante sobre a proposta, que o Diretor das prisões lhe apresentou em nome de D. BOSCO e fez saber a D. BOSCO que desejava vê-lo. Encontraram-se face a face o adversário e o defensor das ordens religiosas. RATAZZI devia ter, ao menos por alto, notícia das cartas que D. BOSCO escrevera ao Rei, mas parece que nada lhe disse.

D. BOSCO apresentou-se ao ministro com aquele ar simples e aberto que lhe era natural, e conservava sempre, mesmo perante os mais altos personagens. O mi-

nistro recebeu-o com grande gentileza.

— Quero, sr. Padre, consentir na proposta, que em seu nome me foi feita, dias atrás. V. revma. poderá por em execução o seu plano de passeio, que fará muito bem àqueles jovens prisioneiros, tanto moral como fisicamente; darei as ordens necessárias; á distancia, os carabineiros, disfarçadamente, acompanhá-lo-ão para ajudá-lo no caso em que haja necessidade de manter a ordem, e para fazer uso da fôrça, se alguns recalcitrantes se recusarem à noute a voltar para a prisão.

O ministro pronunciou estas palavras com acento firme, acreditando ter satisfeito a todos os desejos de D. BOSCO. Mas êste havia sorrido, quando ouvira falar de carabineiros.

— Excelência, respondeu-lhe, sou-lhe gratíssimo pela cortezia, mas só efetuarei o meu projeto com uma condição e é que me permita ficar só com os meus rapazes, dando-me a sua palavra de honra que não mandará a fôrça pública atrás de mim. Tomo a cousa por minha conta; e V. Excia. me pôde mandar prender, se houver qualquer desordem.

O ministro ficou estupefacto.

— Mas, explicou êle, V. Revma. à noute não trará um só daqueles pobres rapazes.

— Fie-se de mim, retorquiu D. BOSCO, e a sua fisionomia mostrava claramente que não cederia.

Assim, ou fazer ou deixar. Ora, RATTAZZI, tinha curiosidade de experimentar; por outro lado, aquele sacerdote lhe inspirava inteira confiança; e, porisso, permitiu a D. BOSCO que fizesse o que queria.

Pôde-se calcular o que foi a excursão. Os rapazes ficaram maravilhados com o contacto com a liberdade. Levaram provisões de bôca. E, como quer que D. BOSCO dêsse mostra de fadiga, repartiram a carga do burrico entre si. fizeram que D. BOSCO mon-

tasse no burrico e foram puxando as rédeas, dous a dous, revesadamente. Almoçaram, merendaram, rezaram.

«Descrever o contentamento que resplandecia em todos aqueles rostos, termina o cronista, é cousa impossível. Gozaram um mundo de delícias, nas alamedas do castelo real, à sombra das arvores, à beira das aguas, naqueles prados cobertos de ervas e esmaltados de flôres.

A sua conduta foi irrepreensível; nenhuma briga veio perturbar a paz daquele dia, e D. BOSCO não teve precisão de advertir nem de censurar, para manter a disciplina. À noute, retornaram todos para a sua triste habitação, com maior resignação com a sua sorte e com mais docilidade do que antes.

O ministro esperava, com impaciência, o resultado da expedição; apesar da confiança que voltava a D. BOSCO, não se sentia de todo tranquilo. Mas D. BOSCO, sem perda de tempo, procurou-o e espantou-o, com a sua narração.

— Sou-lhe muito grato, sr. Padre, por quanto fez a nossos pobres prisioneiros, mas quero saber por que motivo o Estado não tem sôbre aqueles jovens o prestígio que V. Revma. tem.

— Excelência, respondeu-lhe o padre, a fôrça que nós temos é uma fôrça moral, ao passo que o Estado só sabe mandar e punir; nós falamos principalmente ao coração da juventude e a nossa palavra é a palavra de Deus.

E o Ministro teve de compreender que a Igreja possui uma fôrça misteriosa, que não se atinge cá em baixo e que as perseguições dos homens não enfraquecerão jamais.

Disse a D. BOSCO:

— Vós podeis reinar sôbre o coração da juventude: nós não podemos; êsse domínio vos é reservado».

O episódio é histórico. O **Boletim das prisões** consignou-o, quando D. BOSCO morreu. E todos os cronistas o têm consignado, com minúcia.

Em todo caso, há uma grande distância, entre fazer e saber. Em pedagogia, como nas demais atividades. É certo que D. BOSCO não deixou em livros o seu sistema. Mas realizou-o a tal ponto que as poucas notícias, que se recolheram de seus processos, dão bem a medida de seu alto valor pedagógico.

D. BOSCO, EDUCADOR

DOM BOSCO é, pois, educador e educador da melhor linhagem.

Filho de educadora, porque MARGARIDA OCCHIENA, sua mãe, possuía os mais raros dons pedagógicos, em contacto com a boa pedagogia, que a sua mãe determinadamente fazia, dentro do seu lar, êle principiou a sua carreira pedagógica, quando os outros meninos mal pegam a explorar o pequeno quintal da casa, em que vivem.

Aos quatro anos, quis ensinar e influir. Tomou amizade com os vizinhos e, certa vez, retornou a casa, cheio de sangue.

Le-se na crónica:

— E então! Quando acabas de uma vez com isto? Por que frequentas ainda aqueles companheiros? Não ves como são máus alguns deles?

— Porisso mesmo não os deixo; estando presente eu, sossegam, não proferem certas palavras...

— Entretanto, apareces-me hoje com a cabeça quebrada!

— Foi uma casualidade.

— Pois bem, não quero mais que os acompanhes.

— Minha mãe...

— Entendeste?

— Se assim é, para vos ser agradável, não irei mais; é certo,

porém, que eu estando lá, fazem a minha vontade e não brigam».

Com efeito, desde cedo queria ensinar e doutrinar. E com que métodos? Com os melhores de nosso tempo.

D. BOSCO, ainda menino, aprendeu tôdas as artimanhas e peloticas dos saltimbancos. Nas feiras e mercados, observava-os de perto e aprendia-lhes os segredos.

Depois, convocava os companheiros, encantava-os com a sua habilidade, doutrinava-os com a boa doutrina e ensinava a crianças e velhos.

«Ainda pequenino, escreve FASCE, **Del Metodo Educativo di Don Bosco**, sem meios, sem instrução, premido pelas necessidades da vida, embaraçado por obstáculos, acha modo de ajuntar em derredor de si os meninos da vizinhança, e, não tendo, a seu dispor, um lugar coberto, serve-se do prado que lhe fica perto da pobre casa. À falta de outra coisa, lançava uma corda entre duas arvores e fazia-se funâmbulo para prendê-los e recreá-los, valia-se de sua boa voz e de seu bom ouvido para entretê-los, por momentos, e, depois, fazia-os recitar as orações, expunha-lhes o que ouvira e aprendera na Igreja, repetia os preceitos e conselhos que recolhia da mãe e despedia-os, calados e reportados, e com o desejo de retornar. Os belos dotes da alma e do corpo grangearam-lhe a simpatia dos companheiros, que sentiam e amavam a sua superioridade moral e se submetiam à disciplina que lhes sabia impor oportunamente, com pleno domínio de si».

Essa missão de mestre continuou-a em Moncucco, na família Moglia.

«Com os seus modos gentis e seus folguedos, escreve o marquez de CRISPOLTI, D. BOSCO atraiu os poucos meninos da redondeza, que se tornaram para logo seus camaradas. No inverno,

nos dias chuvosos, nas festas, reunia-os à tarde. Iam ao palheiro, rodeavam a João, que se assentava sobre um monte de feno. Explicava-lhes o catecismo, repetia-lhes o que ouvira na Capela, narrava casos edificantes, ensinava-lhes o uso do rosário, ladainhas e os cantos sagrados. Em suma: passava para os companheiros tudo que ouvira e vira na Igreja.

Quando a patroa lhe perguntava por que fazia as reuniões naquele lugar, respondia:

— Lá ninguém nos incomoda e não incomodamos a ninguém.

Note-se que não admitia meninas, nas suas reuniões.

Pela primavera, nos dias de sol, preferia a sombra de uma amoreira, cujos ramos pareciam uma ilha de verdura no espaço. As mães exultavam quando viam os seus filhos em sua companhia..

Em Becchi, como pastor, em Castelo Novo, como alfaiate e como músico, em Chieri, como marceneiro e como carpinteiro, garçon, pasteleiro, ferreiro, alfaiate e saltimbanco, no seminário e na sua longa vida de sacerdote — nunca foi infiel à sua vocação de mestre: ensinava tudo, ensinava sempre e, em especial, conduzia almas para o reino de Deus.

EDUCAR-SE PARA EDUCAR

É certo que o homem que não é educado não pôde educar. Nem sempre, porém, se tem atentado para essa verdade trivial. Fazendo a sua própria educação, perlustrando por si próprio os passos da aprendizagem, o professor se prepara, melhor do que por outro modo, para levar a cabo a educação de seus alunos.

É ainda KERSCHENSTEINER que exprime melhor esse pensamento:

«A essência da simpatia e o fundamento emocional de todo ato pedagógico é a compenetração. Compenetrar-se quer dizer

viver em outrem. Porisso, não é possível conseguir a realização nos outros, antes de havermos conseguido realizá-la em nós mesmos...»

Quem se educou mais cabalmente do que D. BOSCO para a sua missão pedagógica?

Dotado de qualidades excepcionais de inteligência, a sua infância dolorosa deu-lhe amplas oportunidades para o desenvolvimento.

Qualquer biografia nos mostra que JOÃO BOSCO foi lavrador e que todo o empenho de seu irmão António consistiu em desviá-lo dos estudos, para a cultura da terra; que JOÃO BOSCO foi pastor e que, enquanto o rebanho pascia mansamente, êle se dava à leitura e ao estudo; que aprendeu a pregar botões, a ca-sear, a fazer costuras simples e óbradas, e dizia mais tarde, aos amigos que lhe parecia «haver atingido então as maiores culminâncias da arte»; que JOÃO BOSCO foi ferreiro e marceneiro, chegando a confeccionar a mobília doméstica; que foi pedreiro; que foi «garçon»; que tocava violino e cantava muito bem os cantos sagrados; que foi pagem de crianças; que fez de saltimbanco para ensinar e para ganhar; que foi cozinheiro e doceiro, pois que no Café de José Pianta aprendia, nas horas vagas, como se fazem as diversas espécies de confeitos, doces, licores e refrescos, bem como aprendera os segredos da culinária e de tal modo aprendera que o patrão lhe fez as melhores propostas para se dedicar exclusivamente àquela indústria.

Passou, assim, por quasi todos os officios. Mais tarde, tocou as mais altas camadas sociais.

E, passando dos pequeninos da rua para o palácio do Sumo Pontífice, conversando com os criminosos, na Penitenciária e com os sacerdotes mais puros, no convívio com os homens de negócios e com os homens de pensamento, D. BOSCO aprendeu a conhecer,

como ninguém, a natureza humana.

D. BOSCO não se iludia com os homens e por vezes maravilhava as pessoas com lhes dizer que haviam cometido tal e tal pecado e que os haviam ocultado.

Viveu entre os homens, atritou com os homens, rodou com os homens pela vida. Sopesou de perto o bem e o mal.

Foi assaltado muitas vezes por ladrões, foi ludibriado muitas vezes, foi mesmo alvejado por perseguidores, topou com todos os obstáculos que um génio ruim pôde por na frente de uma criatura.

Mas era inútil.

D. BOSCO não conhecia obstáculos e ia seu caminho, com confiança, certo de que todos os obstáculos seriam removidos por Deus.

Não conheço imagem mais perfeita da esperança, segunda virtude teologal e por sinal que a mais esquecida das virtudes.

A PERSONALIDADE DO EDUCADOR

D. BOSCO era filho de uma educadora; encetou, mais cedo do que nenhum mestre, a sua carreira pedagógica; lecionava de facto aos treze anos; consagrou-se à educação, através de uma longa vida; fez a sua educação física, que era admirável, intelectual, que era poderosa, moral, que era sólida, e social, que era perfeita, através de uma vida cheia de aventuras e padecimentos, aprendendo quasi todos os ofícios e experimentando as mais diversas situações da vida.

Póde-se dizer, porém, que foi um bom educador e que não lhe faltava aquele conjunto de qualidades que compõem a personalidade do educador?

O ESTUDO DE CLAPP

Há hoje uma grande quantidade de estudos acerca da personalidade do educador.

Através de entrevistas, testes e inquéritos, bem como da análise minuciosa das atividades dos mestres, os tratadistas têm enumerado um elenco de qualidades que se lhes afiguram elementares para a formação de uma boa personalidade do professor.

Entre tais inquéritos, vou preferir o do dr. F. L. CLAPP, que, pelo haver realizado em 1913, fez jus a que se lhe chamasse—pioneiro do estudo da personalidade do bom professor.

Em primeiro lugar CLAPP obteve de cem directores e inspetores de ensino experimentados, uma lista das qualidades que cada um reputava serem os elementos mais importantes para a constituição de uma boa personalidade de professor.

Classificou dez qualidades na ordem das mais votadas e submeteu-as a cento e quarenta directores e inspetores, pedindo-lhes classificar os seus seis melhores professores, primeiro na ordem da «personalidade do professor em geral», sendo o numero 1 o professor de melhor personalidade, 2 o seguinte e assim por diante, e, depois, em ordem correspondente a cada uma das dez qualidades específicas.

CLAPP quis, com isso, saber qual a função real dessas qualidades na composição da personalidade do professor: quando interrogada sobre o mérito de um professor, a autoridade emitia o seu juízo, de acôrdo com a sua impressão geral, sem se deter na análise precisa de suas qualidades.

O que é certo é que os dous inquéritos deram resultados bem diferentes.

O primeiro inquérito, isto é, dos cem directores e superintendentes, com larga experiência de ensino, deu uma lista enorme de qualidades. Dela, CLAPP tirou as dez que tiveram maior numero de votos. E a classificação foi a seguinte:

- 1) SIMPATIA
- 2) APARENCIA PESSOAL
- 3) ACOLHIMENTO
- 4) SINCERIDADE
- 5) OTIMISMO
- 6) ENTUSIASMO
- 7) CULTURA
- 8) VITALIDADE
- 9) IMPARCIALIDADE
- 10) RESERVA OU DIGNIDADE.

Submetida esta lista aos 140 e estudados os seis professores, à luz das qualidades, verificou-se que, de acôrdo com os 140, as qualidades apareceram da seguinte maneira e na seguinte ordem:

- 1) ACOLHIMENTO
- 2) APARENCIA PESSOAL
- 3) OTIMISMO
- 4) RESERVA OU DIGNIDADE
- 5) ENTUSIASMO
- 6) IMPARCIALIDADE
- 7) SINCERIDADE
- 8) SIMPATIA
- 9) VITALIDADE
- 10) CULTURA.

UM INQUÉRITO RECENTE

Conforme assinalei, há um grande número de estudos a respeito da personalidade do professor. CHARTERS consagra-lhe uma extensa monografia. Os estudiosos da disciplina e da organização escolar consideram-na devidamente.

Não será demais aqui, porém, o inquérito de que nos dá conta MARION MACDONALD, na revista *Educational Administration and Supervision*, fevereiro de 1931.

CLAPP ouviu os diretores e inspetores de ensino, de reconhecida cultura e de larga experiência.

MACDONALD recolheu a opinião de 320 estudantes, num colégio para professores, dando aos alunos de diferentes classes vinte minutos para elaborarem quatro listas: uma de boas qualida-

des, outra de más qualidades de professores, terceira de boas práticas, quarta de más.

Os estudantes não assinaram as listas nem mencionaram o nome de quem quer que fosse. Os principiantes tinham passado pela mão de 12 professores e os mais graduados tinham passado, em média, pela mão de 33 professores.

Eis, na ordem de distribuição, que se baseou na votação, as qualidades que aprovaram: jovialidade, justiça, consideração, amizade, veste apropriada, boa voz, asseio, atração, interêsse pelos estudantes individualmente, sinceridade, entusiasmo, maneira agradável, sociabilidade, simpatia, modos interessantes, conhecimentos da matéria, conhecimento dos nomes dos alunos, modos democráticos, prestância, otimismo, expressão agradável, estímulo, espírito de escola, paciência, idéias modernas, interêsse pela matéria, boa linguagem, temperamento igual, dignidade, largueza de espírito, cortezia, facilidade de aceitar sugestões, sistema no trabalho, boas qualidades de homem de esporte.

A lista dos defeitos de algum modo completa a lista das virtudes, e, porisso, damo-la na ordem da classificação: injustiça, falta de consideração, voz má e falta de acolhimento, preconceito, aparência desagradável, sarcasmo, presunção, linguagem irregular, instabilidade de carater, afetação, desinterêsse, falta de sinceridade, desconhecimento da matéria, familiaridade excessiva, descortezia, insociabilidade, estreiteza de espírito, lentidão, hipersensibilidade, desagrado, azedume, mau humor, falta de preparação, intolerância religiosa, atitude não democrática, impertinência, personalidade desinteressante, cansaço, infidedignidade, insensatez, desestímulo, agitação, impaciência, má atitude, desconfiança, tirania.

A lista foi feita pelos alunos, em vinte minutos: é um julgamento pessoal, e, porisso mesmo, subjetivo e arbitrário. Entretanto, estou a crer que os professores têm muito que aprender, na comparação entre tais palavras e a sua personalidade.

D. BOSCO E O PADRÃO DE CLAPP

Voltemos, porém, ao padrão de CLAPP, que além de clássico, é pequeno, e verifiquemos se DOM BOSCO reunia aquelas qualidades que compõem a personalidade de um bom professor e em que grau as reunia.

Teremos dêsse modo estudado o educador, à luz de um critério moderno, e medido o seu tamanho.

D. BOSCO SABIA ACOLHER

Em primeiro lugar, vem a virtude do acolhimento.

ADDRESS lhe chama a pedagogia norte-americana, acolhença lhe chamaram os nossos clássicos.

Não temos palavra que melhor traduza o que é.

«Refere-se, diz BAGLEY, à maneira pela qual a gente vai ao encontro dos outros, e tem sido reputada como um importante fator na arte do comércio...»

O professor tem de receber, continuamente, pais e alunos. Se lhe falta essa qualidade de receber e de acolher, como ter êxito?

E D. BOSCO?

Sabia receber?

Se sabia! Sabia receber e acolher, mas, o que é mais, sabia prender e amarrar. De tal modo atraía os companheiros e edificava os grandes. Quando estudante, organizava, compunha e reunia. Quando adulto, acolheu e

amarrou a si uma turba de labutadores para o sacrifício e para o padecimento.

LEMOYNE (Vita del ven. G. Bosco) dá-nos uma comprovação notável dêsse poder de receber:

«No dia solene da Imaculada Conceição de Maria (8 de dezembro de 1841), na hora marcada, estava revestindo-se dos paramentos sagrados, para celebrar a santa missa. O sacristão, JOSÉ COMOTTI, vendo um joven num canto, convidou-o a vir ajudar a minha missa.

— Não sei, respondeu-lhe êle, mortificadíssimo.

— Vem, respondeu o outro, quero que ajudes a missa.

— Não sei, replicou o joven, nunca ajudei missa.

— Burro que és, disse o sacristão, furiosíssimo; se não sabes ajudar missa, que vieste fazer na sacristia?

Dizendo isso, lançou mão da vara do espanador e bateu-lhe sobre os hombros e a cabeça.

O pequeno fugiu e eu gritei:

— Que fazeis? Por que bater nesse pequeno de tal maneira? Que fez êle?

— Por que vem à sacristia, se não sabe ajudar a missa? respondeu o sacristão.

— Mas vós agistes mal.

— E que é que lhe importa?

— Muito, é um meu amigo: chamai-o imediatamente, preciso falar com êle.

O sacristão pos-se a chamá-lo e, correndo-lhe atrás e assegurando-lhe melhor acolhida, trouxe-o para perto de mim.

O outro aproximou-se, tímido e choroso, por causa das pancadas.

— Já ouviste missa? lhe disse eu, com a maior doçura.

— Não, respondeu.

— Vem então ouví-la: depois tenho de te comunicar um negócio que te dará alegria.

Prometeu-mo.

Era meu vivo desejo mitigar a aflição daquele pobrezinho e não deixá-lo com má impressão para com os responsáveis daquela sacristia.

Celebrada a santa missa e feito o devido agradecimento, conduzi o meu candidato para um coreto de ar alegre e assegurando-lhe que não havia perigo algum de pancadas, entrei a interrogá-lo:

— Meu bom amigo, como se chama?

— Bartolomeu Garelli.

— De que lugar?

— De Asti.

— Tem pai vivo?

— Não, meu pai morreu.

— E tua mãe?

— Minha mãe também morreu.

— Quantos anos tens?

— Dezesseis.

— Sabes ler e escrever?

— Não sei nada.

— Já comungou?

— Não ainda.

— Já se confessou?

— Sim, mas quando era pequeno.

— Tem ido ao catecismo?

— Não tenho coragem.

— Por que?

— Porque os meus companheiros, menores do que eu, sabem o catecismo e eu tão grande nada sei, e isso me dá vergonha de lá ir.

— Se eu te desse aula a sós, virias?

— De muito boa vontade...»

Assim começou o oratório...

Esse poder de acolher e de prender revelou-se cedo: em tôdas as fases de sua infância e adolescência, reunia os companheiros, divertia-os e doutrinava-os, como, no seminário, escolhia os melhores amigos. O Padre Calosso prendeu-se-lhe, ao primeiro encontro, para tôda a vida, e no Café Pianta, quando méro «garçon», tomou conhecimento com um judeu, encantou-o, prendeu-o e arrastou-o para a Igreja. Mais tarde, várias vezes, os bandidos assaltaram-no na estrada e êle

acolhia bem os bandidos e levava-os à confissão. São muitos os casos. Vai apenas êste trecho de CRISPOLTI:

«Certa vez, às dez horas da noite, ia êle do rio Pó para a praça do Castelo. Um desconhecido interrompe-lhe o caminho e pede-lhe dinheiro. D. BOSCO não o repele, trata-o bem, consegue a promessa de mudar de vida, pondera as conseqüências de uma vida criminosa e, finalmente, assentado sôbre um fosso, atrás do palácio **Madama**, confessa o bandido, naquela paragem erma e escura.»

Acolhia bem os pobres e os poderosos e estava diante de uns como de outros, com a mesma atitude.

Os pobrezinhos o veneravam.

Era justo e é explicável.

Mas RATTAZZI, CAVOUR, CRISPI, TOMASEO, FARINI, AMARI, VICTOR HUGO, reis e papas?

D. BOSCO era deveras acolhedor, mas note-se que não só acolhia bem, mas prendia bem e para sempre os que encontrava, no seu caminho admirável...

APARÊNCIA PESSOAL

Todos os biógrafos elogiam a aparência pessoal de D. BOSCO.

Desde criança impunha-se pela força física e pela força moral.

«De rosto oval, diz CRISPOLTI, fronte larga e serena, nariz e olhos regulares, sempre prontos a sorrir; queixo bem formado, olhos pretos, vivos e penetrantes; a cabeça com cabeleira abundante, anelada e loura, o menino BOSCO era eficazmente auxiliado por uma robustez física não vulgar, que os trabalhos e exercícios de carreiras, saltos e excursões robusteciam cada vez mais.»

OTIMISMO

CHARTERS, *The teaching of ideals*, liga ao otimista as seguin-

tes notas: a) é muito alegre e otimista; b) tem alegria de viver; c) ve o lado cômico dos incidentes que acontecem na classe; d) faz comentários engraçados que ajudam os alunos a reter os fatos importantes; f) não é caprichoso; g) não é mal humorado; h) sorri diante das dificuldades aborrecedoras e irritantes.

Que dizer desse sentimento de alegria, de confiança e de esperança de D. BOSCO?

Quando pequeno, não servia de palhaço para ensinar?

Mais tarde, não chegou mesmo a fundar «A sociedade da alegria»?

Vamos a CALVI, Vida do Beato Dom Bosco:

«A sua caridade era verdadeiramente difusiva. Desejava, ou melhor, queria ser todo de todos.

Por esta sua espontaneidade de dar-se com todos ora com anedotas interessantes, ora com jogos ordinários ou de prestidigitação, ora, e mais que tudo, ajudando a fazer as tarefas e aprender as lições, aconteceu-lhe em Chieri, o que já acontecera em Becchi, na fazenda Moglia, em Morinaldo e Castelnuovo. A tudo isto acrescenta-se a palavra viva e penetrante, afável, modos educados e afetuosos, e ninguém se admirará se dissermos que um discreto número de companheiros e amigos estavam sempre prontos a um aceno, a uma sua palavra.

Eram tão doces e obedientes, que por meio deles e com eles fundou a **Sociedade da Alegria**. Esta sociedade tinha um regulamento proposto por Joãozinho e aprovado pelos sócios, constando de dous artigos somente, cuja observância garantia a boa conduta religiosa e moral de cada um dos sócios. Cremos útil reproduzido na sua simplicidade e exata expressão:

1) Todo membro da Sociedade da Alegria deve evitar qualquer conversa ou ação não conveniente a um bom cristão.

2) Deve ser exato no cumprimento dos deveres escolares e religiosos.

Em conseqüência, portanto, como tinham todos a obrigação de promover meios que fossem aptos para estarem alegres, assim quem ofendesse gravemente ao Senhor ou com blasfêmias ou más conversas, era imediatamente expulso da sociedade como indigno».

Sorriu diante das dificuldades?

D. BOSCO desconhecia o que fosse dificuldade. Não podia fugir delas. Ao contrário. Inventava dificuldades. Os monumentos, que ergueu, foram encetados com a bolsa vazia...

Dele se pôde dizer que abusou da bondade de Deus, porque tudo punha nas mãos de Deus e esse tudo era muito.

A Igreja não teve santo mais confiante.

E, quanto ao seu espírito gracioso, há em tôda a sua vida episódios curiosíssimos, mas nenhum iguala ao seu melhor gracejo, no leito de morte: como respirasse com muita dificuldade, disse aos assistentes que lhes ficaria muito grato, se lhe arranjassem um fabricante de foles para consertar os seus.

Dias antes, os enfermeiros não sabiam como levá-lo de uma cama para outra.

— É muito fácil, lhes disse: amarrem-me uma corda ao pescoço e me puxem até lá.

DIGNIDADE

Dignidade ou reserva é uma certa grandeza de sentimentos e de maneiras pela qual um homem se impõe perante os outros. Compreende respeito de si mesmo, nobreza de atitudes, distinção.

BAGLEY, *School Discipline*, não a define, mas deixa entrever-lhe o sentido: «Andam outros naturalmente indistintos (*undignified*) e não podem exercer influência diretora nos seus compa-

nheiros. Carecem de «reserva» e nunca podem criá-la».

D. BOSCO tinha essa influência?

Os seus ares demasiadamente democráticos, a sua despreocupação e bonomia por acaso não a suplantavam?

Vivendo entre os malandros, brincando com êles e com êles tratando quotidianamente, por acaso não descia no cenceito deles e não diminuía a sua autoridade?

Não.

Vários episódios o comprovam de sobra.

Aos quatro anos, podia dizer a sua mãe, quando ela lhe censurava os maus companheiros, que lhe aprazia estar entre êles, porque faziam o que êle queria e não brigavam.

De outra feita, quatro ou cinco companheiros, que pascentavam os rebanhos a seu lado, quiseram arrancá-lo do livro, para se divertir com êles. Sempre se esquivou ao convite. Agrediram-no, então, e machucaram-no muito.

João poderia arrostá-los, porque não lhe faltavam fôrças, apanhou pancadas, humildemente, e continuou o seu trabalho.

Momentos depois, voltaram de novo e lhe disseram:

— Depois dessa dura lição, estás agora disposto a brincar conosco?

— Espancai-me embora, porém nunca brincarei, porque quero estudar e fazer-me padre.

Esta resposta, a firmeza de sua voz, sua paciência e mansidão impressionaram de tal modo os rapazes, que êstes resolveram tomar conta do pequeno rebanho de João para que pudesse estudar livremente.

Desde êsse momento tornaram-se amigos, e João, nos momentos livres, instruiu-os, falava-lhes com tal doçura que começou a ter sôbre êles certa autoridade». (VALENTIM, O Beato João Bosco).

Onde essa dignidade poderia revelar-se mais nitidamente do que num café e entre boemios, sendo êle menino e «garçon»?

«Quando o patrão o incumbia de marcar os pontos de bilhar, regista CRISPOLTI, fazia-o com o maior cuidado, mas sem largar do livro. Se acaso ouvia blasfêmias ou palavras obscenas, êle encarava as pessoas com tal seriedade que as palavras morriam nos lábios dos jogadores...»

Que cousa, senão a sua dignidade, o impunha aos bandidos que o assaltavam, aos comerciantes que tudo fiavam de sua pobreza, e aos grandes da terra, com quem conversava mano a mano?

Note-se que D. Bosco recomenda o contacto permanente com os alunos e que no seu estudo acerca do sistema preventivo critica severamente a velha disciplina.

Na velha disciplina, diz êle, «o Diretor para dar valor à sua autoridade, deverá estar raramente entre os seus suditos e, quando muito, só quando se trata de punir ou de ameaçar».

No seu sistema, não. Nele, o Diretor «deve consagrar-se de todo a seus alunos, nunca tomar compromissos que o afastem deles, antes estar com êles tôdas as vezes que não estiver forçadamente ocupado em alguma obrigação».

ENTUSIASMO

Entusiasmo, no conceito de CHARTERS, compreende animação, interêsse pelos alunos, interêsse pelo trabalho, interêsse pela comunidade, inspiração.

E especifica: tem entusiasmo quem vive de sua matéria, irradia, regista os incomodos físicos dos alunos, aprende as condições do meio em que vivem os alunos, participa das atividades da escola, informa os pais acerca dos alunos, interroga os alunos sôbre a sua vida e estudos, se asso-

cia nas organizações locais, estaduais e federais de ensino, aplaude professores e alunos pelo bom trabalho, olha mais para o ensino do que para o lucro que dele possa advir...

E D. BOSCO?

Tinha entusiasmo pela sua obra?

Interessou-se pelos alunos?

Conhecia-lhe as particularidades da vida?

Pensava acaso mais no seu interesse próprio do que no interesse da educação?

Passemos de largo. A vida de D. BOSCO é iluminada e aquecida por uma tal paixão, por uma tal abnegação e por um tal devotamento que a palavra entusiasmo é demasiadamente pequenina e incolor para contê-la e para traduzí-la.

IMPARCIALIDADE

CHAMBERS explica a imparcialidade, fairness, anotando que a possui:

- a) quem dá as razões das correções que faz nos exercícios;
- b) quem avalia objetivamente o trabalho dos alunos;
- c) quem aplica os regulamentos com igual justiça;
- d) quem suspende a decisão até que venha a evidência;
- e) quem se retrata quando julga mal;
- f) quem não discrimina entre os alunos, ou porque gosta ou desgosta, ou por causa da pobreza ou riqueza;
- g) quem não censura o professor anterior, quando o aluno revela falha no seu estudo;
- h) quem não censura toda a classe pela falta de um só.

A simples leitura dessas notas, mostra-nos para logo que DOM BOSCO possuiu a imparcialidade em grau eminente.

No Regulamento para as casas,

está bem claro o seu pensamento:

Nenhuma parcialidade, nenhuma animosidade; avisem, corrijam, se é esse o caso; mas perdoem facilmente, evitando quanto possível castigar.

Dar a razão das correções? É dele o pensamento de que razão e religião são os instrumentos principais do educador.

Aplicar o regulamento com justiça? «Os jovens, diz êle, entre vendo uma das grandes preocupações da escola nova, que é a das diferenças individuais, aliás por êle amplamente satisfeitas em outros departamentos, os jovens manifestam caracteres diversos. Indole boa, comum, difícil, má. É de nosso dever estricto estudar os meios que contribuem para conciliar êstes caracteres diversos, para se fazer bem a todos, sem que uns prejudiquem os outros».

E mais claramente no seu Regulamento: Interroguem a todos sem distinção e com frequência, e demonstrem grande apreço e afeto por todos os seus alunos, especialmente com aqueles de pouca inteligência.

Avaliar objetivamente o trabalho dos alunos? Ainda não havia testes, mas D. BOSCO recomendava que o comportamento do aluno não deve influir na nota das matérias de estudo.

Não discriminar entre pobres e ricos? D. BOSCO buscava os pobres como se buscam os filhos, e nunca soube discriminar entre uns e outros.

D. BOSCO educou pelo amor. Todo o seu propósito consistia em empolgar a afeição dos alunos. Para tanto, punha de parte os castigos. Raro os aconselhava, mas os castigos físicos êle os repudiava terminantemente, não só porque a lei civil os proibia, mas também porque «irritam grandemente os jovens e aviltam o educador».

Mais ainda: a justiça devia atender à realidade: «Antes de infligir

um castigo, verifique-se o grau de culpabilidade do aluno, e onde fôr bastante um aviso apenas, não se desça à repreensão; e se esta fôr suficiente, não se passe além»

E na prática?

«Ha perto de quarenta anos que lido com a juventude, escreveu D. BOSCO, e não me recorde de haver usado de castigo de qualquer espécie, e com a ajuda de Deus não só obtive o que era necessário, mas antes o que simplesmente desejava, e isso daqueles mesmos meninos, para quem parecia perdida a esperança de regeneração.»

SINCERIDADE

A educação só póde ser feita num ambiente de sinceridade. Não é a sinceridade qualidade positiva na vida? Como póde ensiná-la o professor insincero?

Nota bem CHARTERS que um homem deshonesto não póde desenvolver em seus alunos o amor à honestidade, a não ser por acaso.

Aduz como causa da insinceridade o desejo de parecer melhor do que é ou de disfarçar a inferioridade.

Está, nas Memórias, vol. VI, 389-393, mais ou menos o mesmo pensamento: Os jovens são observadores agudos e se notam que há num superior ciume, inveja, soberba, mania de aparecer e de primar, fica perdida tôda influência dele no ânimo deles.

D. BOSCO era, desde criança, claro, aberto e transparente. Não mentia, não dissimulava. Ia direito ao seu objetivo. Não sabia esconder.

Um pequeno traço o prova. Numa roda em que se achava o historiador FARINI, comentava-se-lhe o último livro. D. BOSCO não o conhecia. Interrogado, criticou várias afirmações.

—Conhece o dr. FARINI? perguntaram-lhe.

— Não.

— Ei-lo.

E apresentaram-lho.

D. BOSCO atrapalhou-se um pouco, mas, desculpando-se com FARINI, continuou nas suas observações, no mesmo tom em que o vinha fazendo. FARINI, como todos os autores, era suscetível. Não se magouou, porém, e disse a D. BOSCO:

—Vejo que conhece bem a história, porque fala com precisão; ninguém, até hoje, me fez tais e tantos reparos.

Por outro lado, o seu contacto com CAMILO CAVOUR, pos-lhe à prova a franqueza, a sinceridade e a lealdade.

Um dia CAVOUR prometeu dar um milhão de francos para a sua obra.

«Respondi delicadamente, que não podia aceitar tão rico presente.

— Por que? replicou-me o conde, olhando-me espantado. Por que recusar tamanha importância, se o sr. precisa de tudo e de todos?

— Porque, sr. ministro, observei tranquilo, se eu aceitasse, ser-me-ia tomada amanhã e, talvez, o sr. mesmo tornaria a exigir o milhão que me oferece com tanta amabilidade».

O Ministro RATAZZI, certa vez, perguntou-lhe se acaso havia incorrido na excomunhão, pelas leis contrárias à Igreja.

— Excelência, disse-lhe DOM BOSCO, três dias depois, examinei a questão, indaguei e estudei para lhe poder dizer que não havia incorrido em excomunhão, mas não o consegui.

Há uma carta de D. BOSCO, quasi no termo de sua vida, sobre a decadência do espírito salesiano, que é, ao mesmo tempo, um poema e um sermão impressionante.

Coteja os primeiros dias, plenos de cordialidade e de alegria, com o aspecto melancólico que a sua família oferecia.

Ao terminá-la, dizia, com os olhos cheios de lágrimas, ao que notou o seu secretário:

— Sabeis que cousa deseja êste pobre velho, que gastou a vida pelos seus jovens? Que voltem os dias felizes do antigo oratório. Os dias do amor e da confiança cristã entre os jovens e os superiores; os dias de espírito de condescendência e tolerância, por amor de Jesus-Cristo, de uns para outros; os dias dos corações abertos com tôda a simplicidade e candura; os dias da caridade e da verdadeira alegria para todos.»

D. BOSCO não sabia disfarçar.

E disfarçar por que?

O que sabia disfarçar era de certo a sua santidade que, sem embargo de seus esforços, irradiava de todos os seus atos, pensamentos e palavras...

VITALIDADE

A saúde, a vitalidade, a força física — são elementos de importância para a constituição da personalidade de um bom professor.

Quasi todos os estudos os consignaram.

BALLESTEROS, em um velho tratado de pedagogia, *Pedagogia, Educación y Didáctica Pedagógica*, notava, ao cabo do século passado, que a mortalidade dos mestres ascendia à horrível cifra de 20 por 1.000, três a quatro vezes maior do que a dos soldados em atividade, do que a dos asilados nos hospitais e do que a dos reus nos cárceres.

A atmosfera da sala, o ato de falar continuado, o esforço mental, a preocupação, a disciplina, a responsabilidade, as exigências da legislação, tudo contribue para a delapidação das energias do professor.

D. BOSCO, nesse como em outros pontos, foi uma criatura privilegiada.

Quebrava, com os dentes, no-

zes, caroços de pessegos e avelãs; levantava pesos enormes; com os dedos das mãos, quer direita, quer esquerda, dobrava varas de ferro.

Conta-se que em Chieri quatro rapazes lhe saltaram sôbre as costas. JOÃO BOSCO esperou que o último trepasse. Assim que o último trepou, estendeu os braços para trás de fôrma que abarcasse os quatro, apertou-os com força e levou-os ao páteo, aos berros. Gritaram, debateram-se, mas debalde. JOÃO levou-os a uma sala e atirou-os dentro dela.

Aos 69 anos, achando-se enfermo, o médico quis medir-lhe a energia e, antes de lhe oferecer o dinamometro, pediu-lhe que apertasse o pulso dêle.

O médico não aguentou.

Usando o aparelho, o doutor conseguiu 45 graus e D. BOSCO, velho e doente, levou o ponteiro a 60 graus, limite máximo...

É que D. BOSCO nascera sadio e construiu o seu arcabouço, mediante exercícios ásperos, vivendo ao ar livre, fazendo ginástica como um profissional e trabalhando como um mouro.

SIMPATIA

O dr. W. F. BROOK publicou interessante inquérito, há obra de trinta anos, em *Pedagogical Seminary*, entre seiscentos alunos, sôbre os elementos que configuram a simpatia de um professor.

Cento e quarenta e quatro alunos responderam que simpático é o professor amável, o clemente e o generoso; cento e doze responderam que é o agradável, o jovial, o bonacheirão, o feliz, o alegre, o sereno; cento e quatro responderam que é o paciente, o que considera devidamente o sentimento dos alunos, o que é razoável; cinquenta e nove responderam que é o firme, o decisivo, o diligente e o exato; quarenta e seis responderam que é o acessível e o estimulador; vinte e seis

responderam que é o zeloso, o sério, o despretencioso.

Como se ve, não é fácil ser simpático.

D. BOSCO o foi?

Amável, clemente e generoso.

O amor fundamenta tôda a sua pedagogia. A todo momento o inculca e recomenda. «Todos devem fazer-se amar, para se fazerem temer. Conseguirão êste grande fim, se com as palavras, e mais ainda com os fatos, fizerem saber que a sua solicitude converge exclusivamente para a vantagem espiritual e temporal dos seus alunos.» E quanto ao dom de perdoar, ninguém o assinalou, na escola, com mais eloquencia: «Sêde fácil de perdoar, e perdoai de coração,» ensina algures.

Agradável, jovial, bonacheirão, feliz, alegre, sereno. Um lance de sua vida basta para o provar, mas tôda a sua vida o prova. No instituto de S. Miguel, em visita cerimoniosa com o Cardeal TOSTI, topou com uma criança que descia as escadas cantolando e assobiando. Ao velos, emudeceu e abaixou a cabeça. O Reitor censurou-o asperamente e mandou-a esperar o castigo, e depois, pediu desculpas a D. BOSCO.

— Que aconteceu? disse DOM BOSCO. Não sei o que aquele pobrezinho fez de mais.

— E aquele assobio?

— O sr. sabe melhor do que eu que S. Filipe Neri costumava dizer aos que freqüentavam os seus oratórios; — Ficai quietos, se puderdes! Se não puderdes, gritai, saltai para que não pequeis. Eu também exijo silêncio, em certas horas do dia; mas não faço caso de certas pequenas transgressões ocasionadas pela irreflexão: deixo a meus discipulos tôda a liberdade de gritar e de cantar no recreio e nas escadas; apenas recomendo que respeitem, ao menos, as muralhas. Mais vale um pouco de barulho do que um si-

lêncio irado e suspeito. Mas o que me faz pena é a situação do seu pequeno. Não é melhor que o vamos ver?

Foram. D. BOSCO chamou o rapaz à parte, apesar dêle tentar esconder-se envergonhado, e disse-lhe:

— Arranjei tudo, mas com uma condição e é que V. doravante seja sempre bom e que sejamos amigos. Tome esta medalha e, em compensação, reze uma Ave Maria por mim.

O joven, vivamente comovido, beijou-lhe a mão e disse-lhe:

— Po-la-ei ao pescoço e guardá-la-ei sempre em sua memória.

Vêde **Memórias**, vol V., páginas 842-846.

Paciente, razoavel e que considera devidamente o sentimento dos alunos?

Está na sua grande carta:

«— Que cousa quereis de nós, então?»

— Que os alunos, sendo amados naquelas cousas que lhes agradam, participando vós das suas inclinações infantis, aprendam a ver o amor naquelas cousas que naturalmente agradam pouco, como a disciplina, o estudo, a mortificação de si próprios.»

Participar das inclinações infantis? Não é êsse, porventura, um princípio cardeal da nova escola?

Razoavel: não é dele a recomendação de que se deve considerar o «pouco juizo da idade infantil?»

Paciente. D. BOSCO própria-mente é quem escreve, ao explicar o sistema preventivo: «A prática dêste sistema é tôda apoiada sôbre as palavras de S. Paulo, que diz: **Charitas benigna est, patiens est; omnia suffert, omnia sperat, omnis sustinet.** A caridade é benigna e paciente; sofre tudo, mas espera tudo e tolera qualquer amargura.»

Firme, decisivo, diligente, exato, accessível, estimulador, sério, zeloso e despretencioso, acho que

não é preciso continuar. Qualquer biografia de D. BOSCO, e há tantas e há magníficas, nos mostra à farta essas virtudes. Ele era mais do que sério e exato: ele era minucioso ao extremo e revia as suas provas como lia os livros alheios, com um cuidado e com uma meticulosidade sem exemplo. E, no que toca à despreensão, frisemos aqui que o seu ideal era ser forte, robusto e humilde, como Nossa Senhora lhe ordenou.

Nós definiremos a simpatia, de acôrdo com os seus elementos etimológicos: é a virtude de sentir com os outros. Simpático é o professor que acompanha de perto a vida de seus alunos e vive dessa vida, amargando as suas amarguras e rindo com a sua alegria.

Nesse sentido, D. BOSCO é por igual a mais viva expressão da simpatia humana, porque ele se fazia tudo para todos e conduzia cada criatura, por vias individuais e peculiares, para os mais puros destinos, sem formalidade, nem ordem.

Sinal dessa simpatia é que D. BOSCO viveu sempre cercado de gente. Quando menino, chefiou meninos. Quando moço, os moços. Quando seminarista, os seminaristas. E, através de toda a vida, além dos companheiros de ordem, uma turba imensa de criaturas.

Viveu entre o afeto dos que o conheciam, e morreu entre a angústia dos homens mais indiferentes.

Que fôrça, além da simpatia, poderia arrastar a humanidade para ele, como a poeira tocada pelo vento para o seu destino incerto?

CULTURA

É singular que o inquerito de CLAPP coloque a cultura no último lugar, entre as dez virtudes fundamentais do professor. É sin-

gular, mas tem a sua dose de verdade. O professor ensina muito mais com o que é e com o que faz do que com o que sabe e fala.

D. BOSCO nunca descurou de sua cultura. Deu-se constantemente aos livros, com apuro e perseverança. Inteligência aguda, memória assombrosa, raciocínio pronto, esforço aturado — lia tudo, com cuidado, e meteu ombros a uma notável tarefa de ordem espiritual.

Sempre se distinguia entre os seus colegas, passando logo a ser considerado mais mestre do que colega, e o que se conta de sua memória é verdadeiramente prodigioso.

Uma vez, por exemplo, esqueceu-se de levar um texto latino para a aula e, chamado, reproduziu de cór, o texto e o comentário, com grande pasmo do mestre e dos alunos. Não houvessem os rapazes rido e o mestre não teria dado pela artimanha: DOM BOSCO tomou um livro qualquer e fingia estar lendo.

Pequeno, deslumbrava adultos e crianças pela perfeição e exatidão com que reproduzia os sermões.

Conversava com os pobres e rudes, debatia com os doutos. Nada mais notável do que o seu colóquio com RATTAZZI, do que o seu contacto com CAVOUR. FARINI, já o vimos, em palavras ligeiras, teve que modificar algumas afirmações, tal a precisão e a verdade com que DOM BOSCO as criticou.

A sua bibliografia é imensa. Custa a crer que um mendigo, de milhões, como foi D. BOSCO, construtor de igrejas monumentais, fundador de ordem religiosa, sacerdote, organizador de tantas instituições, tivesse tempo para produzir a obra imensa e fecunda, que produziu.

Nunca perdeu um minuto: ou agia, ou escrevia ou lia

— «Quando em casa, escreve CRISPOLTI, por falta de tem-

po durante o dia, trabalhava de noute; fóra de casa, especialmente quando ia prégar, levava na mala, lapis, cadernos, provas e, formando uma espécie de escrivaninha no próprio veículo, trabalhava enquanto houvesse luz. Na baldeação ou na troca de cavalos, continuava a escrever, no meio do barulho, encostado a um muro, em qualquer sala. Viajando a pé e só, meditava e anotava. Na estrada de ferro, como em casa, continuava tranquilamente o seu trabalho».

Mais:

«Auxiliava-o a rara habilidade de atender a cousas diversíssimas, sem embaraço. Certo domingo, em conversa confidencial, referiu singelamente ao Padre BERTO que, prégando de manhã sôbre um tema de história eclesiástica, compusera mentalmente um opúsculo para as Leituras católicas e resolvera, ao mesmo tempo, uma complicação doméstica.»

Mais:

«Podia escrever ou ditar até dez cartas ao mesmo tempo, interrompendo e reatando o fio das idéias, sem confusão de ordem nem dos tópicos. E, como não deixou carta para responder, o seu epistolário é imenso. Por vezes, entre o dia e a noute, chegou a escrever e a apostilar até duzentas e cinquenta cartas, sôbre mil negócios».

A ação intelectual de D. BOSCO foi, assim, desmesurada: ensinando como mestre, agindo, como prégador, sôbre as multidões com a sua palavra eficaz, tal qual a pediu a Deus, escrevendo obras sôbre obras — êle encheu uma época de luz e de calor.

Foi uma das maiores pilastras da Itália Moderna e para medir-lhe a estatura humana — talvez só o metro de LEONARDO DA VINCI é que fosse a medida adequada. Mas o espírito? O coração? O sentimento? A paixão?

CONCLUSÃO

Tal o que posso dizer de DOM BOSCO, ao correr da pena.

É pouco.

D. BOSCO merece ser estudado sob outros aspectos: a sua compreensão da psicologia da infância e da adolescência, a sua conceituação de formação moral, o gosto das idéias modernas, o desenvolvimento social com as atividades extra-curriculares como os seus clubes, a sua disciplina, o uso dos castigos, a ausência de castigos físicos, os exercícios físicos, os sentimentos de liberdade e responsabilidade, as diferenças individuais, o gosto da leitura, a organização de bibliotecas, a preparação das lições, a adoção dos clássicos católicos, o cuidado com os clássicos pagãos, os cursos noturnos, o ensino profissional, o ambiente de cordialidade e de confiança, a preparação dos cidadãos, o sentimento da pátria, a lealdade à Igreja...

É pouco, repito, mas êsse pouco é suficiente para nos dar as linhas essenciais dessa personalidade de bom mestre, digna de ser analisada detidamente, para ser colocada como uma coluna de fogo diante dos mestres católicos.

Em verdade, poucos educadores pertencem à família espiritual de DOM BOSCO. Estudando-o bem, não à luz do critério de CLAPP, como fiz de fugida e à pressa, mas em si próprio, na opulência de suas virtudes, poderíamos enumerar aqui uma série de traços, qualidades e atitudes, que dificilmente se nos depararão em qualquer outro.

Também, não admira. D. BOSCO não foi lavrador? D. BOSCO não foi pastor? D. BOSCO não foi ferreiro? D. BOSCO não foi marceneiro? D. BOSCO não foi doceiro e cozinheiro? DOM BOSCO não foi alfaiate? DOM BOSCO não foi pagem de crianças? D. BOSCO não foi saltim-

banco? D. BOSCO não foi o «factotum» de um café? D. BOSCO não foi sacerdote, enfermeiro, prégador, escritor, revisor, diretor espiritual, construtor, proprietário, fundador de ordem e político? D. BOSCO não foi muitas vezes herói e muitas vezes martir?

Teve tôdas as virtudes e todos os officios e situações.

Que educador teve tantos officios e poudes acumular tantas virtudes? Mas fiquemos apenas com as virtudes do educador: elas são de sobra para a nossa edificação.

(De "A Ordem", do Rio de Janeiro)

SÔBRE O ESTUDO RACIONAL DA GEOGRAFIA

LIBERATO BITTENCOURT

Da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro

Até 1930, a geografia no Brasil, vulgar preparatório, era estudada cegamente, como em aritmética se estuda a tabuada: abusava-se da memória, com esquecimento quasi completo do raciocínio. O fraco estudante brasileiro, cidadão forte do porvir, repetia então, que nem papagaio, todo o ôco palavreado do compêndio, relativamente a oceanos, partes do mundo, países livres da América ou da Europa, cidades populosas, rios navegáveis, montanhas e arquipélagos: enchia a cabeça de números e de nomes tão sómente. E nada mais. Ciência pura de almanaque. Entanto geografia é ciência vasta; e como ciência tem de ser explorada e conhecida. E isso felizmente já se vai compreendendo e realizando, embora sem a pressa desejada em assunto de tão grande relevância. Concorre para tanto a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a mais bela talvez das associações científicas do país, com as luzes que de contínuo está a espalhar, com paciência de beneditino e sapiência de filósofo, por todos os ângulos escusos do território nacional. Mas quer me parecer que a benemérita ins-

tituição científica, a que me honro com pertencer e bem servir, preferiu o mau ao bom caminho, na emprêsa patriótica.

Necessário que se seja franco, em matéria de tão largo porte.

Sabe-se que, divinamente inspirada, a Sociedade de Geografia, revoltada contra a errônea e grosseira divisão territorial do Brasil, reuniu em seus salões grande comissão de especialistas, os quais alí estudam animados, há seis longos meses já, seguro meio de redivisão territorial do Brasil. Sou o mais apagado membro dessa abnegada comissão de sábios, o único alí continuamente de bôca fechada, a ouvir opiniões as mais descontraçadas, algumas profundas e quasi tôdas aparentemente sensatas, sôbre múltiplas exigências e necessidades da pátria em formação. Fujo de dar parecer, porque os ânimos de contínuo se apaixonam e se estremam, e o grande ideal, o da redivisão do território nacional, pôde vir a perigar, o que seria mais que lamentável. Vejo, porém, entre idéias apregoadas com alto e patriótico objetivo, qual o de grandeza e soberania, união e igualdade, liberdade e civilização, que

nos falta ainda a legítima educação geográfica. E a meu fraco julgar, a douta Sociedade de Geografia com pezar o declaro de público, é a principal culpada do acontecimento nada lisonjeiro.

Entendamo-nos, que bem o reclama a seriedade do assunto, como a valia grandiosa dos peledores.

Nas escolas secundárias do país o ensino da geografia foi sempre mal conduzido. E a educação, ali recebida sem escrúpulo, era a única em serviço mais tarde aos lidadores, nas grandes lutas empenhadas. Em tese o homem que estuda se dedica apenas à especialidade. O bacharel em direito, que aprendeu mal, quando menino, o vasto problema geográfico, abarbado depois com as graves questões sociais do tempo, no globo de fogo das sociedades em luta, lazer não topa bastante, nem tão pouco oportunidade, para estudar, como devia ter feito aos anos verdes, a séria questão geográfica, muito mais vasta do que geralmente se supõe, nas acanhadas esferas beletrísticas. E como o Brasil foi, é e será sempre governado por bachareis em direito, fenómeno generalizado em todo o mundo culto, o problema geográfico, que só encontra de parelha o problema social, teve de ser por êste, com tôda a razão, atirado a segundo plano, não raro até ao esquecimento.

No Brasil mental de hoje se não sabe a preceito geografia, a ciência fundamental na segura compreensão dos delicados problemas sociais.

De quem a culpa?

Da Sociedade de Geografia exclusivamente, ao que suponho.

Não censuro: historio. Não ataco: defendo a cultura enciclopédica fundamental, em favor do Brasil independente e soberano. Sou brasileiro, que não filósofo; crítico, e não demolidor soez.

Penso que deve competir à douta Sociedade, de que sou com pra-

zer o mais apagado e humilde servidor, a autoria benemérita de curso racional de geografia, de início em três volumes pelo menos: o primeiro, eminentemente propedêutico, tratando do sério problema geográfico, tal e qual é êle hoje considerado nos grandes centros cultos, em Alemanha especialmente; o segundo, essencialmente geográfico, ocupando-se com o estudo descritivo e racional da terra, com tudo o que lhe diz respeito; o terceiro e último, genuinamente particular, cuidando apenas do Brasil. Ao primeiro volume compete a face filosófica da questão magna; ao segundo, a face científica; ao terceiro, a face corográfica, a de alcance imediato, a mais útil porventura no ponto de vista pedagógico, social e prático.

Depois de 1930, graças às boas idéias revolucionárias, o estudo da geografia, antes o estudo fundamental da terra, melhorou grandemente: vai das elementares noções matemáticas e físicas à sensata exploração econômica, nos últimos anos do curso com razão chamado de humanidades.

Mas a par de tanta cousa útil, cometeu-se a leviandade científica, antes o crime pedagógico de suprimir levemente a cadeira especial relativa à pátria querida.

Que Deus nos dê juízo e luzes!

É que fez a douta Sociedade de Geografia, de que sou apagado servidor, diante da grande leviandade administrativa?

Fechou os olhos e cerrou ouvidos à barbaridade pedagógica.

Creio ser o Brasil o único país culto da terra, a excluir do curso secundário a corografia da pátria. E porisso justamente é que mais tarde, nas lutas atribuladas do viver, só aos especialistas da geografia é dado conhecer, a fundo pelo menos, as necessidades antropogeográficas do país. E assim mesmo de modo singular às vezes, como estou a presenciar no seio daquela erudita comissão,

por falta exclusiva da propedêutica educação geral.

Desço, data vênua, ao coração do assunto ingrato.

Veiu o homem ao mundo, para pensar, conhecer e produzir. Pensamento é filosofia; conhecimento, ciência; produção, arte. E mais nada sobre a terra. Filosofia, ciência e arte sintetizam, porisso mesmo, tôda a humana cultura, antes tôda a civilização contemporânea. A filosofia ensina a pensar; a ciência ensina a conhecer; a arte ensina a realizar; pensar para conhecer, afim de produzir, eis o humano problema psicológico de todos os tempos e idades.

Como é natural, deixo à margem os dous extremos, para só cuidar aquí do meio: *in medio virtus*.

A ciência é uma só, da mais notável abstração — o número, à mais perfeita idealização psicológica — Deus. É fácil provar, com argumento ao alcance de qualquer inteligência ou luz, que

Ciências	}	propedêuticas	}	matemática (movimento)
				física (matéria)
	}	finalísticas	}	geografia (terra)
				antropologia (homem)

A matemática, ciência verdadeiramente fundamental, estuda racional e aplicadamente as questões de número, as de forma e as de movimento, assim na terra como no espaço infindo. Compreende por isso mesmo cálculo, geometria, mecânica e astronomia.

A física, eminentemente propedêutica ainda, ocupa-se com estudar as propriedades gerais ou particulares da matéria, e bem assim os fenômenos que nela se passam, alterando-lhe ou não a íntima constituição. Física propriamente dita, química e eletrologia lhe são as partes integrantes.

A geografia é o estudo seco da

os fenômenos de pura matemática, antes de pura abstração, se prendem suavemente à biologia, à história e à política. A ciência é uma só, por simples questão de método, fracionada e subdividida em grupamentos vários, de fenômenos semelhantes.

De modo sintético, ciência é soma de conhecimentos. De modo particular e generalizado, ciência é o ramo de conhecimentos humanos que tem por fim a indagação, ou o estudo das leis, que regem a determinada categoria de fenômenos semelhantes. E como tais grupos são em número avultado, assim também as ciências constituídas. Estas, porém, podem e devem mesmo ser distribuídas, como o faço em meu sistema filosófico, em quatro e distintos agrupamentos, dous propedêuticos e dous outros finalísticos: matemática e física constituem os dous primeiros grupos; geografia e antropologia, os dous últimos:

terra, no ponto-de-vista matemático, no ponto-de-vista físico, no ponto-de-vista puramente geográfico e ainda no ponto-de-vista antropológico, ou social. Geografia sem matemática o mesmo é que capital sem embasamento, quadrúpede sem aparelho respiratório, jiquitibá possante sem a raiz indispensável. Topografia, geomorfia e geodésia são partes componentes, e até fundamentais, da geografia. O mesmo fenômeno educativo com a gravidade e a pneumática, a termologia e a fotologia, o magnetismo e a hidrostática, a hidrodinâmica e a eletricidade, a radio-telegrafia e a termo-química, a mineralogia e a botânica, a química in-

dustrial e a química orgânica, a geologia e a zoologia. Isto é, em boa linguagem portuguesa: **tôdas as ciências fundamentais e ainda tôdas as que integram filosoficamente o estudo racional da terra, são do domínio da geografia.**

A antropologia, por fim, compreende a história, o direito e a política, o que importa afirmar todos os fenômenos relativos ao homem, como ser superior e independente.

A matemática é o movimento; a física, a matéria; a geografia, a terra; a antropologia, o homem. E essas quatro unidades coletivas — movimento, matéria, terra e homem, constituem por soma a verdadeira ciência geográfica. Geografia alheia às latitudes e

longitudes, a líquidos e gases, a minerais e animais, a raças e climas, a povos e nações, à justiça e liberdade, fraqueza mental de passados séculos, e ainda em parte cousa da atualidade, mui longe está da ciência grandiosa da terra, em tôdas as manifestações e grandezas, que avultam com a civilização.

No Brasil mental contemporâneo inda se não sabe ao certo disso. E compete à douta Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, pela voz dos sábios obreiros ao seu serviço e necessidades, por de vez termo a essa situação profundamente anárquica, anti-patriótica quanto lamentável.

(Da "Revista da Sociedade de Geografia", do Rio de Janeiro.)

O INQUÉRITO DE "A ESCOLA" SOBRE O ENSINO RELIGIOSO

As portas da Constituinte, a "A Escola", dentro do seu programa de focalizar e debater amplamente tôdas as questões referentes ao ensino, abriu um inquérito sobre o palpitante problema do ensino religioso. Falou, em entrevista especialmente concedida a um dos seus redatores, o Prof. RAUL FONSECA.

— O problema do ensino religioso, professor?

— Sou absolutamente contrário a qualquer interferência dos governos nesse sentido. Combati o decreto do Ministro da Educação; colecionei, em parte, tudo quanto se disse e se escreveu naqueles dias agitados de debates sobre a «questão religiosa»; assinei o telegrama enviado por um grupo de professores paulistas ao chefe do governo provisório, cuja cópia aqui está: «Os abaixo assinados, professores pú-

blicos do Estado de São Paulo, usando das faculdades republicanas da livre manifestação do pensamento, vêm pedir a V. E. que, a bem da paz neste Estado, e para evitar a deflagração de uma perigosa e contraproducente luta religiosa no país, seja revogado o decreto que instituiu o ensino religioso nas escolas brasileiras».

Sou, continuou, reatando a palestra, o professor Raul Fonseca, por índole, por princípio, por educação, contra o ensino religioso

nas escolas. Penso ser a escola pública

O lugar menos próprio

ao ensino de religião; tal ensino, a meu ver, deve ser tarefa privativa, não de **professores oficiais, funcionários públicos, nomeados e pagos pelo Estado**, em escolas mantidas pelo Estado, com a contribuição de **tôda a coletividade**, (formada de indivíduos pertencentes às mais variadas e diversas seitas), mas sim, missão própria e exclusiva dos sacerdotes nos templos e dos pais nos lares.

Uma pergunta me vem aos lábios, em vista do vivo empenho do cléro do Brasil em «oficializar» a «sua» religião: Perderiam eles a fôrça moral e espiritual sôbre os seus adeptos ou sôbre as crianças? E, como natural consequência, eu indagaria ainda, com maior e mais desoladora mágua: Não têm mais os lares brasileiros, as mães brasileiras aquela nunca desmentida formação moral e espiritual em grau bastante puro e elevado que, por si só, bastasse à formação religiosa dos seus próprios filhos?

É João de Caxias, que, em bem lançado artigo, responde pela afirmativa, à primeira pergunta que fizemos: «Sentindo-se fracos no apôio direto das massas populares, lançam (os clericais) mão de táticas, outrora bem sucedidas, é verdade, mas hoje impraticáveis, pois nós temos a história dêsse passado, ao alcance dos olhos de nossa inteligência. **A aliança da Igreja com o Estado é um sinal evidente de fraqueza, fraqueza que vem, não da instituição em si, mas dos que a encabeçam pela soma de defeitos que infiltraram no credo.** (Sem capa e sem batina — artigo de João de Caxias, na «A Platéia»).

Mas, prosseguiu o ilustrado professor, não ficará fóra de propósito, dentro do depoimento que

me pediram, encarar o problema religioso, sob o seu prisma político.

O decreto de 30 de abril de 1931 tem um

Vício original

Foi um decreto meramente político, uma habilíssima manobra partidária do ministro Francisco de Campos. Não o podia sancionar «de coração» o sr. Getúlio Vargas. Sua Excelência, como é fácil de se ver nos «Anais do Congresso», combateu veementemente as «Emendas Plínio Marques»; e, avançamos mais, nem o próprio Ministro da Educação, seria, no Brasil, a pessoa mais indicada para nos ofertar o «presente de gregos» do ensino religioso.

E não sou eu apenas quem o diz: dá-lo também Mons. José Custódio Brandão Guedes, vigário de Lagoinha (Minas), falando sôbre a insinceridade do Ministro «na exploração que está fazendo em tôrno do ensino religioso nas escolas». E o prof. Fonseca exibiu-nos um recorte do «Diario Nacional» da época, onde se lia o terrível libelo do referido prelado mineiro:

“Desde o tempo da presidência do Dr. Mélo Viana, que tínhamos a permissão para ministrar o ensino religioso católico, apostólico, romano, nas escolas oficiais e na hora legal. Quando subiu à presidência o Dr. Antônio Carlos, eu fui procurá-lo, desejando saber se S. Ex. permitiria que se mantivesse aquele ensino religioso na hora legal. Antônio Carlos respondeu pela afirmativa, acrescentando que, neste sentido, iria comunicar-se com o Secretário do Interior, Dr. Francisco de Campos. Algum tempo depois, como não se dêsse cumprimento àquela promessa, volvi ao Presidente Antônio Carlos, que me disse não ter ainda falado ao Dr. Campos. Deliberei, então, ir diretamente procurar o Secretário e transmitir-lhe a palavra do Presidente. Esperei na Secretaria mais de uma hora, antes de ser atendido; finalmente recebido pelo Dr. Campos, lhe expus o motivo da minha audiência: — “desejavamos poder ministrar o ensino religioso católico nas escolas oficiais e na ho-

ra legal". Encontrei no Dr. Campos a mais viva resistência. Durante uma hora nos enfrentámos calorosamente; afinal o Dr. Campos disse-me que era mais fácil deixar a Secretaria do que sujeitar-se a endossar uma medida da natureza da que pleiteávamos. Com efeito. Tempos depois, realizado o Congresso Catequístico, tendo o Presidente Antônio Carlos autorizado o ensino do Catecismo nas escolas e desejando torná-lo mais garantido, lavrou, neste sentido, um decreto, cujo ato da assinatura foi soleníssimo. Era, então, Secretário do Interior o Dr. Francisco de Campos, que deixou a Secretaria viajando para Caxambú, para não assinar o decreto. Na sua ausência o Presidente Antônio Carlos, nomeou interinamente Secretário o Dr. Mário de Lima, que foi quem assinou o decreto".

Por essa razão eu disse que o decreto sobre o ensino religioso, trazia, com todos os seus defeitos, como veremos mais adiante, êsse mal de nascença, êsse vício original — a insinceridade da-quele que tão «ardentemente» o desejava...

Decreto que dizia acudir, no entender do clero, às necessidades espirituais e morais da infância, da juventude e da mocidade do Brasil, e que, no entanto, por desconcertante paradoxo, tinha a sua origem bem escusa, numa simples manobra política do sr. Francisco de Campos, enamorado do bastão de chefe da Terra Montanhosa...

Neste ponto, estou francamente com Mário Pinto Serva, quando diz que o «pai» da questão religiosa no Brasil... uma individualidade bolorenta, medieval, anacrônica e arcaica como o sr. Francisco de Campos, deve ser estudada como um caso singular de regressão atávica ou de psicologia mórbida (Mário Pinto Serva — Artigo da época).

Um retrocesso inadmissível

A tendência natural dos povos é seguir trilhos novos, novas diretrizes, descobrindo, aprendendo, discernindo, avançando. A

humanidade levou 500 anos para conquistar o mais precioso dos bens, que é a liberdade de consciência. A partir da Reforma, que abalou os fundamentos do poderio absoluto dos papas, é que os espíritos começaram a libertar-se das teias do obscurantismo e que o homem adquiriu o direito de pensar livremente. Pois bem, passados êsses cinco séculos de conquistas liberais e quando até a Espanha, a catolicíssima Espanha, consegue libertar-se do domínio da Igreja, é que no Brasil, onde a índole do povo é incontestavelmente liberal, se cogita de fazer-nos voltar aos tempos sombrios da idade-média, com a imposição de um credo religioso aos nossos filhos!

Meus votos são que os ilustres membros da Segunda Assembléia Constituinte tenham o cérebro iluminado pelos mesmos clarões de liberalismo que iluminaram as inteligências da grande Assembléia de 91 e que nos deram, com a laicização do ensino, quarenta anos de paz religiosa, numa sociedade perfeitamente garantida em toda a plenitude de seus direitos de pensar, querer, de sentir e de agir livremente em matéria de convicções religiosas.

Mas, se a nossa Constituinte consagrar, em lei, o ensino religioso, modificando o artigo 72 do Estatuto de 24 de fevereiro, os frutos dessa insensatez não se farão esperar.

Basta lembrarmos as

Primeiras Conseqüências

a que o decreto malfadado de 30 de abril de 1931 deu origem, para fazermos uma idéia do que poderá, no futuro, suceder. Ponderemos, ainda, que aquele era um decreto transitório, passível de cair, como caiu, de um momento para outro, e que, mantido que seja na futura Constituição, assumirá maiores proporções de perigo social.

Citemos, como exemplo, o conflito de Campinas entre católicos e protestantes. É que os partidários do credo romano querem impor-se pela força e pela violência. A Igreja Católica, Apostólica, Romana, que sempre gozou de uma

União «camuflada»

com o Estado, união essa bem caracterizada nas subvenções que o governo sempre concedeu às construções de templos católicos; na solene bênção das espadas de aspirantes e oficiais da Marinha e do Exército; na colocação da imagem de Cristo nas salas dos tribunais; nas exéquias oficiais; na bênção das quilhas dos barcos e dos aviões; na bênção das bandeiras, — não se contenta com essa semi-oficialização da doutrina que prèga — quer mais: a **soberania absoluta**, o **domínio absoluto**, o **contrôle absoluto** sôbre os pequenos e inocentes brasileiroinhos que cursam as escolas populares oficiais.

Mas, para que continúe o distinto educador, havemos de fazer o nosso pobre ensino «cobaia» de mais uma experiência e o Brasil teatro de mais uma temerária tentativa, se podemos valer-nos da

Experiência alheia?

Olhe-se a Espanha. Escrevendo nos jornais da época agitada em que surgiu o famoso decreto político-religioso do sr. Francisco de Campos, Mário Mariani, depois de frisar ser a formação educacional dos espanhóis profundamente católica, depois de acentuar ser a instrução na Espanha «há vários séculos, monopólio exclusivo dos conventos e das congregações»; depois de chamá-la o «país católico por excelência», conclúe irônicamente,

sarcásticamente, quiçá, justificadamente:

“Um dia, uma batida de gongo.

“Leio nos jornais:

“Madrid — doze igrejas destruídas. Alicante: o povo atacou sete edificios religiosos. Málaga: o povo assaltou e incendiou o convento dos jesuítas e o palácio episcopal.

“E a lista continúa.

“Ora o fenômeno curioso é justamente o seguinte: êsse povo saiu das sacristias e das congregações.

“Volta agora a elas com um fósforo. É para restituir, naturalmente, um pouco da luz que recebeu.

“Ensinai, ensinai...”

(Artigo de Mário Mariani
— “A Platéia”)

O aspecto moral e social

Assim encarado, o ensino religioso católico é de influência puramente negativa na formação moral das coletividades e no índice do seu progresso material.

É Emilio de Laveleye, que, no seu opúsculo «O futuro dos povos católicos», põe em fóco a tão debatida questão da falada superioridade das nações católicas, para concluir que «os povos católicos progridem muito menos depressa do que as nações que deixaram o catolicismo, e que, relativamente a elas, parecem recuar» (opúsculo citado, pág. 5).

«Muito se fala hoje da decadência dos povos latinos. Eles declinam rapidamente, dizem, e o futuro pertence à raça germânica e à raça eslava», continúa Laveleye (idem, idem); mas «quando se vêm os protestantes latinos sobrepuzar populações germânicas, mas católicas; quando, no mesmo país e no mesmo grupo, com a mesma língua e com a mesma origem, se prova que os reformados progridem mais depressa e mais regularmente do que os católicos, é difícil deixar de atribuir a superioridade de uns sôbre os outros

ao culto que professam». (Idem, idem).

Laveleye, diz o professor Fonseca, continuando, cita outros exemplos interessantes: «Escoceses e Irlandeses são da mesma origem. Uns e outros foram submetidos aos ingleses. Até o século XVI, a Irlanda era muito mais civilizada do que a Escócia. A fértil Erin era, durante a primeira metade da idade média, um foco de civilização quando a Escócia era um covil de bárbaros.

Desde que os escoceses adotaram a reforma precederam até aos ingleses. O clima e a natureza do solo opõem-se a que a Escócia seja tão rica como a Inglaterra; contudo Macaulay prova que, desde o século XVII, os escoceses sobrepujaram os ingleses em tudo. A Irlanda, pelo contrário, dedicada ao ultramontanismo, é pobre, miserável, agitada pelo espírito de rebelião, e parece incapaz de se tornar a levantar por suas próprias forças. (Idem, página 6).

Falando da Suíça, Laveleye examina a instrução e compara o grau de progresso moral e material de suas populações em «cantões» diferentes e num mesmo «cantão». De um lado as populações protestantes: «a instrução, a atividade, a indústria, relações com o mundo exterior, e, por conseguinte, a riqueza. De outro lado a ignorância, a pobreza». (Idem, pág. 7).

Tocqueville declara que «nos Estados Unidos, a maior parte dos católicos são pobres» (pág. 8); «no Canadá, os grandes negócios, as indústrias, o comércio, as principais lojas estão nas mãos dos protestantes» (idem); na França depõe Andiganne para dizer: «A maioria dos operários de Nimes, principalmente os que trabalham no fabrico de tafetá, são católicos, enquanto que os chefes de indústria e de comércio, os capitalistas em suma, pertencem,

em geral, à religião reformada». (idem, pág. 8).

Seria fastidioso citar, uma a uma, as provas da superioridade intelectual e material dos povos e dos países que se libertam das cadeias do catolicismo; demos como prova máxima dessa verdade cristalina, o fato de, toda a vez que se opera uma mudança de forma política de uma nação católica, a primeira cousa que o povo e o governo tratam de fazer é, invariavelmente, expulsar os jesuitas, separar a Igreja do Estado, transferir para o Estado os bens das congregações ou igrejas, queimar conventos! Veja-se: Portugal, Espanha, México. Já se ouviu falar algum dia na expulsão de ministros protestantes ou de outras religiões?

É que o espírito humano anseia, cada vez mais, por libertar-se de preconceitos e abusões, e a

Mentalidade católica

não evolue, é uma só em todos os tempos; a da idade média é a mesma de hoje. A Igreja dos autos de fé, que queimou milhares de judeus na Espanha e em Portugal, é a mesma que encarcerou Galileu, que submeteu Dreyfus ao seu espantoso martírio, que fuzilou Francisco Ferrer na Espanha, que faz Madre Concepción cúmplice no assassinio de Obregon no México, que ataca e queima a casa de cultos dos protestantes em Aparecida, que faz que o bispo de Pesqueira, em Pernambuco, impeça (em 1931 — é incrível) que pastores protestantes façam propaganda do seu credo, naquela diocese!

Em resumo

1) Sou pelo ensino leigo em todos os seus graus. 2) Sou pela separação absoluta entre a Igreja e o Estado.

A introdução do ensino religioso nas escolas brasileiras, repito, citando uma frase de Mário Pinto Serva, «seria fazer o Brasil regressar dous ou três séculos, para

imersão em trevas da idade média», concluiu a sua palestra o professor Raul Fonseca.

(De "A Escola", S. Paulo.)

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL NAS ESCOLAS DOS ESTADOS UNIDOS

MARIS M. PROFFITT

*Consultor técnico e especialista em
Orientação vocacional e Educação
Industrial na Repartição de Edu-
cação dos Estados Unidos.*

Aplica-se o termo orientação vocacional ou orientação profissional àquelas atividades mediante as quais se trata de proporcionar aos jovens e às jovens oportunidades especiais que os auxiliem a descobrir as suas aptidões, as suas inclinações e as suas limitações com respeito ao preparo de que necessitarão para participar no complexo e mutável sistema social em que nasceram. Nos Estados Unidos, assume-se freqüentemente, ao menos em teoria, que esta responsabilidade cabe às escolas públicas. Todavia, as nossas escolas jamais poderão desempenhar sózinhas tão vasto serviço, devendo a responsabilidade ser compartilhada pelos pais, organismos e agências sociais e industriais, e a sociedade em geral. O movimento de orientação profissional no seu caráter atual de responsabilidade das escolas públicas, é de origem bem recente. Resultou por um lado, de um conhecimento mais adequado das diferenças que caracterizam os indivíduos, e por outro lado da crescente complexidade da nossa vida social, econômica e industrial, que dia a dia vai exigindo um preparo cada vez mais especializado afim

de que o indivíduo possa enfrentar com êxito as múltiplas atividades da nossa vida social e profissional.

Orientação vocacional é o processo de ajudar o indivíduo a escolher a sua ocupação, preparar-se devidamente, e iniciar e exercer com êxito a carreira escolhida. Em vista do fato que o preparo para uma dada ocupação supõe decisões quanto à escolha de matérias de estudo, escolha de programas apropriados, escolha de escolas e faculdades, torna-se evidente que a orientação vocacional não pôde se divorciar da orientação educacional. Educação vocacional é o preparo que se proporciona às pessoas que desejam trabalhar em uma determinada ocupação. A orientação vocacional ou profissional oferece informação e auxílio conducentes à escolha de uma ocupação e o preparo na mesma, mas não fornece esse preparo. O termo vocacional refere-se a qualquer ocupação seja de medicina, advocacia, carpentaria, ou enfermagem. Por importante que seja a orientação vocacional, qualquer programa de orientação que não abranja outros objetivos imprescindíveis para o completo e efi-

ciente funcionamento do indivíduo como membro do grupo social, pecará por incompleto e inadequado. A orientação se aplica a toda a esfera da educação, e qualquer serviço educacional tendo por objetivo a orientação da juventude, não poderá de maneira alguma omitir do seu programa fatores de tão alta importância para o êxito na vida quanto sejam a saúde, o desenvolvimento físico, o ajustamento social, hábitos pessoais e condições econômicas. O serviço de orientação se focaliza no aluno em sua relação para com a vida, auxiliando-o a determinar corretamente a sua própria situação e a tirar o maior proveito das suas aptidões e oportunidades. O objetivo de toda a orientação é o de nutrir um espírito de orientação-própria. O programa de orientação destinase a proporcionar ao indivíduo conselhos e informações relativamente a oportunidades e requisitos e animá-lo a analisar e decidir sobre as situações que possam afetar a sua vida e os seus interesses. Por esse motivo a orientação nas escolas públicas dos Estados-Unidos inclui tanto a orientação educacional visando objetivos de educação geral, e a orientação vocacional para o objetivo específico de preparar e colocar o aluno em uma ocupação adequada.

Há apenas poucos decênios atrás os alunos em nossas escolas secundárias constituíam um grupo bastante homogêneo, ocupados na tarefa de se preparar para prosseguir os seus estudos em estabelecimentos de instrução superior. Para eles a orientação educacional era uma coisa muito simples, pois, automaticamente, matriculavam-se no único curso que a escola secundária tinha para lhes oferecer, quer dizer, o curso preparatório. Os alunos desse curso constituíam essencialmente um grupo escolhido, em geral pertencente a famí-

lias de inteligência, cultura e condições financeiras comparativamente altas. Assume-se, ao menos, que as suas condições financeiras eram suficientemente boas para evitar qualquer probabilidade de que o aluno teria de abandonar os estudos e contribuir para a manutenção da família. Esse grupo tornava-se ainda mais seletivo pelo processo de eliminar da escola, sem lhes proporcionar qualquer outro curso acadêmico ou preparo vocacional, os alunos que eram reprovados nas matérias que compunham o curso de preparatórios para matrícula em estabelecimentos superiores, ou pela saída dos que por motivos de saúde, financeiros ou outros, não podiam continuar a frequentar as aulas.

Um dos fatores que mais têm contribuído para promover uma compreensão inteligente da necessidade que há de proporcionar orientação aos alunos, resultou do progresso feito pela psicologia educacional no estudo das diferenças individuais. A psicologia moderna começou a salientar com maior ênfase do que em qualquer tempo no passado o fato de que os alunos variam extraordinariamente entre si, não só em inteligência ou na facilidade de aprender, senão também no que diz respeito aos seus hábitos e costumes sociais, integridade moral, linguagem que empregam, qualidades e defeitos físicos, atitudes sociais, assim como em muitas outras características que influem no desenvolvimento do aluno. Quer essas condições sejam o resultado da herança ou do meio ou de ambos, pouco importa para os fins da orientação. Já que existem, precisam ser tomadas em conta no organizar-se um plano de preparo e trabalho que mais se adapte às necessidades individuais do aluno. Iniciar um aluno em um curso de preparo ou colocá-lo em uma ocupação para os quais absolutamente não

tem vocação alguma, e nos quais terá forçosamente de fracassar devido a limitações naturais ou empecilhos adquiridos, constitui não só um desperdício de tempo e dinheiro senão também, segundo os preceitos da psicologia, um grande mal praticado contra o aluno. A todo o aluno, quaisquer que sejam as suas limitações, deve-se proporcionar o ensejo de empreender as tarefas nas quais maior probabilidade terá de êxito. O desânimo que resulta do fracasso após um esforço concienzoso, é uma das decepções mais tristes que acabrunham a alma humana.

Com os progressos que ora vamos conquistando no estudo das diferenças individuais e na análise das atividades sociais e vocacionais, no intuito de determinar quais as aptidões exigidas para desempenhá-las, vamos lançando uma base segura e ampla para o trabalho de orientação. E daí resulta que os educadores experimentados nas práticas da orientação, censuram qualquer prática que pretenda dar a tôdas as crianças a mesma educação e pelos mesmos métodos. A orientação é o fermento que virá levar tôda a massa, permeando o grupo e alcançando o indivíduo; é a bússola que servirá de guia na escolha do programa educativo e vocacional do aluno.

No intuito de compreender bem o trabalho de orientação efetuado nos Estados Unidos, convém ter presente que não existe aqui um sistema nacional de educação pública, não havendo, pois, nenhuma fiscalização nacional do ensino. Cada um dos Estados que compõem a União possui a sua própria organização estadual e o seu próprio pessoal incumbido de orientar e dirigir o programa de ensino do Estado. Cada Estado possui também leis e regulamentos específicos que controlam os princípios fundamentais e, de uma maneira limitada, as diversas prá-

ticas relativas às oportunidades educativas oferecidas pelo Estado. Os sistemas escolares locais variam extraordinariamente no tamanho da população. Acontece assim que, ao passo que a cidade de Nova York ou Chicago constituem cada uma um sistema escolar, por outro lado, em muitos lugares uma comunidade rural constitui igualmente uma unidade escolar, sendo que entre êstes extremos, temos os sistemas escolares dos condados, distritos escolares compreendendo várias povoações e coletividades rurais, cidades e vilas. Conseqüentemente as práticas de orientação terão por força de variar até certo ponto entre os Estados, mórmente em se tratando de sistemas escolares locais.

Poucos são os departamentos estaduais de educação que mantenham a orientação como atividade separada, possuindo um pessoal efetivo incumbido de fomentar o serviço de orientação nas escolas públicas. Existe, todavia, um número comparativamente grande de departamentos estaduais de educação, que incluem o serviço de orientação entre as responsabilidades confiadas aos inspetores das escolas secundárias ou a algum outro funcionário estadual de ensino encarregado de formular um programa de estudos para as escolas públicas.

A seguir aparece um resumo das atividades desenvolvidas pelos departamentos de educação em todos os Estados, relativas à orientação nas escolas públicas:

Requisito de que tôdas as escolas secundárias ou preparatórias, para obterem a aprovação do departamento estadual de educação, precisam incluir em seus programas de instrução, provisões para o serviço de orientação. Somente poucos Estados exigem essa condição.

O Estado presta auxílio financeiro a tôdas as bibliotecas esco-

lares para a compra de livros sobre a orientação educacional e vocacional, ocupações e profissões. Um Estado contribue com vinte e cinco por cento do custo de todos os livros dessa natureza adquiridos por qualquer biblioteca escolar.

O departamento estadual de educação promove investigações para coligir dados profissionais e outras especies de informações que sejam de valor para os programas escolares. Promove também conferências regionais de professores e funcionários escolares interessados no trabalho de orientação. Nessas conferências estudam-se planos para o estabelecimento do trabalho de orientação nas escolas e para a efetuação do serviço.

Em alguns Estados o departamento de educação prepara e distribue boletins sobre trabalhos de orientação, tratando da necessidade de tais trabalhos, a filosofia educativa e os postulados fundamentais que servem de base aos serviços de orientação, os deveres dos conselheiros e os conhecimentos que devem ter, as práticas que devem seguir para transmitir os conhecimentos, o material de diversas espécies que é necessário para os trabalhos de orientação, as fichas ou cartões de registo de cada aluno e os cursos de informação profissional. O departamento de educação de um dos Estados publica um boletim relativo às oportunidades existentes para a educação superior, para servir de guia na orientação de estudantes que se preparam para matricular-se nas faculdades e estabelecimentos de instrução superior. Esse boletim contém um resumo do ensino oferecido em muitos dos estabelecimentos de instrução superior dentro do Estado.

Os departamentos de educação em vários Estados designam comissões que estudam o problema de orientação e oferecem reco-

mendações com respeito aos programas de orientação das escolas.

Vários departamentos de educação assinalam os requisitos a serem preenchidos para obtenção de um certificado de professor ou de conselheiro de orientação. Em alguns Estados os departamentos de educação preparam cursos de estudos e incluem neles trabalhos de orientação.

As escolas locais, naturalmente, incumbe toda a responsabilidade de prestar serviços de orientação aos alunos. Como atrás se disse, o sistema escolar local tem plena liberdade, dentro de certas limitações bem definidas, de fornecer a espécie de educação que julgar mais satisfatória, portanto o trabalho de orientação tem forçosamente de variar consideravelmente, tanto em extensão como em qualidade, em todas as escolas que fornecem esse serviço nas diversas partes dos Estados-Unidos. Em algumas das cidades maiores o serviço de orientação é executado por pessoal técnico especialmente preparado para esse fim, achando-se todo o programa sob a fiscalização de um diretor de orientação, membro do quadro de funcionários do superintendente.

Para cada escola designam-se conselheiros em número suficiente para garantir entrevistas a cada aluno ao menos duas vezes por ano, e em alguns casos com maior frequência conforme houver necessidade para tais entrevistas, isso além do freqüente trabalho consultivo grupal. Para o desempenho de um programa como esse, mantém-se sempre alguns professores que estejam preparados para dar instrução em informações profissionais, e freqüentemente designa-se uma turma especial de professores para atender ao trabalho de colocação. Nas escolas pequenas todo o trabalho de orientação é usualmente desempenhado pelo diretor, auxiliado por vários dos professores re-

gulares designados para esse fim. Usualmente escolhe-se uma professora para as meninas e um professor para os rapazes. Em vista do fato que o serviço de orientação é em grande parte uma questão individual entre o professor e o aluno, essas escolas pequenas conseguem prestar um serviço bastante eficiente sem qualquer pessoal especial de orientação, e sempre que o diretor e os professores demonstram real interesse em aproveitar as atividades regulares da escola para prestar valiosos conselhos e informações destinados a servir de orientação educacional e vocacional, os resultados são sempre bons.

O seguinte resumo dá uma idéia das diversas medidas utilizadas para prestar orientação aos alunos, medidas essas que podem ser incluídas, quer em parte quer no todo, no programa de qualquer escola:

1. A orientação por meio das aulas regulares do programa escolar. — Praticamente todas as escolas oferecem incidentalmente algum ensino sobre a orientação nas aulas regulares do curso escolar, prestando-se ôtimamente para esse fim matérias tais como a geografia, a história e a literatura, quando ensinadas com esse propósito em vista, e bem assim a física e a química que podem contribuir com considerável informação profissional relativamente aos seus respectivos campos. Efetivamente hoje em dia há uma crescente tendência da parte das autoridades escolares de salientarem aos professores a importância de frisar o valor orientador inerente em cada matéria em que se especializam.

Em alguns cursos, especialmente cursos de instrução cívica, a instrução profissional com caráter de orientação chega a formar uma matéria em si, havendo mesmo uma tendência crescente no sentido de transformar os cursos

de instrução cívica em cursos de instrução cívica e profissional, com especial ênfase na instrução profissional. Esses cursos fornecem estatísticas e outros dados profissionais de valor para orientação, e estudam as ocupações em geral, a organização da indústria, e condições de trabalho e emprego nas diversas indústrias. Já foram escritos vários compêndios sobre a cívica profissional, livros esses que vão entrando em uso geral.

2. A orientação por meio de cursos vocacionais especiais. — Um número limitado de escolas mantém cursos dedicados inteiramente a estudos sobre as ocupações, sendo o curso usualmente de um ano, com duas a cinco aulas por semana. Esse curso se dá usualmente no último ano da «junior high school» (escola secundária inferior) ou durante os dois primeiros anos da «senior high school» (escola secundária superior), quer dizer, aproximadamente entre o oitavo e o décimo anos escolares. Nesse tipo de curso especializado a classe estuda em primeiro lugar os campos gerais de ocupação, e em seguida cada aluno escolhe alguma ocupação em que se acha especialmente interessado, fazendo dele um estudo detalhado. Esse estudo detalhado de uma dada ocupação compreende a coleção e compilação de informações relativas ao trabalho a ser executado, condições de trabalho e emprego, oportunidades para promoção, serviço social pertinente, remuneração que se pôde esperar e o preparo necessário para exercer a ocupação. De cada aluno exige-se que prepare um livro sobre a ocupação que tiver escolhido para estudo, volume esse em que deverá assentar na devida ordem todas as informações que tiver colhido, acompanhadas de ilustrações adequadas, tiradas de jornais e revistas.

3. Orientação por meio do mes-

tre encarregado da «aula-lar». — Muitas escolas têm professores encarregados da chamada **home-room** ou aula-lar, aos quais se confia um grupo de alunos que se reúnem todos os dias durante um ou mais períodos de classe para discutir e considerar problemas pessoais. Em algumas escolas o professor da aula-lar tem a responsabilidade de proporcionar orientação educativa aos alunos de sua classe, discutindo com eles em grupo e individualmente os seus problemas escolares e dando-lhes conselhos sobre sua educação ulterior, suas atividades fóra da escola, as possibilidades que existem de continuarem a prosseguir os estudos, suas aptidões e seus interesses. Em muitas escolas é esta uma fase importante do serviço de orientação.

4. A orientação por meio de conselheiros especiais. — Muitos sistemas escolares nas cidades maiores empregam conselheiros com preparo especial para aconselhar os alunos relativamente a problemas educacionais e vocacionais, abrangendo o seu trabalho tanto o serviço de orientação individual como o grupal. O serviço grupal compreende informações relativamente à ocupação em geral, oportunidades de emprego local, e outra instrução necessária. O conselheiro, além do seu trabalho grupal, entrevista individualmente todos os alunos que lhe tocam, discutindo com cada um de per si os problemas que o enfrentam relativamente aos conhecimentos, tanto educacionais como vocacionais, que ainda lhes falta adquirir e as oportunidades e facilidades de emprego. Os alunos que pretendem deixar a escola antes de completar o curso recebem atenção especial antes de sair. Proporcionam-se aos alunos informações quanto às escolas profissionais e estabelecimentos de instrução superior, quanto aos cursos oferecidos pelas diversas faculdades

universitárias e ao valor relativo dos mesmos para o aluno em questão.

O conselheiro tem sempre acessível uma ficha de cada aluno, contendo informações sobre as notas recebidas nas diversas matérias de ensino, inclinações e aptidões manifestadas, e as probabilidades de continuar na escola até terminar o curso ou de êxito futuro depois de sair da escola. Os conselheiros também conversam com os pais relativamente ao futuro dos seus filhos.

5. Orientação por meio de cursos pre-vocacionais e práticos. —

Como já acima ficou dito, o fim de toda a orientação é a orientação-própria, isto é, orientação que conduza o indivíduo a descobrir por si mesmo as suas aptidões e interesses. No intuito de fornecer ensejo aos alunos para se estudarem a si mesmos, algumas escolas oferecem cursos destinados principalmente a fornecer tipos de todas as atividades que possam revelar ao aluno as aptidões e tendências que possui ou que lhe faltam para o desempenho das diferentes espécies de trabalho em questão. Por exemplo, os cursos de artes industriais, cursos gerais de oficina, breves cursos especializados de oficina, tudo isso possui valor em proporcionar um meio de descobrir tendências e aptidões pessoais. Muitas vezes esses cursos pre-vocacionais são oferecidos a alunos que, desejando preparo industrial, sejam ainda jovens demais para iniciar um determinado curso industrial ou não tenham podido decidir quanto à profissão que desejam seguir. Todos esses cursos pre-vocacionais oferecem oportunidade para proporcionar ao aluno valiosa orientação profissional.

Um dos elementos essenciais do nosso programa de orientação escolar é a ficha ou cartão individual do aluno. Esse cartão que se acha sempre acessível aos conselheiros e professores encarre-

gados do serviço de orientação, contém um registo contínuo de informações relativas ao aluno, tais como: notas escolares; resultados obtidos nas provas psicológicas e provas de aproveitamento escolar; reprovações em exames; promoções extraordinárias, problemas de disciplina; características da personalidade do aluno; aptidões e tendências; nacionalidade dos pais; ocupação dos pais, e outros dados que conduzam a um conhecimento mais exato do aluno para fins de orientação. Os professores, conselheiros, ou pessoas encarregadas dos trabalhos de orientação examinam estes cartões de vez em quando para obter deles bases em que fundar os conselhos individuais a serem prestados a cada aluno.

Vão aumentando rapidamente os trabalhos sobre a orientação, pois a miúdo aparecem livros e artigos de revista sobre o programa de orientação nas escolas públicas, contendo muitas vezes planos propostos ou efetivos para a realização de atividades de orientação. Muitos desses trabalhos representam estudos sérios sobre serviços e práticas de orientação, feitos por professores de orientação em estabelecimentos normais e por educadores ocupados em serviço de orientação. Ao lado desses aparecem também uma abundância de estudos profissionais preparados para conselheiros escolares e que se prestam também para o uso de estudantes na matéria. Existem várias publicações sobre diversas ocupações profissionais e industriais preparadas tanto por escolas como por especialistas na matéria, obras essas que vão sendo incorporadas às bibliotecas escolares.

As instituições encarregadas da preparação de professores estão incorporando como prática geral a seus planos de estudos diversos cursos sobre orientação e sobre informações profissionais, para uso dos professores que preten-

dem dedicar-se ao trabalho de orientação. Os conhecimentos oferecidos aos professores nesses cursos constituem um dos principais fatores para estimular atividades de orientação verdadeiramente eficazes nas escolas públicas.

Oferece-se a seguir uma breve descrição dos trabalhos de orientação que estão sendo realizados no sistema escolar de uma cidade de mais de 250.000 habitantes. Este programa pôde ser considerado como um dos mais bem elaborados dos existentes até o presente.

A administração do programa de orientação forma parte das atividades de uma divisão de investigação e orientação a cargo de um vice-superintendente de escola. As atividades desta divisão estão classificadas em quatro grupos, a saber: a) superintendência dos departamentos de orientação nas escolas secundárias; b) superintendência dos trabalhos de ajustamento dos alunos nas escolas elementares; c) manutenção e funcionamento de uma clínica de educação; d) obtenção de empregos para alunos que terminam seus estudos e continuação dos trabalhos de orientação depois de terminado o curso escolar.

A superintendência dos trabalhos de orientação nas escolas secundárias compreende a direção do serviço de orientação mantido nas quatro escolas secundárias superiores da cidade, isto é, as escolas que dão os três últimos anos do curso de instrução pública, e as oito escolas secundárias inferiores, que dão apenas o sétimo, oitavo e nono anos de um curso de doze anos. Esse serviço abrange tudo que se refere ao registo de informações relativas aos alunos, e conselhos dados aos mesmos, assim como instruções especiais de orientação quanto à sua futura vida profissional.

A fiscalização do ajustamento dos alunos nas escolas primárias,

isto é, durante os primeiros seis anos do curso de 12 anos, abrange a classificação dos alunos nas aulas, instrução destinada a corrigir defeitos, e instrução especial para os alunos que não se adaptam bem nas diversas classes e cursos regulares. A clínica escolar fornece tratamento médico para as crianças de tôdas as escolas que apresentem problemas especiais.

A direção do serviço mantido por tôdas as escolas da cidade no sentido de obter colocações e acompanhar o progresso dos alunos no emprego, abrange a fiscalização do trabalho de colocação dos alunos que se retiram das escolas, a continuação dos conselhos e orientação aos alunos depois de empregados, a expedição dos certificados exigidos pela lei, a administração das bolsas de estudo estabelecidas por donativos especiais e a preparação de estudos e investigações no campo das ocupações e trabalho.

O pessoal da divisão de investigações e orientação, encarregado da administração do programa nas escolas públicas, compõe-se de inspetores dos trabalhos de orientação nas escolas primárias e secundárias, um diretor encarregado da obtenção de empregos, com dous ajudantes; um diretor da clínica auxiliado por um inspetor e 15 professores visitantes, e por seis pessoas que se encarregam das provas psicológicas e educativas. Além dêste pessoal técnico a divisão conta com os serviços de seis empregados de escritório.

Todos os alunos do sistema de escolas públicas desta cidade são objeto dos seguintes serviços:

Um registo de fichas em que se conservam os dados importantes da vida de criança, as quais se acham sempre acessíveis aos encarregados do trabalho de orientação.

Cuidadoso exame individual e

conselhos para a escolha dos diversos cursos de ensino.

Ajustamentos adequados aos trabalhos da escola e aos diversos cursos do programa de estudos.

Continuidade do serviço de orientação e conselhos por parte dos conselheiros de classe e dos professores visitantes.

Orientação grupal.

Continuação de serviços de orientação e conselhos aos alunos que se retiram das escolas.

Obtenção de emprego.

A orientação nas escolas primárias segue em grande parte um programa de ajustamento e tem como objeto evitar obstáculos à educação, desajustes sociais e atitudes educativas e sociais errôneas. Para fins diagnósticos submetem-se os alunos a testes mentais no princípio de cada ano escolar e a provas psicológicas grupais ao menos de três em três anos. Os alunos que apresentam problemas especiais são submetidos a provas individuais.

Em cada uma das escolas secundárias inferiores há seis conselheiros de classe encarregados de aconselhar os alunos; cada um deles tem sob sua responsabilidade uma ou mais classes durante o período completo do curso. Os conselheiros dedicam um período escolar diário para aconselhar aos alunos individualmente. Aos conselheiros compete também ensinar uma aula de instrução profissional a cada uma das classes que lhe tocam, uma vez por semana, durante os três anos do curso secundário inferior. Cada classe recebe também outra aula por semana do seu conselheiro em educação geral e orientação profissional. As atividades dessa aula compreendem discussões, conferências e palestras sobre os diversos assuntos relacionados com a matéria. O chefe do departamento de orientação da escola dispõe de cinco períodos semanais para estudar e levar a ca-

bo o programa da escola conforme as necessidades dos alunos.

As atividades do serviço de orientação nas escolas secundárias inferiores ficam distribuídas nos seguintes três grupos principais:

1. **Investigações** sobre problemas de saúde, provas psicológicas, aproveitamento dos alunos, ajustes adequados dos mesmos, instrução individual, obstáculos especiais dos alunos, classificação dos mesmos, diferenças individuais e interesses dos alunos.

2. **Conselhos.** — Dentro deste grupo encontram-se as entrevistas pessoais com alunos que se vêm obrigados a sair da escola antes de terminar o curso, conselhos sobre a escolha de matérias facultativas, condições de saúde, primeiro emprego, reprovações nos exames, falta de freqüência, transferências para outras escolas, planos educativos.

3. **Orientação.** — Inclusão no programa escolar de instrução e discussão sobre a maneira de estudar, como distribuir o tempo, como fazer uso da biblioteca, participação em atividades extra-programa, relações sociais.

O programa de orientação nas escolas secundárias superiores está organizado de acôrdo com um plano semelhante ao seguido nas escolas secundárias inferiores. Cada conselheiro mantém a seu car-

go durante os três anos do curso escolar, os alunos do grupo que lhe foi confiado no princípio do curso, pelos quais se acha responsável desde a sua entrada na escola até à saída, e com os quais continúa a manter contacto durante períodos de 1 a 5 anos após a saída da escola. Todos os alunos precisam consultar primeiro o seu conselheiro para poderem obter o certificado de emprêgo.

Além desses trabalhos especiais desenvolvem-se diversas atividades de orientação por meio dos cursos ordinários do plano de estudos. A todos os alunos dos graus 7B, 7A e 8B exige-se o estudo de desenho, música e trabalhos de oficina. Por meio dessas matérias e de alguns dos cursos acadêmicos, os professores proporcionam um grau considerável de instrução valiosa para descobrir aptidões e inclinações e para a direção educativa e profissional de seus alunos.

Nos graus 7.º e 8.º dedica-se um período semanal ao estudo das ocupações, com o objeto de oferecer aos alunos um conhecimento geral de certas ocupações importantes que servirá de base para uma consideração mais inteligente da atividade profissional a que desejem dedicar-se.

(Do "Boletim da União Pan-Americana").

A AMÉRICA LATINA E O DEPARTAMENTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO

Extrato de um magnífico informe ao Ministério de Justiça e Instrução Pública da República Argentina, apresentado por Don Juan Mantovani, Inspetor Geral do Ensino secundário, normal e especial do referido país.

Desde a data de sua fundação como Associação em 1925 e reconhecida oficialmente em 1929,

acompanho com especial interesse o trabalho de investigação científica e objetiva, de centraliza-

ção e difusão documental que realiza o Departamento Internacional de Educação de Genebra.

Desnecessário será insistir sobre as enormes vantagens que oferece um organismo centralizador do trabalho educativo, teórico e prático, oficial e privado que realizam todos os países do mundo em nossos dias.

Em tôdas as esferas da atividade e do pensamento, assistimos a um decidido e orgânico esforço de colaboração internacional. Instituições internacionais de cooperação intelectual, social, política, econômica e financeira, desempenham funções importantes em nossa época.

Era necessário a criação de um organismo que assegurasse ampla cooperação internacional em matéria educativa.

Declara-se no prefácio de seus estatutos que o aumento da instrução e da educação constitue fator essencial para a paz e para o progresso moral e material da humanidade, sendo preciso, para favorecer êsse desenvolvimento, recolher a documentação concernente aos esforços de investigação e aplicação realizados no campo educativo, e criar um amplo intercâmbio de informação e documentação, afim de que cada país sinta-se estimulado a aproveitar a experiência dos demais.

Não significa o que antecede, que esta Instituição, que é internacional pela centralização e difusão de informes e sua constituição aceita pelos governos e organizações oficiais de vários países, se oponha ao cultivo de um ideal e uma prática nacional de educação. Nos mesmos estatutos adverte o contrário com inegável claridade quando diz que êste Departamento «se inspira no espírito de cooperação internacional e observa absoluta neutralidade do ponto-de-vista nacional, político, filosófico e confessional». Não é mais que um órgão destinado a reunir com espírito

científico e objetivo, longe de toda propaganda ideológica de sentido político-social. É um centro de informação pura e desinteressada que permite estabelecer entre os governos um intercâmbio regular e sistemático do trabalho positivo e teórico que cada país realiza no campo pedagógico.

De conformidade com êsse espírito, as atividades dêste Departamento são de duas categorias: a) centralização dos documentos relativos à educação pública e privada. b) investigações científicas sobre assuntos pedagógicos, pesquisas experimentais ou estatísticas de maior interesse, de cujos resultados são científicadas as autoridades governativas e os educadores.

Seria muito extenso anotar, ainda, que resumidamente, os resultados dos múltiplos empreendimentos do Departamento Internacional de Educação, realizados em oito anos de existência. Para se avaliar, porém, sem maior exame e análise, do caráter objetivo de seu trabalho ao lado da grande utilidade que ele representa, é suficiente o exame da lista de suas publicações.

O Departamento tem efetuado, também, trabalhos de investigação dignos de louvor. De pesquisas interessantes, sobre vários assuntos, resultaram dados dignos de estudos. Investigações sobre as conseqüências das pressupostas economias nos domínios do ensino, sobre a dilatação da obrigatoriedade escolar e relativas à condição jurídica da mulher casada no magistério, constituem uma prova do que afirmamos.

As pesquisas são realizadas quasi sempre a pedido dos países que são membros do Departamento. Um assunto a ser debatido, ou que esteja na iminência de constituir objeto de uma lei, pôde ser precedido por uma investigação científica, estatística ou financeira, que dirige e realiza êste Departamento. Entre outras, esta

é uma das grandes vantagens que oferece a adesão ao Departamento.

Atualmente, são membros do Departamento Internacional de Educação; Checoslovaquia (Ministério de Instrução Pública); Bélgica (Ministério de Instrução Pública); Equador (Govêrno); Polónia (Ministério de Instrução Pública e de Cultos); Genebra (Govêrno); Espanha (Govêrno); Instituto Universitário de Ciências da Educação de Genebra; Egipto (Govêrno); Alemanha — (Instituto Central de Educação e Ensino); e Colombia (Govêrno).

Trata-se, como se nota, de uma organização que vive em período inicial. Está em plena formação. De seus dez membros, dois deles, a Alemanha e a Bélgica, países de larga tradição pedagógica, ingressaram em 1932. Dos países americanos, somente são membros até hoje a Colômbia e o Equador. Porém, não duvido, que muito breve os demais países da América terão seus nomes arrolados na categoria de membros, seja por adesão de seus govêrnos, ou de seus ministérios de instrução pública, ou de outras instituições oficiais que dirigem o ensino nalgum de seus aspectos. Estou convicto de que eles se associarão com entusiasmo a esta obra de cooperação internacional, visto como serão eles os que mais poderão aproveitá-la. Países novos como os da América, sem maior tradição pedagógica, que realizam notáveis esforços de organização escolar, necessitam consultar às vezes a ex-

periência alheia, para aproveitar ou não sugestões a seus ideais nacionais.

Não esqueçamos que a nossa Lei de Educação Comum N.º 1.420, publicada no ano de 1884, está repleta de sugestões estrangeiras e seus debates cheios de referências a opiniões de autoridades européias. Nem por isso, essa Lei deixou de exercer, em meio século de aplicação, um importante papel no desenvolvimento da educação pública nacional.

Estará, por acaso, em nossa escola primária alicerçada sobre essa Lei, o fator mais poderoso para o desenvolvimento da nacionalidade em nosso país, especialmente na Capital da República, onde é maior a afluência estrangeira.

Considero do mais alto interesse a adesão de nosso país ao Departamento Internacional de Educação. Carecemos atualmente de uma fonte de informações sobre as iniciativas educacionais, privadas e oficiais, de outros países, e do crescimento dos sistemas pedagógicos em nossos dias. À vista do auxílio de que nos pode prover o Departamento Internacional de Educação de Genebra, manteríamos um vivo e permanente contacto com o movimento educativo dos demais países, e deste com o nosso, desde que dispusessemos de um material vasto, seleccionado e moderno para abordar com antecedentes e fundamentos os problemas relativos a legislação e organização escolar.

(Do "Boletim do Departamento Internacional de Educação", de Genebra).

S U I S S A

(Cantão de Basileia - Cidade)

DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Regulamento para o exame dos candidatos ao magistério primário aprovado pelo Conselho do Estado em 28 de julho de 1933, assinado pelo Presidente dr. F. Aemmer e pelo Secretário, dr. H. Matzinger, e publicado em o n.º 7/8 do Amtliches Schulblatt, Basel-Stadt de julho-agosto de 1933

I — DISPOSIÇÕES GERAIS

Finalidade e época do exame

1 — O exame tem por fim determinar se o candidato fez com êxito os cursos de formação de professores primários na Escola Normal cantonal e se é capaz, à vista do que a teoria e a prática demonstram, de exercer o magistério primário.

2 — Os exames se realizam no fim de cada curso da Escola Normal.

Admissão

3 — Admitem-se unicamente ao exame os candidatos que hajam feito regularmente os cursos da Escola Normal e que provem ter realizado a prática do ensino a que se refere o parágrafo segundo.

Os candidatos devem ter ensinado durante quatro semanas numa escola pública primária rural de Basileia e durante duas semanas numa escola pública primária urbana de Basileia, sob a direção de um professor escolhido pelo Departamento de Instrução Pública da cidade de Basileia, de acordo com as autoridades escolares da localidade. Os candidatos deverão apresentar certificado minucioso passado pelo pro-

fessor sob cuja direção foi feita a prática exigida.

Tribunal

4 — Os exames se realizam perante um tribunal composto de sete membros escolhidos pelo Departamento de Instrução Pública.

Disciplinas sobre que versam os exames

5 — Os exames constam das seguintes matérias: 1- Prática do Ensino. 2 Psicologia e Pedagogia Geral. 3) História da Pedagogia. 4) Didática Geral e Especializada. 5) Higiene Escolar. 6) Alemão. 7) Geografia. 8) Escritura Sagrada. 9) Desenho. 10) Trabalhos manuais. 11) Cultura Física. 12) Canto. 13) Música (violino ou piano).

6 — Os exames são orais, escritos e práticos. a) Os exames orais compreendem: Alemão, Psicologia, História da Pedagogia, Higiene Escolar e Geografia. Os candidatos são examinados por grupos de quatro a seis, sendo de uma hora a duração do exame de cada grupo.

b) Há dous exames escritos com a duração de três horas cada um: Alemão e Didática. Os examinandos poderão discorrer sobre tema de sua preferência, dentre os indicados.

c) Para o exame de Didática especializada, cada aluno recebe, no início do último semestre, a incumbência de preparar por escrito, em casa, as aulas de duas disciplinas correspondentes a uma semana. Este trabalho presta-se ao mesmo tempo como preparação para o exame de Didática, e deverá ser apresentado antes dos exames.

d) As provas práticas versam sobre o ensino das Escrituras, Desenho, Cultura Física, Canto, Música e Trabalhos manuais.

O exame de Prática do Ensino consiste em organizar planos de aulas e em dar quatro aulas a duas classes primárias.

As teses sobre que versarão as aulas e respectivos planos, bem como as classes e o lugar onde se realizarão as provas, serão publicados com três dias de antecedência.

Os candidatos devem apresentar o plano de aula antes da referida aula.

É de uma a quatro horas o tempo consagrado aos seguintes exames práticos: Ensino das Escrituras, Desenho, Ginástica e Canto. Os examinandos serão argüidos sobre a teoria pedagógica.

7—Consideram-se nulas as provas sempre que o candidato intentar burlar o Tribunal.

8 — Far-se-á a classificação das provas por meio de notas de um (1) a seis (6). Serão consideradas deficientes as de nota inferior a quatro (4), não sendo permitido as notas intermediárias.

O examinador e os peritos dão a nota depois de cada exame. Num reunião final, os examinadores e os peritos, com a colaboração dos professores e do diretor da Escola Normal, estabelecem, — baseando-se nos exames e considerando os resultados obtidos no decorrer do ano (notas dos semestres e certificados sobre os exercícios práticos), a nota que há de figurar no título, para cada disciplina.

9—Com base nos resultados verificados nos exames parciais, o candidato receberá uma nota média com referência à língua alemã e à Teoria do Ensino (geral e especializado). As notas sobre o Ensino das Escrituras, Desenho, Ginástica e Canto, são dadas de acordo com a capacidade pessoal do examinando.

10 — O candidato terá de prestar novos exames:

a) Se sua média geral for inferior a quatro (4);

b) Se em qualquer das provas de Prática do Ensino tiver nota inferior a quatro (4);

c) Se possuir mais de uma (1) nota inferior a quatro (4) nas matérias pedagógicas e na prova de Alemão, ou duas (2) notas inferiores a quatro (4) nas outras disciplinas.

Título

11 — Os candidatos aprovados recebem o título de Professores Primários, no qual vem registradas as notas obtidas nas diversas matérias.

Esse título é assinado pelo Presidente do Departamento de Instrução Pública, pelo Diretor da Escola Normal Cantonal, pelo Presidente e Secretário do Tribunal.

Certificado e repetição dos exames

12 — Os candidatos inhabilitados podem obter um certificado das notas nas diversas matérias, assistindo-lhes o direito de nova inscrição para os próximos exames, ficando ao critério do Tribunal, dispensá-los de uma ou mais matérias.

Os candidatos cujos exames forem anulados poderão se inscrever novamente, ficando, porém, vedada a inscrição àqueles que pretendam prestar exames pela terceira vez.

(Do "Boletim do Departamento Internacional de Educação", de Genebra.)

INQUÉRITO SÔBRE OS ORÇAMENTOS DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Os algarismos abaixo, convém frisar, apresentam valor relativo e, para evitar equívocos, devemos acentuar que êles não poderiam traduzir o que, de fato, despênde cada país em matéria de instrução pública, mas apenas o concurso da administração central. Não entrou em conta, nesses cálculos, a contribuição dos governos estaduais e municipais. É bem sabido quanto é importante essa parcela em alguns países, bem assim a colaboração privada.

Aliás, em certos Estados, o Ministério da Instrução Pública compreende os serviços dos Cultos, da Higiene, das Belas-Artes, ou das Ciências, e daí, não termos podido indicar a soma do orçamento especialmente consagrada à instrução pública.

O cálculo em francos suíços do total de cada orçamento fizemo-lo de acôrdo com o curso das moedas nacionais a 1.º de janeiro do ano indicado.

EUROPA

PAÍSES	Orçamento total Francos suíços	Orçamento da Instr. Pública	%
Albania 1933	31.558.395	3.910.000	12 %
Alemanha (Prússia) 1933	4.886.413.629	884.928.429	18 %
Austria (¹) 1932	1.385.936.266	52.314.491	3,8 %
Belgica 1932.	1.598.061.715	132.995.713	17,3 %
Bulgaria 1933	286.453.405	33.223.184	11,5 %
Dinamarca (²) 1933-34	273.485.576	56.614.692	20,6 %
Espanha (³) 1933	2.803.186.700	184.790.611	6,5 %
Estonia 1932-33.	95.551.300	17.703.400	18,5 %
Finlandia (²) 1932	214.200.000	33.525.000	15,5 %
França 1932	10.234.141.900	687.352.000	6,6 %
Grecia 1932-33	259.110.000	19.920.000	7,6 %
Hungria (²) 1932-33	524.049.050	68.382.600	13,2 %
Irlanda 1932.	594.122.720	108.460.980	17,2 %
Islandia 1932.	8.630.500	1.546.520	17 %
Italia 1932	5.320.640.000	270.400.000	5 %
Letonia 1932-33.	126.856.350	20.618.800	16,2 %
Lituania 1932	140.598.000	19.769.000	14 %
Luxemburgo 1932	58.729.206	5.816.036	9,9 %
Noruega (²) 1932-33	312.081.090	45.860.700	14,6 %
Holanda (⁴) 1933	1.608.124.740	450.119.940	27,9 %
Polonia (²) 1932-33	1.412.817.846	200.501.811	14,2 %
Portugal 1932-33	464.233.062	41.025.008	8,8 %
Rumania 1932	775.594.500	127.800.000	10,6 %
Suecia 1932-33	841.321.780	144.655.920	17,2 %
Suissa: Bâle-Ville 1933	64.135.272	13.557.726	21,1 %
Berna 1932.	124.180.981	20.327.621	16,3 %
Genebra 1932	45.551.341	10.473.051	23 %
Vaud 1932	46.019.732	10.828.300	23,6 %
Zurich 1932.	111.640.455	21.895.910	19,6 %
Chécoslováquia 1932.	1.421.103.070	154.665.347	10,8 %
Turquia 1932-33	408.149.298	14.632.442	3,5 %
Russia 1932	56.874.159.790	1.724.620.000	3 %
Iugoslávia 1932-33	924.721.350	62.655.390	6,5 %

AMÉRICA

PAÍSES	Orçamento total Francos suíços	Orçamento da Instr. Pública	%
Argentina (2) 1933.	968.308.000	136.417.600	14,1 %
Brasil 1932	5.896.172.200	235.358.000	4 %
Bolivia 1930	89.363.040	8.189.153	9,1 %
Canadá (Québec) 1932.	204.269.220	19.652.705	9,6 %
Chile (4) 1931	647.082.450	107.829.540	16,6 %
Colombia 1932	500.000.000	50.000.000	10 %
Costa-Rica 1931	35.566.590	6.206.190	17,2 %
Cuba 1932-33	340.677.760	37.140.687	10,9 %
Equador 1932	50.097.300	7.750.820	15,4 %
Guatemala 1932.	42.988.000	4.862.000	11,3 %
Haiti 1932	32.960.000	1.884.900	5,7 %
Honduras 1931-32	41.465.340	5.015.520	12 %
Panamá 1931-32	94.997.500	17.659.265	18,6 %
Paraguai 1931-32	16.669.342	3.316.102	19,2 %
Perú 1930	264.039.260	37.155.030	18,2 %
Rep. Dominicana (2) 1930	69.835.000	7.955.000	11,4 %
Salvador 1932-33	35.613.900	3.126.900	8,8 %
Uruguai 1931-32.	156.652.500	26.950.000	17,2 %
Venezuela 1930-31.	176.494.280	9.308.367	5,2 %

ÁSIA

PAÍSES	Orçamento total Francos suíços	Orçamento da Instr. Pública	%
Ceilão 1930-31	186.067.450	22.298.050	12,5 %
Índia (Bengala) 1931-32.	159.348.800	18.099.900	11,3 %
Japão 1931-32	2.604.000.000	229.792.500	8,8 %
Palestina 1931	56.976.000	3.527.710	6,1 %
Persia 1932-33	91.499.400	6.129.200	6,7 %
Filipinas 1930	238.082.500	21.657.500	9,2 %
Sião 1931-32.	212.283.000	14.195.250	6,7 %

ÁFRICA

Congo belga 1932	96.751.620	2.974.720	3,1 %
Egito 1932-33	968.056.866	82.123.944	8 %
Orange 1931-32.	566.136.000	25.536.000	4,5 %
Sudão angl-egipc. 1931.	74.766.000	2.822.000	3,7 %
Tunisia 1932.	92.225.400	10.855.000	11,8 %

OCEANIA

Nova Zelândia 1931-32.	521.060.000	63.231.000	12,1 %
--------------------------------	-------------	------------	--------

(Do "Bulletin du Bureau International d'Éducation", de Genebra.)

- (1) Ministério da Instrução Pública, dos Cultos e das Artes.
 (2) Ministério dos Cultos e da Instrução Pública.
 (3) Ministério da Instrução e das Belas Artes.
 (4) Ministério da Instrução Pública, das Belas Artes e Ciências.

ROSÁRIO PERSA

de dezenove pérolas

MIRZA AHMAD SOHRAB

1.º — Ama e serve a Humanidade.

2.º — Louva a tôda alma. Se não puderes louvá-la, deixa que passe de tua vida.

3.º — Arrisca, arrisca sempre, cada vez mais.

4.º — Sê original. Sê inventivo. Não imites. Sê tu próprio. Conhece-te a ti mesmo. Ajuda-te a ti próprio. Não dependas do próximo. Formula teus próprios pensamentos.

5.º — Não existe um Santo sem passado. Não existe um pecador sem futuro.

6.º — Vê Deus e Bondade em tôdas as faces. Tôdas as perfeições e virtudes divinas estão escondidas em teu ser. Revela-as. O Salvador está também em ti. Deixa que a sua Graça te emancipe.

7.º — Sê prazenteiro. Sê cortês. Sê uma fonte inesgotável de felicidade. Ajuda a todos. Deixa tua vida ser como uma rosa; apesar de muda, ela fala a linguagem da fragrância.

És uma trindade formada de corpo, intellecto e alma. O alimento da alma é o Amor Divino. Consequentemente, alimenta tua alma com Amor Divino — para o envidescimento de teu corpo e de teu intellecto.

8.º — Sê surdo e mudo no que diz respeito às faltas de teu próximo. Não des ouvidos a intrigas. Silencia o propalador de histórias com conversação elevada. Faze parar a circulação dos germens venenosos de fanatismo religioso através de tuas veias e arterias e através das veias e arterias de teus filhos. Não discutas nunca as crenças religiosas do teu próximo. Controvérsias religiosas re-

sultam sempre em Odio e Separação. Religião é Amor e Fraternidade e não dogmas e credos teologicos. Enquanto existir amor e simpatia em teu coração, pelo teu próximo, a tua religião é a mais elevada, independente de seu nome. Fica certo que a emancipação do mundo é conseguida por intermédio do Deus do Amor e da Religião do Amor, cujo Deus e cuja Religião não têm nome.

9.º — Desenvolve as qualidades de bondade essencial Tôda alma é dotada com os atributos de intrinseca beleza. Descobre êstes atributos nos outros e revela-os ao mundo.

10.º — Religião é uma relação pessoal entre o Homem e o seu Criador. Por intenção de Deus, não interfiras com esta relação; não a organizes; nem procures reduzi-la a «definições». Organização de qualquer fórma é a morte da religião. Não apregoes, apenas, êste princípio. Pratica-o e ensina-o. Não deixes que ninguém te diga no que deves e no que não deves acreditar e fazer na tua vida espiritual.

A autoridade suprema é a autoridade do teu Espírito e não a autoridade de outro qualquer homem, morto ou vivo. A testemunha infalível está dentro de teu ser, poderosa e suprema! Seu testemunho é final. Ela é a Côrte de Último Apêlo.

11.º — O Amor de Deus está em ti e por ti. Partilha dele com o próximo por meio da associação. Não advogues separação do próximo, pelo contrário, procura união com êle em Amor. Conhecer-se a si próprio por intermédio do próximo, é conhecer a Deus.

12.º — Tem coragem. Aprecia tua origem Divina. Tu és o raio do sol da imortal bem-aventurança. Tu e o Criador sois uma só entidade. O imortal, radiante Ego está em teu ser. Reverencia teu estado Celestial. Nenhum mal te sucederá. És a imagem perfeita de Deus, vivendo na fortaleza de sua Proteção. Associação com o próximo resultará em desenvolvimento espiritual, e não na deterioração da Alma.

Vive acima do mundo de fé e infidelidade; religião e ateísmo; ortodoxia e liberalismo; anjo e diabo; verdade e erro... e viverás em Deus e com Deus... «O Deus da bondade absoluta; o Deus da beleza absoluta; o Deus da arte absoluta; o Deus da perfeição absoluta».

13.º — Em religião não existe compulsão. O desenvolvimento espiritual não é atingido por restrições e constrangimentos; por anátema e ex-comunhão; mas sim, por progresso constante de mundo a mundo, de estrela a estrela, de constelação a constelação, para sempre, infinitamente.

14.º — A Luz das Luzes está em teu coração. Deixa que ela brilhe, iluminando a Humanidade. Não esperes favores de ami-

gos ou inimigos e nunca serás desapontado.

15.º — Domina a malícia, a inveja, a picardia pessoal e parcialidade, e serás mestre do Destino.

16.º — Não condenes a ninguém. Em condenando o próximo, condenas a ti mesmo. Nunca te esqueças por um momento que êle também é filho de Deus. No vasto mar do espírito há sempre espaço para tôdas as velas. No firmamento sem limites da verdade há sempre espaço para tôdas as azas.

17.º — Não procures, sob o disfarce de religião, assassinar o caráter de qualquer alma por acusação amarga ou louvor dissimulado. Assassinar o espírito é peor do que tirar a vida. Afasta o pecado da tua vista. Vê apenas o belo, o admirável, o nobre.

18.º — Sê gentil. Sê leniente. Perdoa. Sê generoso. Sê piedoso. Sê alerta. Pensa, Sê franco. Sê positivo. Voa na atmosfera da Liberdade. Anda no Caminho Seletto, e não deixes que o criticismo te perturbe de fôrma alguma.

19.º — Êste é o caminho pelo qual chegarás à felicidade, glória, saúde, prosperidade. Sigamos êste caminho por tôda nossa vida.

